



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 46

II Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 29 de Junho de 2006

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Cláudio Lopes*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos.

Período de Informação Parlamentar:

Após a leitura da correspondência, passou-se ao período destinado à emissão de votos, tendo sido apresentado, pelo Sr. Deputado Sérgio Ferreira (*PSD*), um Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel da Costa Melo.

Sobre este voto usou da palavra o Sr. Deputado Alberto Costa (*PS*). Submetido à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

No período destinado a intervenções de interesse relevante para a Região usaram da palavra os Srs. Deputados Helder Silva (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Lizuarte Machado (*PS*), António Ventura (*PSD*), Jorge Macedo (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), Sérgio Ferreira (*PSD*), Alberto Costa (*PS*), Rogério Veiros (*PS*), Mark Marques (*PSD*), Aires Reis (*PSD*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Habitação e Equipamentos (*José Contente*) e da Presidência (*Vasco Cordeiro*).

Agenda da Reunião:

1º - A Sra. Deputada Maria José Duarte (*PSD*) fez a apresentação do **Projecto de Decreto Legislativo Regional - Sistema de Incentivos ao Emprego de Reinserção Solidária - SIER.**

2º - **Pergunta ao Governo Regional, nos termos do artigo 180º do Regimento, formulada pelo Sr. Deputado Independente, Paulo Gusmão.**

Formulada a pergunta usou da palavra, para responder, o Sr. Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*).

3º - **Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Prorroga o prazo de vigência das medidas preventivas aplicáveis na zona de implantação do eixo viário entre a Fábrica do Linho Ribeirinha e a Vila do Nordeste, na Ilha de S. Miguel”.**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*) e Paulo Gusmão (*Indep.*).

Submetida à votação a mesma foi aprovada, na generalidade, especialidade e em votação final global, por maioria, com os votos contra do PSD.

4º - **Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Sujeita a medidas preventivas os terrenos envolventes ao Aeroporto de Santa Maria”.**

Na discussão deste diploma usaram da palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*), que fez a sua apresentação, e os Srs. Deputados Sérgio Ferreira (*PSD*) e Alberto Costa (*PS*), tendo sido aprovada, na generalidade, especialidade e votação final global, por unanimidade.

5º - **Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Reserva Florestal de Recreio das Macelas, Freguesia de Santo Amaro, Concelho das Velas, Ilha de S. Jorge”.**

Feita a apresentação da proposta pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*), usaram da palavra os Srs. Deputados Mark Marques (*PSD*), Manuel Silveira (*PS*) e Paulo Gusmão (*Indep.*).

Posta à votação, a proposta foi aprovada, na generalidade, especialidade e em votação final global, por unanimidade.

6º - **Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Altera o Decreto Legislativo Regional nº 12/2005/A, de 16 de Junho (regime jurídico da criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo)”.**

No debate deste diploma usaram da palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*), que fez a sua apresentação, e os Srs. Deputados Costa Pereira (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Nélia Amaral (*PS*) e Paulo Gusmão (*Indep.*).

A proposta foi aprovada por unanimidade na generalidade, especialidade e em votação final global, com excepção dos artigos 106º e 139º que foram aprovados por maioria.

7º - Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores”.

No debate desta proposta usaram da palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*), que fez a sua apresentação, e os Srs. Deputados Cláudia Cardoso (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Pedro Gomes (*PSD*), Paulo Gusmão (*Indep.*), Piedade Lalanda (*PS*), Nélia Amaral (*PS*) e Francisco Coelho (*PS*).

Submetida à votação a proposta foi aprovada, na generalidade, por maioria.

O debate e votação, na especialidade, ficou agendado para o dia seguinte.

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 50 minutos)

Presidente: Muito bom dia Sras., Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo.

(Eram 10 horas e 15 minutos)

Vamos iniciar aos nossos trabalhos com a chamada dos Srs. Deputados.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva Costa

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

António Gonçalves Toste Parreira

António José Tavares de Loura

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Fernanda Correia Garcia **Trindade**
Fernando Manuel Machado **Menezes**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**
Hélder Guerreiro Marques **Silva**
Henrique Correia **Ventura**
Hernâni Hélio **Jorge**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Gabriel Freitas **Eduardo**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Manuel Avelar Cunha Santos
Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**
Manuel Soares da **Silveira**
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**
Maria **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Mariana Rego Costa de **Matos**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Nuno André da Costa Soares **Tomé**
Osório Meneses da **Silva**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Maria da Silva **Gonçalves**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Fernando Dinis Gomes

José Manuel Avelar Nunes

José Manuel Cabral Dias Bolieiro

Luís Henrique da Silva

Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte

Mark Silveira Marques

Pedro António de Bettencourt Gomes

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Presidente: Estão presentes 43 Srs. Deputados.

Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos passar à leitura da correspondência entrada na mesa.

Secretário (*António Loura*): Do Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, envio do Projecto de Decreto Legislativo Regional - Sistema de Incentivos ao Emprego de Reinserção Solidária - SIER.

Baixou à Comissão de Assuntos Sociais.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Do Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, envio do Projecto Resolução - Classificação das Cavalhadas de S. Pedro como manifestação cultural de relevante interesse regional.

Baixou à Comissão de Assuntos Sociais.

Secretário (*António Loura*): Da Comissão de Assuntos Sociais relatório e parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 16/2006 - Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Está lida a correspondência.

Deu entrada na mesa um Voto de Pesar, apresentado pelo PSD.

Para apresentação deste voto tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“Voto de Pesar

No passado dia 26 de Junho, faleceu na cidade de Ponta Delgada, Manuel da Costa Melo.

Natural de Santa Maria foi funcionário das Operações Aeroportuárias do Aeroporto de Santa Maria tendo durante muitos anos e até à sua aposentação chefiado este serviço.

Foi deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores desde 20 de Julho de 1976 até 17 de Novembro de 1988, tendo também exercido as funções de Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, durante algum tempo.

Foi Presidente da Comissão Política da Ilha de Santa Maria do Partido Social Democrata, tendo estado desde a primeira hora ligado à organização desta força partidária na ilha.

Os três mandatos que exerceu como Deputado Regional atestam bem a sua consciência cívica e a sua dedicação à causa pública.

Eleito na I Legislatura, contribuiu, sem dúvida, para a construção da nossa Autonomia e para a dignificação do seu primeiro órgão de soberania, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Assim nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados, propõem à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a aprovação de um Voto de Pesar pela sua morte e que o mesmo seja transmitido à sua família.

Horta, Sala das Sessões, 29 de Junho de 2006.

Os Deputados Regionais, Clélio Meneses, Sérgio Ferreira, Jorge Costa Pereira e Mark Marques”.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa.

Deputado Alberto Costa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS associa-se a este voto de pesar.

Manuel da Costa Melo foi membro das comissões administrativas das câmaras antes das primeiras eleições autárquicas pós 25 de Abril, depois foi presidente de câmara. Foi também deputado desta casa em defesa da Ilha de Santa Maria.

Como funcionário da ANA defendeu sempre a Ilha de Santa Maria no que toca à problemática que a ilha tem tido ao longo dos anos.

Nessas funções todas que eu enunciei, Manuel da Costa Melo foi um defensor da causa dos marienses e contribuiu para o progresso dos Açores.

Por tudo isso vamos associar-nos a este voto de pesar.

Presidente: Não há mais intervenientes, vamos votar este voto de pesar pelo falecimento de Manuel da Costa Melo.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora às intervenções de interesse político relevante para a Região.

Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva para uma intervenção.

Deputado Helder Silva (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Proponho nesta minha intervenção fazer uma análise da evolução da ilha do Faial ao longo dos tempos, centrando-me especialmente nas últimas três décadas de governação autonómica, para, a partir desta fotografia dinâmica, traçar um quadro prospectivo de desenvolvimento sócio-económico, estabelecendo igualmente um conjunto de prioridades, ao nível não só do investimento, mas também de definição de um conjunto de prioridades políticas e estratégicas para os próximos anos. Não sou juiz, nem advogado, de Deus e menos ainda do diabo, não esperem por isso desta minha intervenção que diga apenas bem do que se fez ao longo dos últimos dez anos e mal durante os vinte anos anteriores, muito menos o seu contrário.

O Faial tem sabido, ao longo da sua história de cinco séculos, manter-se na dianteira do desenvolvimento estratégico dos Açores. Soube fazê-lo no século dezanove quando foi iniciada, em 1876 a obra que viria a ser a mais determinante para o seu desenvolvimento. Refiro-me naturalmente à doca do Faial. Não se pense contudo que esta obra nasceu apenas da capacidade política dos protagonistas da altura, destacando-se no entanto, o papel a esse nível desempenhado pelo deputado Filipe Augusto de Carvalho. Ela decorreu sobretudo de um processo de afirmação económica, decorrente das especiais características da baía da Horta e da importância

que o seu porto já apresentava, antes mesmo da construção do molhe-cais. Com efeito, o movimento comercial deste porto acentuou-se desde o primeiro quartel do século dezanove com a afirmação da independência norte-americana, activando-se as comunicações entre o velho e o novo mundo. Concomitantemente, aumentaram as necessidades de arribação, crescendo igualmente a capacidade de abastecimento de víveres, material náutico e combustíveis. O cônsul John Dabney e família, chegados à Horta no ano de 1809, estiveram na dianteira deste processo. Em termos comerciais, os vinhos e fruta eram os produtos mais relevantes ao nível da exportação. Estes produtos viriam no entanto a declinar, em meados do século dezanove, para dar lugar ao movimento dos navios baleeiros, que aqui deixavam o seu óleo. A partir de 1856 e de forma mais regular em 1871, com a instalação da casa Bensaúde na Horta, iniciam-se ainda as ligações marítimas da Horta com o continente.

A dinâmica criada em torno do novo porto viria a ser determinante para a ligação do primeiro cabo submarino, a 22 de Agosto de 1893, a que se juntaram mais catorze durante o final do século dezanove e início do século vinte. Destaque também para o significado das investigações do príncipe Alberto do Mónaco que conduziu no arquipélago dos Açores importantes estudos oceanográficos nos finais daquele século, de forma muito especial no banco Princesa Alice. Igualmente relevantes foram os contributos e o interesse manifestados nesta área do conhecimento pelo então rei D. Carlos que, associado à experiência e conhecimentos do Capitão Afonso Chaves, levou à criação em 1901 do Observatório Meteorológico dos Açores, instalado no Monte das Moças em 1915 e denominado, a partir de 1923, de Observatório Meteorológico Príncipe Alberto do Mónaco. Seguiu-se, em 1928, a entrada em funcionamento da Estação Rádio-Naval da Horta, a primeira a ser instalada nos Açores, a que se seguiu ainda a instalação da Estação Meteorológica da Marinha no Atlântico.

Relativamente ao porto da Horta e já em pleno século vinte, merece especial destaque o papel crucial que este porto desempenhou no desenvolvimento das primeiras ligações aéreas transatlânticas. Refiro-me concretamente ao trânsito de hidroaviões. Mais tarde, a partir das décadas 50/60, seriam os veleiros a movimentar e dinamizar este porto, movimento que aliás não pararia de crescer até aos nossos dias.

A erupção dos Capelinhos em 1957-1958, associada ao desaparecimento de um vasto conjunto de actividades económicas, em parte resultado também da situação de pobreza em que o país mergulhara, provocou o êxodo de parte significativa da população. A forte quebra demográfica que então se verificou diminuiu a população de sensivelmente 50%. O aeroporto do Faial, importante infra-estrutura, que conta já com mais de três décadas de existência, fora insuficiente para provocar um maior dinamismo económico, como o fora igualmente o estatuto político de Distrito obtido em 1835, como aliás vem referido por Marcelino de Lima nos Anais do Município da Horta, em 1940.

Com o advento da autonomia continua a procurar-se na organização política dos Açores, nomeadamente através da conquista de uma certa centralidade, novos paradigmas para a ilha. O Faial obtém assim a sede da Assembleia Legislativa Regional e de alguns departamentos governamentais. Até 1996 são construídas duas importantes, mas escassas infra-estruturas: o Hospital da Horta e a primeira fase da marina. Paralelamente, a Universidade dos Açores estende-se, ainda que de forma provisória, até à Horta por um pólo vocacionado para a oceanografia e pescas. A população, entretanto estabilizada a um nível de 15 mil habitantes, empregara-se de forma significativa na administração pública. Ainda assim, os faialenses souberam aproveitar e produzir novas dinâmicas económicas a partir destes investimentos. A marina viu o movimento de iates aumentar, com o que por arrasto surgiu em termos de pequenas e médias empresas, e o Departamento de Oceanografia e Pescas, não obstante a crónica falta de instalações e condições de trabalho, soube afirmar-se como um pólo de excelência de projecção nacional e até internacional.

Sem dúvida o período durante o qual um maior número de obras foi concretizado na ilha do Faial correspondeu à era dos Governos do PS. Vejamos a elencagem das principais obras e investimentos iniciados e concluídos desde 1996:

- A Reconstrução decorrente do sismo de 9 de Julho de 1998, com um investimento que rondou cerca de 250 milhões de euros.
- A construção do novo Entreposto Frigorífico e das instalações da LOTAÇOR no cais de Santa Cruz;
- A construção do novo Matadouro da Horta;

- O prosseguimento e conclusão das obras realizadas no Porto da Horta e no Parque de Contentores;
 - A aquisição de um Rebocador para o Porto da Horta;
 - A Ampliação da Marina;
 - A recuperação da antiga Fábrica da Baleia e a sua adaptação a museu e espaço polivalente;
 - A construção das novas instalações da CALF;
 - A Lagoa Artificial;
 - As obras realizadas no Hospital da Horta, com a construção da Unidade de Cuidados Intensivos e do serviço de Hemodiálise e Hemato-Oncologia, bem como a aquisição de novos equipamentos;
 - Na Casa de Infância de Santo António, investimentos superiores a 2 milhões de euros;
 - Na Santa Casa da Misericórdia da Horta, investimentos superiores a 5,9 milhões de euros, com destaque para a construção do centro de Cuidados Geriátricos;
 - Nas Estradas Regionais, o Fecho do Anel em volta da ilha. Destaque para a empreitada de reabilitação das E.R. nº1 – 1ª, troço Lombega/Trupes, incluindo o Ramal do Varadouro e o troço Espalhafatos/Trupes (numa extensão de 26 Km);
 - As obras de beneficiação do Parque Escolar do 1º ciclo, com destaque para a construção da nova escola EB/JI da Vista Alegre;
 - O apoio substancial na construção das novas instalações da Escola Profissional da Horta;
 - Consolidação do farol dos capelinhos e instalação de cúpula.
 - Aproveito, também, para referir um outro dado, revelador da confiança transmitida pelo executivo no fomento de investimentos privados. Neste momento, o Faial dispõe de 928 camas à disposição dos turistas que nos visitam, prevendo-se, até 2008, a construção de cerca de 20 novas infra-estruturas turísticas.
- São no entanto numerosos os investimentos em curso, destacando-se:
- A construção da nova Escola Secundária da Horta, adjudicada pelo montante de 18,4 milhões de euros, com prazo de execução fixado em 30 meses.

- A obra da Casa Grande, onde ficará instalada a Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, num valor de 4 milhões de euros e com prazo de execução de 30 meses é outro investimento estruturante, também, a decorrer e, há muito desejado pelos faialenses.
- Empreitada de reabilitação da E.R. nº1 – 2ª, troço Espalamaca/Largo Jaime Melo e E.R. nº2 – 2ª, troço Santa Bárbara/Largo Jaime Melo/Caldeira (numa extensão de 20 Km);
- Empreitada de execução da Variante à E.R. nº1 – 1ª, troço Feteira/Canadinhas/Santa Bárbara – Freguesia das Angústias (numa extensão de 2,5 Km);
- Empreitada de construção de 42 fogos no âmbito dos programas de custos controlados e realojamento de famílias carenciadas;

Uma nota também para uma obra que, embora a realizar por investidores privados, deve o seu arranque ao empenho que o Governo Regional emprestou a mais esta concretização. Refiro-me concretamente ao futuro Campo de Golfe do Faial, a iniciar em 2007, correspondendo a um investimento superior a 5M€.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Atendamos agora à evolução socio-económica do Faial, sensivelmente durante a última década, mais concretamente ao longo do período 1996-2004, procurando, sempre que possível, compará-la com idênticos parâmetros a nível regional.

A ilha do Faial possui uma área total de 173 Km², representando 7,5% do território terrestre da Região. A população, dividida por 13 freguesias, é constituída por sensivelmente 15,2 mil habitantes (14,9 mil em 1991), representando 6,3% da população açoriana. Percentualmente, a estrutura etária da população reflecte um envelhecimento relativo.

Durante aquele período o número de nascimentos manteve-se estacionário em torno de 180, tendo o número de óbitos diminuído de 225 em 1996 para 166 em 2004 (o que corresponde a uma evolução positiva das taxas de crescimento de -2,9 para +1,1). O número de alunos em todos os graus de ensino, excluindo o ensino superior, mas incluindo a formação profissional, evoluiu de 3200 para 2800 para uma população docente que, também de 1996 para 2004, evoluiu de 226 para 208, respectivamente, correspondendo a 13,5 alunos por professor, o mesmo rácio, aliás, que encontramos a nível regional.

Quanto aos serviços de saúde e para o Hospital da Horta, o número de consultas e urgências do Hospital da Horta, conjuntamente, representam 14,7% da Região, donde se poderá concluir que este Hospital serve uma população que representa quase duas vezes e meia a população da ilha o que dá boa nota do trabalho desenvolvido por aqueles profissionais de saúde. Estas proporções não estão muito longe das que encontramos para o Centro de Saúde da Horta. Registe-se particularmente neste Centro de Saúde o número de visitas domiciliárias, que corresponde a 12,8 mil em 2004 contra 84 mil visitas efectuadas na Região, o que corresponde sensivelmente 15% do número de visitas domiciliárias que se registam na Região Autónoma dos Açores e que dá igualmente conta do bom nível de assistência domiciliária garantido por estes profissionais que merecem todo o nosso respeito e consideração, nem sempre reflectido nas intervenções a que temos assistido nesta Assembleia.

Ao longo do período 1996-2004 o número de licenças emitidas para obras e novas construções evoluiu de 133 para 163 (1615-1985 na Região), com um pico nos anos de maior expressão da reconstrução, 2000 com 423 licenças e 2001-2002 com mais de 300 licenças em cada ano. O consumo de energia eléctrica evoluiu de 25 para 38 mil MW/h (6,8% do consumo da Região). As mercadorias carregadas estiveram ao nível de 7,6 mil toneladas enquanto as descargas variaram, naquele período, de 69 para 113 mil toneladas. O movimento marítimo de passageiros registou uma evolução positiva de 135 mil para 190 mil e significou em, 2004, mais de 40% do movimento da Região. O movimento de embarcações de recreio na marina da Horta andou pelas 1.100 embarcações (1.800 na Região). Quanto ao movimento aéreo regista-se não só o significativo aumento (116-186 mil) como a manutenção do seu peso na Região (11%) do movimento que se regista, não obstante o custo mais elevado das passagens, nomeadamente em relação a S. Miguel. Ao nível dos estabelecimentos hoteleiros observou-se uma variação francamente positiva de 4 para 44 unidades, correspondendo a uma evolução da capacidade hoteleira de 411-816 naquele período (actualmente, 928 camas com a abertura, entretanto do Hotel do Canal representando mais de 10% da Região). As taxas de ocupação variam entre 30 e 35% com um pico de 47% em 2001. Estes números, associados ao movimento aéreo, dão bem conta da

procura deste destino, da vocação turística da ilha do Faial e das potencialidades de crescimento deste sub-destino.

A produção de gado bovino variou entre 4,1 e 4,4 mil cabeças (1996-2004) representando, em 2004, 5,8% da produção regional, enquanto o gado suíno variou em termos de produção (abate) entre 3,1 e 4,1 mil (5,3% da produção regional). Enquanto isso, a produção de leite para a fábrica manteve-se nas 13,5 mil toneladas (menos de 3% da produção regional). Já a produção pesqueira apresenta um maior peso relativo, tendo evoluído de 2,1 para 1,2 mil toneladas (11% da produção regional) enquanto o valor estabilizou em torno de 2,5 milhões de Euros (9%).

Olhemos agora para o sector empresarial, seu impacto na ilha, evolução e peso relativo. O número de estabelecimentos cresceu de 599 para 636 unidades, o que corresponde a 8,3% do número de estabelecimentos da Região, enquanto o número de trabalhadores passou de 3568 para 3694 (7,6%). Note-se que, em 2004, enquanto o número de trabalhadores afecto ao sector empresarial, na Região, representava 20% da população, no Faial a sua expressão ascendia a 24%. Quase oitenta e oito por cento desses estabelecimentos (558, para 1520 trabalhadores) eram de pequena dimensão (menos de 10 trabalhadores/estabelecimento), sendo menos de 11% (68, para 1355 trabalhadores) de dimensão média e apenas 10, empregando 819 pessoas, tinham 50 ou mais trabalhadores. Em termos de emprego por sectores de actividade, a construção era primeiro (967 trabalhadores), seguindo-se o comércio (866), indústria (424), hotelaria e restauração (332), saúde, excluindo serviços públicos (278), transportes e comunicações (256) e imobiliário (241). Por reflectir a estabilidade do emprego é também interessante registar a antiguidade dos trabalhadores: 1024 (<1 ano); 1426 (1-4 anos) e; 1303 (>4 anos) de emprego na mesma casa. Em termos de qualificações, 13% eram quadros superiores e médios, 60% eram quadros qualificados e os restantes (27%) não qualificados ou aprendizes. O desemprego activo actualmente está estimado em 124 pessoas.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Resultam da perspectiva evolutiva que no início da minha intervenção procurei traçar desta ilha do Faial algumas notas que nos podem ajudar a definir as prioridades que ao nível estratégico, e não apenas de investimento, devem ser tidas em linha de conta.

Primeiramente, que não existe uma relação directa entre a dimensão política de uma ilha e a sua escala económica, sobretudo quando essa se encontra demograficamente reduzida, como tem sido o caso do Faial, mas também do Pico e de muitas outras ilhas, nos últimos 30 anos. Resulta deste facto a necessidade de o Faial crescer, fixando os faialenses à sua terra e recrutando, se necessário, mais gente de outras parcelas do território regional, nacional ou mesmo proporcionar o aumento dos fluxos imigratórios. O próprio processo da reconstrução favorece a tomada de uma tal medida. Em paralelo, deverá proporcionar-se um contínuo aumento dos fluxos entre o Faial e o Pico, já que estas duas ilhas se constituem como uma unidade sem paralelo na Região, proporcionando-se assim ganhos de escala. Ao nível turístico é importantíssimo promover a realidade destas duas ilhas e as suas ofertas, a Paisagem da Vinha da Ilha do Pico, hoje Património da Humanidade, o seu património natural e cultural, a montanha. Do lado do Faial, a baía com os seus iates, o seu património histórico, o vulcão. Só perderemos se não o conseguirmos fazer, ultrapassando bairrismos barrocos e insensatos que chegam mesmo a minar o relacionamento das autarquias numa mesma ilha, todos perderemos.

Por outro lado, este empreendimento só será bem sucedido, se for acompanhado de investimento ao nível das ligações marítimas e aéreas, como forma de aumentar os fluxos entre as ilhas e destas com o exterior, mas também tornando este destino mais competitivo e interessante, diminuindo progressivamente a forte sazonalidade que se observa ao nível do turismo, a exemplo do sucesso alcançado na ilha de S. Miguel. Resulta pois a necessidade de se avançar rapidamente para o adequado ordenamento do porto da Horta e bem assim para a ampliação da pista do aeroporto, proporcionando a aterragem de aviões de maior porte, abrindo-se desta forma perspectivas de dispormos futuramente de ligações charter entre o Faial e o exterior.

Relativamente ao projecto de ordenamento do porto da Horta é fundamental que se proporcione uma melhoria da funcionalidade do mesmo, individualizando as diversas actividades que a ele afluem, aumentando as áreas acostáveis e melhorando as condições de carga e descarga de mercadorias e pescado, bem como a melhoria das condições de manutenção e reparação de embarcações, sobretudo no que se refere às embarcações de recreio e pesca. Importa igualmente melhorar as condições de

recepção e acessibilidade aos passageiros em viagem e actividades de recreio náutico, devendo também aproveitar-se esta oportunidade para proporcionar a melhoria das condições do Clube Naval da Horta, tanto em termos de serviços como de espaço para armazenamento e manutenção de equipamentos náuticos.

O que acima referi não diminui a satisfação com que assistimos à assunção de compromissos ao nível da construção de marinas em diversas outras ilhas dos Açores, algumas das quais já a decorrer. É com agrado que assistimos à execução destes projectos e obras, que proporcionarão uma maior ligação dos açorianos com o mar. No entanto, este facto só reforça a urgência de se avançar com o adequado reordenamento do porto que melhor tem sabido ao longo da sua história afirmar-se e proporcionar o desenvolvimento da ilha que vem servindo ao longo de século e meio de existência. A economia do Faial sempre viveu na dependência do seu porto. O Faial não receia uma qualquer concorrência, desde que lhe sejam oferecidas as adequadas condições ao exercício das actividades que a ele acorrem. Sendo igualmente necessário travar alguns ímpetos tendentes a centralizar numa mesma ilha o movimento de carga/descarga que desde há séculos, como vimos, vem sendo desenvolvido neste porto da Horta.

Uma palavra também para o DOP. Também neste caso falamos de uma instituição que tem sabido afirmar-se ao longo da sua existência de mais de um quarto de século. O DOP nasceu de um projecto de construção de uma Universidade tripolar que, por incapacidade financeira nalgumas fases do seu crescimento, e por clara falta de vontade e ímpetos eminentemente centralistas noutras, acabou sendo sempre remetido para última prioridade dos investimentos da Universidade. O DOP tem agora o seu projecto concluído e em fase de avaliação. Contamos com a vontade, manifesta, do Governo Regional para desbloquear mais este investimento da responsabilidade da própria Universidade, sob tutela do Governo da República, na certeza de que este é também um investimento claramente importante para o Faial e para a afirmação da Região numa área de crucial importância política, económica, científica, social e até cultural.

Não quero terminar sem antes deixar uma palavra de reconhecimento que dirijo ao Governo Regional e a todos quantos ao longo destes últimos anos participaram no

processo de reconstrução da ilha do Faial. Uma palavra especial para os açorianos que, de forma solidária, permitiram a concretização desta obra sem paralelo na Região, no País e, arrisco mesmo afirmar, na Europa e no mundo.

Solidariedade é uma palavra-chave nos Açores que vimos construindo sendo que, do reforço a que temos assistido das suas diversas expressões, só podemos esperar também o crescimento do sentido de açorianidade que nos une e distingue. É por isso também que estamos ao lado do Governo Regional neste projecto designado como ilhas de coesão. Penso que é nossa obrigação retribuímos a solidariedade recebida durante os últimos anos. De resto, numa Região como a nossa, frequentemente assolada por calamidades, como as que ocorreram na Povoação na segunda metade da década de 90, ou em Angra do Heroísmo no início da década de 80, estamos obrigados a manter uma postura de constante solidariedade. A política não pode ser apenas reduzida à arte de tudo sacar para proveito daqueles que servimos, por mais dividendos políticos que essa atitude nos possa trazer.

Ao terminar, quero deixar uma mensagem, que dirijo a todos os faialenses, no sentido de continuarmos a trabalhar pelo reforço da riqueza produzida por esta ilha, com sentido das nossas prioridades, capacidade organizativa, espírito de solidariedade e a abertura ao exterior que sempre nos caracterizou. Só assim poderemos alcançar sempre melhores patamares de desenvolvimento social e económico, recuperando também a pujança relativa que o Faial apresentou em diversos períodos da sua história. Reconhecemos a obra realizada. Saberemos quando necessário reconhecer os erros e as falhas. Aguardamos por idêntica postura por parte da oposição.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para possíveis esclarecimentos sobre esta intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Posso dividir esta intervenção do Sr. Deputado Helder Silva em duas partes e manifestar, naturalmente, o meu apreço pela forma séria, com que, sobretudo na segunda parte, procurou reflectir e colocar questões que são importantes para o futuro do Faial, no contexto do desenvolvimento que se quer para esta zona do arquipélago e para os Açores em geral.

Nesta segunda parte da sua intervenção foram feitas algumas reflexões que são importantes, que nos podíamos deter melhor sobre elas, porque são questões cruciais para o nosso desenvolvimento. Desde logo, a questão demográfica, que é fundamental para esta zona do arquipélago, mas também a referência que fez à promoção duma estreita ligação entre o Faial e o Pico. Aí eu seria um pouco mais ambicioso, e alargaria essa ligação a todas as ilhas do Triângulo...

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... porque o Triângulo é um espaço natural. Aqui sentimo-nos mais arquipélago que em qualquer outro lugar dos Açores e essa relação do Triângulo é, de facto, uma relação que tem que ser construída entre iguais, na qual há que saber quebrar as desconfianças que o passado cavou e, por isso, tem que ser uma relação muito acarinhada. E acarinhada naturalmente desde logo pelas políticas do Governo Regional, mas também pelas suas próprias autarquias. É que, enquanto cada uma das autarquias do Triângulo se preocupar apenas com o seu quintal e não se preocupar com o conjunto das políticas que é preciso e que é possível desenvolver a este nível, de facto, vamos ter dificuldades para a promoção e desenvolvimento deste destino e desta zona a que chamamos Triângulo.

O porto e o aeroporto da Horta são questões extremamente importantes, decisivas mesmo, das quais a ampliação da pista do aeroporto possivelmente sobressai. Estamos todos no Faial expectantes porque estamos a entrar no último semestre deste ano e está a acabar-se o prazo que o Governo Regional referiu que existia para a constituição de um grupo de trabalho para apresentar propostas sobre a ampliação da pista do aeroporto da Horta. Aguardamos, pois, expectantes, para ver o que é que esse grupo de trabalho vai propor a este nível.

Relativamente ao porto, se fôssemos acreditar nas declarações que foram feitas no ano das eleições, a gare marítima já estava praticamente concluída. Afinal, as obras ainda não começaram nem o projecto se conhece bem o que seja. A actual gare marítima, que serve de apoio nas ligações para o Pico e para S. Jorge movimenta tantos passageiros como a SATA movimenta em todos os Açores e a verdade é que aquele espaço é a vergonha que todos conhecemos, não tem condições absolutamente nenhuma, está degradado, foi afectado pelo sismo e continua lá, enquanto outras estruturas semelhantes noutras ilhas, que não têm sequer números de tráfego comparáveis, já estão em grandes obras.

Comungo os seus desafios em relação ao Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, que é um investimento estruturante para esta ilha e que bem merece novas instalações.

Comungo das suas preocupações sobre a questão da baldeação das cargas nos Açores, embora isso também seja algo que está na alçada do Governo Regional. Se este mantiver a actual política e o actual figurino de funcionamento, nós estamos de acordo. O problema é que nós não sabemos se será assim e, portanto, comungo e partilho das preocupações que aqui deixou.

Quanto à questão da reconstrução que quis novamente trazer aqui, louvando o modelo e colocando-o ao nível de uma grande maravilha realizada, tenho fundadas reservas.

É evidente que, depois das coisas estarem feitas, é fácil nós falarmos e é fácil olhar para trás e dizer: está feito, foi uma maravilha! É evidente que não foi uma maravilha. Teve as coisas boas que são conhecidas e as coisas más que um processo com esta amplitude, com o que envolveu de pessoas, de investimentos e de meios, tinha também que ter. Quando olhamos para trás não podemos deixar de reconhecer as virtudes que teve, nomeadamente em termos da qualidade construtiva e em termos da segurança que se transmitiu às populações. Mas também não podemos deixar de ver as coisas negativas do processo, nomeadamente a forma como as pessoas foram tratadas, a sua sujeição a interesses e ritmos eleitorais, e sobretudo a grande incapacidade que o CPR teve no relacionamento com os sinistrados. Não esquecemos também as dificuldades que ainda hoje persistem, nalguns casos pela incapacidade do

CPR em arbitrar e resolver de forma eficaz as questões resultantes da aplicação das garantias legais das habitações, face aos problemas construtivos mais ou menos graves que muitas hoje apresentam.

E mais: é evidente que não podemos dizer que a reconstrução é passado, porque ela ainda não acabou. Ainda temos conterrâneos nossos, sinistrados, a viver em barracas. Vão dizer que é um número residual. É verdade. São aqueles cuja situação faltava definir e para os quais já há enquadramento legal há mais de dois anos. Mas a verdade é que eles hoje ainda continuam nas barracas.

Portanto, a reconstrução não acabou, a reconstrução continua, há situações que estão em vias de resolução, é certo, mas há outras que não estão sequer solucionadas.

Era este registo que penso que era necessário aqui fazer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) **Deputado Helder Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que estamos de acordo relativamente à generalidade daquilo que foram as preocupações que eu expressei hoje nesta casa. É bom que assim seja, é bom, aliás, que cada vez mais Governo e a oposição saibam trabalhar conjuntamente e saibam partilhar aquilo que são preocupações e objectivos estratégicos, não apenas para as ilhas, mas também para a Região que aqui representamos e em nome da qual trabalhamos nesta casa.

Relativamente àquilo que são aspectos que temos perfeita concordância, e ainda bem que a temos, não vale a pena referi-los.

Estou certo que a gare marítima é certamente aquilo que é mais fácil de resolver, mas não me parece que seja razoável avançar com a obra da gare marítima, que será, porventura, das menos dispendiosas, sem resolvermos a globalidade das situações e de forma complementar e holística tudo aquilo que são as diversas ocupações do espaço da envolvente e do próprio Porto da Horta.

Nesta matéria penso que esperámos muitos anos pelo reforço do molhe, esperámos muitos anos, após uma longa discussão pública em muitas ocasiões, pela construção do Parque de Contentores nesta Ilha do Faial.

Portanto, neste momento estou certo que dentro de alguns meses teremos uma solução para o necessário e conveniente ordenamento do Porto da Horta.

Relativamente à reconstrução, nessa perspectiva faltará sempre à reconstrução algum pormenor. É óbvio que as empresas muitas vezes não respondem prontamente àquilo que são avarias que se verificam nestas obras. Eu próprio na minha casa, que não foi reconstruída no âmbito do processo de reconstrução, convém aqui assinalar, tenho por vezes problemas e dificuldade em conseguir que as empresas, a quem pago directamente, possam acorrer às situações e, portanto, se formos por aí vamos manter uma total e completa insatisfação relativamente ao processo da reconstrução.

Eu fiz questão de dizer aquilo que penso. Nunca ouvi dizer com clareza e penso que essa clareza, relativamente a este processo, é necessária. A verdade é que o processo de reconstrução que foi desenvolvido na ilha do Faial, no Pico e em muito menor escala em S. Jorge, falem ou não algumas poucas dezenas de casas, relativamente à situação dos designados “sem terra”, foi um processo ímpar e não tem paralelo na Região, no País e até fora do país, em termos daquilo que foi a qualidade do processo, que foi garantido, em termos daquilo que foi o volume financeiro alocado por unidade de construção. É óbvio que há processos de reconstrução mais dispendiosos fora da Região e do País em resultado de situações de calamidade também elas maiores, mas não tem paralelo e acho que é devida esta observação, o sublinhar e o reconhecimento deste facto.

Deputados José San-Bento e Ana Isabel Moniz (PS): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(*) Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para dar uma informação à câmara em relação aos processos dos sinistrados sem terrenos, que é disso que se trata só em matéria de responsabilidade do Governo Regional nesta altura.

Em relação ao Pico essas situações estão todas resolvidas e em relação ao Faial estão todas enquadradas da seguinte maneira: há dez moradias que, por iniciativa e por vontade própria dos sinistrados, vão ser adquiridas de acordo com a lei; há três que vão adquirir terrenos, há três que preferiram cedência de terrenos, há três que têm

cedências de moradias na Lajinha, há mais dezoito que vão ter uma aquisição de moradias nos Flamengos e em Castelo Branco e há mais dezassete que vão também ter aquisição de moradias num investimento que o Governo Regional já está fazendo com uma empresa e, portanto, os processos estão todos enquadrados.

Há quatro casos residuais, porque não entregaram documentação. A última diligência será os técnicos da Secretaria irem à casa dessas pessoas e perguntarem por que é que não entregam essa documentação.

O processo está nesta ponta final, naturalmente, com a última legislação que também contemplou os sem terreno. Foi um processo muito favorável para os sinistrados.

Nesta matéria o que nós temos a dizer é que a história julgará melhor o processo da reconstrução do que qualquer avaliação política que façamos neste momento ou que já tenhamos feito anteriormente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário: é bem verdade que vai ser a História que vai julgar o processo da reconstrução nas coisas boas e nas coisas más que ele teve. Nem umas nem outras devem ser obviamente esquecidas. Foi isso que eu quis dizer. É que eu, como deputado eleito por esta Ilha, só porque a Reconstrução está a acabar, não posso olhar para trás e esquecer-me do que as pessoas sofreram, esquecer-me do calvário que as pessoas aqui nesta ilha passaram para ter o seu problema resolvido, esquecer-me das humilhações impostas pelo relacionamento impessoal, cego e burocrático do CPR. Eu não me esqueço disso nem desvalorizo isso só pelo facto das pessoas terem o seu problema material resolvido.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Já discutimos essa parte muitas vezes.

O Orador: É que, Senhor Secretário, eu comungo efectivamente das palavras que o Sr. Presidente do Governo disse há alguns anos aqui no Faial: “enquanto houver um sinistrado que não tiver o seu problema resolvido não estaremos satisfeitos”. E eu não estou satisfeito.

Finalmente, Sr. Deputado Helder Silva, quem disse que ia começar as obras da gare marítima em 2006 não fui eu, foi o Sr. Secretário Regional da Economia e se ele, entretanto, resolveu não começar a gare marítima para fazer mais estudos, isso é uma questão que ele é que tem que justificar. O que eu avalio é a necessidade e a premência de uma obra que todos os que viajam no canal reconhecem. Aquilo que lá está não é nada e só nos envergonha.

Quanto à sua intervenção, e porque não tive tempo na minha primeira abordagem, devo completar que, de facto, estamos de acordo sobre as preocupações que temos pela a frente. Há um conjunto de questões estruturais que foram levantadas de uma forma séria e construtiva na sua intervenção e que eu aplaudo.

Quanto à primeira parte da sua intervenção, em que faz o relatório da obra feita, e que o seu ex-colega Deputado João Bettencourt já há mais ou menos um ano tinha aqui trazido, mantém-se o mesmo estilo: mistura o que são os investimentos do Governo com o que são investimentos de instituições privadas; mistura o que está feito com o que está em curso e com o que ainda só foi anunciado e nem começou.

O Senhor está a fazer o seu papel, que eu respeito, embora discorde do conteúdo do relatório. O que eu lhe quero dizer, como resposta política a essa listagem que apresentou, é que os eleitores do Faial, que são quem nos avalia, já lhe deram a adequada resposta nas últimas eleições regionais: uma derrota aqui no Faial.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) **Deputado Helder Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero apenas referir que, também relativamente a esta matéria da elencagem daquilo que foram obras iniciadas e concluídas pela mão do Governo Regional, fiz questão de realçar e deixar bem claro nos aspectos em que correspondia a participações do Governo Regional. Não procurei em nenhuma circunstância confundir obra totalmente financiada e executada pelo Governo Regional com aquilo que foram obras que foram participadas de forma muito expressiva pelo Governo Regional, mas que ainda assim corresponderam à resposta a um conjunto de anseios, sobretudo ao nível social. O investimento da Santa Casa da Misericórdia e também no Lar e na Escola Básica corresponderam a investimentos que eram há muito tempo

aguardados, há muito tempo estavam por fazer e investimentos muito significativos e expressivos.

Portanto, penso que não se pretende aqui tirar aquilo que é um reconhecimento daquilo que são os responsáveis por estas instituições que certamente deram os seus contributos e desenvolveram o seu trabalho, mas quando se trata de investimentos que tiveram uma mão e uma participação muito forte, às vezes de quase 100%, por parte do Governo Regional, é óbvio que nós temos que o referir.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional, no seu Programa para esta legislatura, que daqui saiu aprovado, consagrou como objectivo, na área dos transportes aéreos, prosseguir o esforço de melhoria das acessibilidades externa e interna dos Açores através da progressiva liberalização do sector, mas mantendo uma igualdade de tratamento para todos os açorianos, independentemente da ilha onde residam, bem como estimular a melhoria dos serviços prestados.

O Governo propôs e a Assembleia aprovou que uma das medidas para realizar os objectivos, era, concretamente, a de “assegurar a existência de tarifários, ligações, fiabilidade, segurança e eficácia adequadas nas ligações aéreas regulares inter-ilhas e com o exterior, acompanhando o cumprimento das obrigações de serviço público”.

Sob proposta do Governo e através do Decreto Legislativo Regional 17/2005/A, de 20 de Julho, esta Assembleia criou o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico, alegadamente para “propiciar, através de políticas de ajustamento e de proximidade, o desenvolvimento económico e social integrado do arquipélago”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo Regional dos Açores concretizou, recentemente, a política tarifária da transportadora aérea regional em relação às que chama de ilhas da coesão.

Os valores das tarifas divulgadas pelo Governo, no cumprimento da tão propalada redução do custo das passagens aéreas para as ilhas mais desfavorecidas, ao contrário do que legitimamente seria de esperar, tendo em conta o Programa de Governo e os objectivos que levaram à criação do Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico, acabaram por se transformar num logro. O desencanto foi tanto maior, porquanto o Governo, insistindo na divulgação, criara uma enorme expectativa junto dos açorianos, fazendo crer que se tratava de uma política, nova e revolucionária, não só para a promoção da economia das parcelas mais frágeis da nossa Região, como em relação à melhoria da qualidade de vida das suas populações. No caso da Terceira, por exemplo, há uma pequena redução de 8 euros nas ligações com S. Jorge e Graciosa, mas aumenta o custo da ligação com as Flores e com o Corvo, que são as ilhas da coesão mais afastadas e mais isoladas, cujas passagens já eram as mais caras. Também em relação a Santa Maria – outra ilha da coesão – a tarifa com a Terceira aumenta. O mesmo acontece com o Pico – uma ilha que não se sabe se é da coesão ou não, apesar da ruralidade que a caracteriza, seus indicadores e carências – cuja tarifa sobe 4 euros. No que respeita à ligação com S. Miguel, o aumento atinge mesmo os 10 euros, o que penaliza um trajecto que já é bastante caro em termos relativos, nomeadamente quando comparando com as ligações para Lisboa.

Também as ligações de S. Miguel com as ilhas da coesão não são contempladas com quaisquer reduções, excepto em relação a Santa Maria.

Os únicos casos, onde efectivamente se operou uma significativa redução, foram as ligações do Faial com o Corvo e as Flores. Significa isto que os Corvinos e os Florentinos só vêm o seu estatuto de ilha da coesão a funcionar, se voarem para o Faial. Se preferirem voar para qualquer uma das restantes ilhas, têm os seus custos agravados. E o mesmo acontece quando, do seu bolso, até por motivos de saúde, usam da liberdade de procurarem melhor saúde na Terceira, ou em S. Miguel. Verdadeiramente só os Faialenses são estimulados a visitar as Flores e o Corvo, o que é uma curtíssima contribuição para a viabilização dos investimentos privados nas ilhas do Grupo Ocidental. E é manifestamente muito pouco para valorizar a política

governamental nesta matéria, que, como se sabe, é importantíssima, seja para o desenvolvimento económico ou social.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

As novas tarifas só servem para confirmar que o PS nunca esteve interessado em promover uma efectiva redução do custo do transporte aéreo entre as ilhas. Aliás, quando o CDS/PP propôs, na legislatura anterior, uma redução significativa das tarifas entre as ilhas, foi prontamente contrariado e sofreu os maiores ataques por parte do PS e do Governo. Se dependesse do CDS/PP, os Açorianos pagariam metade do que pagam em qualquer ligação inter-ilhas.

A nova política de tarifas, que não se pode deixar de classificar como uma lamentável e infeliz decisão do Governo Regional, faz-nos reflectir sobre o papel da SATA Local, da SATA Regional, da SATA Nacional e da SATA Internacional. Há certas zonas das ilhas, do continente e até das Américas, que possivelmente estarão bem servidas, mas os Açores, no seu conjunto, seguramente que não estão. Exemplo disso é a última promoção da SATA que só abrange três aeroportos portugueses: Porto – Toronto 290 €; Lisboa – Toronto 290 €; Ponta Delgada – Toronto 330 €, o que significa que é mais barato ir na SATA, do Porto ou de Lisboa para Toronto, do que de Ponta Delgada! Para companhia açoriana, estamos conversados.

É caso para perguntar: quem está a beneficiar com a política da SATA?

Nesta área como no Turismo, não é certamente a maioria dos Açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Refiram-se, ainda, a propósito de transportes aéreos, mais algumas situações incongruentes.

Em Janeiro de 2005, com a liberalização do espaço aéreo e com o novo modelo de serviço público de transporte aéreo entre os Açores e o continente, esperavam-se mais e melhores vantagens para os passageiros, nomeadamente uma igualdade de direitos para todos os açorianos e no mínimo a manutenção de alguns direitos adquiridos ao longo dos últimos anos.

Até Dezembro de 2004, a TAP – em saudável concorrência com a SATA internacional, e por esta ter uma ligação directa PDL/ PORTO – praticava a mesma

tarifa para os passageiros, fossem eles embarcados na Terceira ou na Horta e com destino a Lisboa ou Porto.

Ora, a partir de Janeiro 2005, porque com o novo contrato de serviço público acabou a concorrência, as duas companhias entenderam-se muito bem, partilharam rotas e conseqüentemente a TAP aumentou o preço do bilhete em 60 euros, para os passageiros embarcados fora de Ponta Delgada. O mesmo acontece com a SATA, pois às sextas-feiras, por exemplo, é possível ter duas tarifas diferentes para o mesmo destino e usando a mesma companhia, a SATA! Ou seja: Terceira/ Porto custa 239 euros na SATA e Ponta Delgada/Porto custa 179 euros!

Tudo isto, Sras. e Srs. Deputados, só pode ser classificado como simplesmente inaceitável.

Obrigado.

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados Lizuarte Machado, António Ventura, Jorge Macedo e o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como ontem já aqui se viu, falar, delinear e definir transportes, não é uma tarefa fácil numa região com nove ilhas, com mercados muito diferenciados, com mercados que por si só não são atractivos e não justificam a manutenção de qualquer rota e que, por isso mesmo, estão integrados numa plataforma mais vasta incluída na prestação de serviço público. É verdadeiramente difícil projectar, definir e delinear transportes, sejam eles marítimos e aéreos, numa região como a nossa.

Mas, Sr. Deputado Artur Lima, é preciso não confundir o que não é confundível, confundir rotas inter-ilhas ou as ligações dos Açores ao Continente com mercados externos e com economias de escala muito diferentes, é um erro de palmatória que não faz qualquer sentido e sobre o qual não me vou pronunciar.

Em qualquer dos casos convém lembrar que a preços constantes de 2005 não há nenhuma rota inter-ilhas que em 2006 não seja mais barata do que era em 1990. Isto é um dado a preços constantes, porque essa é, de facto, a forma como as coisas devem ser referenciadas e o Sr. Deputado Bolieiro sabe isso.

Relativamente às novas tarifas e aos novos custos, as contas do Sr. Deputado Artur Lima não estão correctas, porque tirando as ligações Terceira/Ponta Delgada, todas as outras rotas baixaram significativamente. Por exemplo um passageiro das Flores ou do Corvo que viaja pela Horta, por força da redução de mais de 40% para a Horta, toda a ligação que a partir daí se faça também fica mais barato e, portanto, por essa via uma ligação da Terceira ao Corvo ou da Terceira às Flores também diminuiu mais de 40%.

Portanto, as suas contas estão erradas e não é verdade o que está a afirmar. Uma coisa é fazer uma ligação directa, outra coisa é fazer a ligação pelos aeroportos de referência a essas ilhas da coesão onde, por via da ligação a esse aeroporto de referência e das reduções muito significativas e muito arrojadas que foram feitas, as ligações às restantes ilhas também ficaram inevitavelmente mais baratas. Estas é que são as contas e não as do Sr. Deputado Artur Lima.

Portanto, todas as ligações, Terceira/Graciosa, Terceira/S. Jorge, Terceira/Pico, Terceira/Horta, Terceira/Flores, Terceira/Corvo, Santa Maria/Terceira, S. Miguel/Santa Maria, ficaram mais baratas. A única ligação que realmente sofreu um ligeiro aumento foi a ligação Terceira/Ponta Delgada.

Presidente: Agradecia que concluísse.

O Orador: Portanto, Sr. Deputado Artur Lima, as suas contas estão erradas e estes é que são os dados correctos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(* **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente registou-se, com este equilíbrio financeiro das passagens aéreas a nível regional, que o Governo encontrou, seja inter-ilhas, em que umas sobem e outras

descem, embora a notícia tivesse sido ao contrário, mas descem e as outras não sobem, um grande desequilíbrio essencialmente para os voos da Terceira/S. Miguel. Ora bem, nós não podemos esquecer que os terceirenses não têm as mesmas oportunidades que um micalense tem no acesso à SATA Internacional. São penalizados nos destinos Europa, são penalizados no destino Porto, são penalizados no destino Madeira são penalizados nos destinos Estados Unidos e Canadá, assim como também os seus emigrantes.

Portanto, nós não nos podemos dissociar daquilo que é uma rota regional de uma rota internacional, ou seja, podemos negociar mas não nos podemos dissociar do custo acrescido que já tem um terceirense e juntá-lo a um custo regional e, portanto, esta matemática não é dissociável, há aqui um custo somado e esse custo penaliza os terceirenses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Também não nos podemos esquecer que na Ilha Terceira a média de ocupação hoteleira não sai da casa dos 20%, isto porque entrar na Terceira também se tornou mais caro.

Nós não podemos esquecer que o desembarque de passageiros, comparativamente a 2004 para 2005 decresceu 1,25%, circunstâncias que penalizam os terceirenses.

A vossa matemática encontrada, é verdade, beneficia algumas ilhas, mas em particular, profundamente e em especial prejudica a Ilha Terceira e quem quer sair e quem quer entrar, atendendo às circunstâncias, em termos de turismo, que a ilha vive. A ilha vive num certo marasmo e não consegue deslocar-se dos 20%.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao transporte inter-ilhas nós estamos cada vez mais convencidos que o Governo Regional pensa e trata os transportes inter-ilhas com os pés e a ponta pé. Senão vejamos:

Deputado Francisco Coelho (PS): Está entusiasmado com o mundial, Sr. Deputado!

O Orador: Quando foram anunciadas as novas tarifas inter-ilhas no transporte aéreo, foi anunciado pela propaganda e pelo gabinete de propaganda do Governo, que as tarifas baixaram espectacularmente, inclusive induziram muitos órgãos de comunicação social em erro e muitos órgãos de comunicação anunciaram, em grandes manchetes, que as tarifas tinham baixado muito e espectacularmente. A realidade, infelizmente, não foi essa.

As matemáticas por mais complicadas ou por mais difíceis que sejam de fazer, essas até nem são, revelam o seguinte: em 75% do fluxo de passageiros que é transportado pela SATA Air Açores as tarifas aumentam; em 25% as tarifas baixam. Esta é que é a verdade, esta é foi a verdade que os senhores esconderam durante dois ou três dias.

António Marinho e Clélio Meneses (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Conseguiram mesmo que alguns jornalistas dos Açores ficassem constrangidos do modo como tinham anunciado e como tinham sido induzidos em erro.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Enganados.

O Orador: E se, como disse o Sr. Deputado Lizuarte Machado, é difícil construir um sistema de transportes inter-ilhas, quer marítimo, quer aéreo, é para isso que o Governo tem que trabalhar e é para isso que o Governo governa.

Se é difícil então, é preciso pensar o sistema com cabeça, tronco e membros. Senão vejamos: quando foram feitas algumas críticas ao tarifário entre, por exemplo, as ilhas da Graciosa ou de S. Jorge no seu trajecto para o Faial e, perante as reclamações das populações dessas ilhas, a Sra. Directora Regional do Turismo veio dizer que isso era uma questão de somenos importância, porque se tratavam de rotas residuais. A seguir a Sra. Directora Regional foi desmentida e de certo modo desautorizada quando o Governo, através do seu gabinete de propaganda, veio afirmar que afinal era um erro e que os 142 euros...

Presidente: Sr. Deputado agradecia que concluísse.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente.

... que eram solicitados na tarifa de um graciosense para chegar ao Faial tinha sido um erro da SATA, ou seja, enjeitaram as responsabilidades.

Acontece que nas regras publicadas no Jornal Oficial das Comunidades este valor de 142 euros já lá constava e foram os senhores que propuseram isso para ser publicado nas regras de serviço público de transporte aéreo inter-ilhas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Muito obrigados, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, e para além daquilo que já foi dito sobre esta questão, eu gostava de salientar um aspecto que não me parece, do ponto de vista político, de despicienda importância neste debate, porque esta questão não é a primeira vez que surge neste plenário, nem é sequer a primeira vez que surge nesta sessão legislativa.

Ontem nós tivemos uma interpelação promovida pelo Grupo Parlamentar do PSD sobre esta matéria e, salvaguardado o respeito pela capacidade de cada deputado decidir quando, como e onde intervém, gostava apenas de realçar o facto, porque me parece importante trazê-lo à colação, do PP ontem, durante a interpelação, ainda dispunha de tempo para debater transportes, mas não o quis fazer. Eu não estou a fazer nenhum juízo de valor, estou a constatar um facto.

Deputados Clélio Meneses e Mark Marques (PSD): Agora cá!

O Orador: Eu não estou a dizer que fez bem ou que fez mal, o que eu estou a dizer é que o PP tinha ontem 18 minutos para falar de transportes. Não o quis fazer e quer falar hoje, está no seu inteiro direito.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ontem falei de transportes marítimos.

O Orador: O Sr. Deputado está a sentir-se porquê? Não tinha tempo ontem?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Tinha, sim senhor.

O Orador: Muito bem! Passemos adiante. Passemos à parte material.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Essa eu quero ver!

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Governo também tinha tempo.

O Orador: Sim, mas o Governo disse aquilo que tinha a dizer sobre transportes marítimos e transportes aéreos.

Em relação à parte material o Sr. Deputado Artur Lima fez aqui uma intervenção em que proferiu algumas afirmações que me parecem efectivamente não corresponderem à verdade.

Quando o Sr. Deputado diz que o PS nunca esteve interessado em promover uma efectiva redução de tarifas, isto é falso.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é grave.

O Orador: Mas não é grave ser falso, o que é grave, receio eu, é que o senhor sabe que é falso e mesmo assim diz uma conversa dessas, porque basta constatar os números, e o Sr. Deputado Lizuarte Machado já fez referência a esta circunstância, e ver que as tarifas hoje aqui nos Açores estão efectivamente mais baixas do que estavam, nomeadamente a preços constantes de 2005 e, portanto, em relação a esta matéria o Sr. Deputado não pode fazer uma afirmação dessas.

Se houve algum ou alguns governos, que do ponto de vista de redução de tarifas fez alguma coisa, esses governos são os do Partido Socialista. Este é o primeiro facto que também é importante constatar.

Em segundo lugar, o Sr. Deputado critica a questão das tarifas da SATA, comentando que aumentou e não baixou. Sr. Deputado, eu penso que para essa análise ter efectivamente algum valor é preciso referir uma circunstância que influi decisivamente na questão dos preços dos transportes aéreos, mas o senhor não a referiu.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas não me esqueci.

O Orador: O senhor fez por ignorar na sua intervenção a questão do preço do petróleo. Sr. Deputado os aviões voam com quê?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Explique-me que eu não sei!

O Orador: Mas eu não lhe explico aqui. O senhor já tem verbete de piloto até e já devia ter obrigação de saber isso muito bem.

Mais um aspecto que me parece de salientar é o seguinte: nós estamos a assistir, em relação a este debate, por parte da intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, a uma circunstância em que o Sr. Deputado critica o Governo Regional, acha que na questão dos transportes aéreos o Governo Regional não fez nada, não está a fazer nada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eu não disse isso.

O Orador: Bom, isto é a leitura que eu retiro de afirmações tais como: “O PS nunca esteve interessado em promover uma redução de tarifas. Qual é o papel da SATA nisso? Quem beneficia dos transportes aéreos”.

A ideia política que se quer fazer passar neste momento é que o PS, em termos de transportes aéreos, não fez nada, mas sobre isso, para além de tudo aquilo que foi dito ontem, há mais uma questão que é a realidade e essa desmente claramente estas afirmações do Sr. Deputado Artur Lima.

Para terminar, devo dizer que, da mesma forma que o senhor fez por ignorar a questão do preço do petróleo, que é decisiva nesta discussão, o senhor fez por ignorar também a questão das *gateways*, da abertura de novas ligações ao exterior, fez por ignorar a questão dos investimentos que têm sido feitos em termos de infra-estruturas. Eu acho que a sua intervenção não foi correcta na medida em que faz juízos globais sobre a actuação do Governo, ignorando aquilo que o Governo tem feito sobre a questão dos transportes aéreos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Naturalmente, Sr. Secretário da Presidência, que sou eu que decido quando falo e uso o meu tempo. Ainda tenho essa faculdade. Os Deputados ainda têm a faculdade de usarem o seu tempo como entendem.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas o governo não quer.

O Orador: Percebo que o Governo não queira e prefira concentrar as coisas.

Aliás, para sua informação, Sr. Secretário, eu estava inscrito para falar na Terça-feira, não houve tempo e passou para hoje. Acho que é importante dar-lhe este esclarecimento.

Relativamente às contas eu aponte aqui o que acho que são críticas legítimas ao Governo e tenho legitimidade para as fazer. O senhor fará a sua defesa e eu faço as críticas que acho que tenho que fazer e são pertinentes e começo pelo preço dos combustíveis, Sr. Secretário:

Ontem aqui ouvimos o Sr. Secretário da Economia dizer que o petróleo subia e o Governo descia as passagens. Em 96, 97 e 98 o petróleo descia e os senhores

aumentavam as passagens. O senhor já se esqueceu disso? Já se esqueceu duma Proposta de Resolução que foi apresentada pelo CDS/PP, em 18 de Junho de 1998, para a redução das tarifas aéreas...

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Se for assim tenha muito cuidado.

O Orador: Não tenho cuidado nenhum.

... o os senhores o que é que fizeram? Nada, fizeram tábua rasa numa altura em que os preços dos combustíveis desciam e os senhores não baixaram as passagens.

Deputado Herberto Rosa (*PS*): Não é verdade. Baixámos em 96, em 98 e em 99!

O Orador: Os senhores não baixaram as passagens.

Presidente: Pedia aos Srs. Deputados, por favor, que não entrassem em diálogo.

O Orador: Quanto ao Sr. Deputado Lizuarte Machado, ficamos a saber que existe agora nos Açores aeroportos de referência, coisa que eu não conhecia, como, por exemplo, o aeroporto da Horta passou a ser agora um aeroporto de referência para os habitantes das Flores e do Corvo.

Agora, Sr. Deputado, se fizer a continha, e faça-a, Horta/Flores/Horta e Horta/Ponta Delgada, utilizando o aeroporto de referência, vai ver quanto é que custa a passagem.

Deputado Lizuarte Machado (*PS*): Fica mais barata.

O Orador: Não, fica mais caro fazer Flores/Ponta Delgada. Não fica mais barato, porque o senhor tem que pagar a passagem Horta/Ponta Delgada que não tem desconto. Some as duas de ida e volta e faça a conta. A tarifa da SATA que está na Internet não fui eu que a publiquei e tem mais 10 e mais 4 euros. Os preços aumentaram.

Relativamente a Terceira/Porto pago mais 60 euros do que Ponta Delgada/Porto. Onde é que está o destino único? Onde é que está a igualdade que o Governo Regional promove? Explique lá isso, Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Mas há mais. Obviamente que eu não referi tudo na minha intervenção, por limitação de tempo, Sr. Secretário Regional da Presidência,

Por exemplo as ligações com os Estados Unidos: Pergunte aos nossos emigrantes quanto é que pagam de excesso de bagagem para virem para a Terceira, porque só têm ligação a Ponta Delgada. Veja isto e veja que os açorianos que querem ir visitar

os seus parentes pagam mais do que os continentais querem ir aos Estados Unidos. Acha isto pouco?

Portanto, estas continhas estão certas e o senhor é que não faz bem as contas.

Presidente: Agradeço que conclua, Sr. Deputado.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente, dizendo que a política aérea realmente não é fácil numa região com as características dos Açores, agora é por isso que o Governo Regional dá 15 milhões de euros de indemnizações compensatórias como foi aqui ontem dito.

Portanto, não é fácil, mas é ou não possível fazer melhor?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(* **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A respeito de uma interpelação que o PSD aqui trouxe ontem sobre transportes inter-ilhas, mas que afinal era apenas sobre transportes marítimos, para desfazer o impacto político da iniciativa do Partido Popular, cujo relatório como conclusão de trabalho se discutiu a seguir, também, se calhar, é justo que o PP tenha resolvido trazer hoje transportes aéreos antecipando-se eventualmente ao PSD nesta matéria.

Portanto, enquanto a oposição se entretém e deleita nestes jogos, convinha talvez não perder o sentido de alguma utilidade, designadamente daquilo que foi trazido ontem aqui pelo Sr. Secretário Regional da Economia e tem que ficar absolutamente claro e que tem que ser reafirmada, apesar de todas as tentativas de deitar algumas cortinas de fumos, é que se houve governo que baixou significativamente o preço dos transportes aéreos e marítimos nos Açores foi o Governo Regional do Partido Socialista ...

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): *Muito bem!*

O Orador: ... e fê-lo de tal modo que, passados 10 anos, esses preços ainda são menores.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): *Muito bem!*

O Orador: Essa verdade não pode ser escondida em nome da justiça e da verdade histórica por pequenos “rodriguinhos” e pequenos jogos mais ou menos palacianos e mais ou menos espertos. Isso é que temos que ter bem presente.

Em relação à coesão, vamos também falar disso.

É evidente que a coesão também tem consequências, temos que ser coerentes, porque sendo os recursos limitados, se queremos ser coerentes, cumprir, apoiar e apostar verdadeiramente no princípio da coesão, a discriminação positiva vai ter consequências e, desde logo, é preciso que fique aqui claro, se os partidos da oposição, que também gostam, por arrasto, tanto de falar de coesão, estão ou não dispostos a pagar essa coesão em tudo o que ela significa. O Governo Regional e o Partido Socialista estão, nos Açores e em nome dos Açores.

Por isso, Sr. Deputado António Ventura, nós precisamos de ter consciência e assumir todas as consequências do seguinte: há muito mais canadas por esta região abaixo do que as canadas da Feteira e isso paga-se. É isso que estamos a fazer e neste caso concreto é evidente que a rota S. Miguel/Terceira ou Terceira/S. Miguel foi a rota que aumentou. Não é preciso o Sr. Deputado Jorge Macedo vir-nos lembrar que será a rota mais frequentada, porque já sabemos e não precisávamos que nos trouxesse essa pretensa novidade.

Presidente: Agradecia que concluísse.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente, aliás, porque os tempos são para se respeitar.

Em relação à questão dos preços da Terceira é bom que fique aqui claro que há um conjunto de rotas que podem ser feitas de duas maneiras ou pela via verde ou pela estrada nacional e para quem tem verdadeiramente necessidade também vai ter que fazer as suas opções, porque se fizer por determinado tipo de **gateways** os preços são diferentes. Se eu fizer Lajes/Flores directo tenho um preço e se fizer Lajes/Horta/Flores tenho outro preço.

Portanto, os números que foram aqui apresentados em termos absolutos e como valores possíveis de por via aérea se fazer uma rota a partir da Terceira, não são mentirosos nem são falsos, são verdadeiros. Quando muito se pode dizer que não são os únicos valores, as únicas rotas nem os únicos preços, mas que são verdadeiros e que o Sr. Secretário Regional da Economia e o Governo Regional têm razão quando dizem que da Terceira para todas as ilhas, em bom rigor, há possibilidades de se fazer essas rotas e só uma é que aumentou, isso é verdade. Fica aqui o esclarecimento.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência do que aqui se passou ontem era de estranhar que o PS e o Governo Regional não mantivessem esse tom de querer mandar na oposição. É uma coisa que se mantém neste Governo.

Eu sei que incomoda, mas quem faz com que eu diga isto é o vosso comportamento. Isto já está de uma forma tão intrincada na forma de actuar do Partido Socialista e do Governo que os Deputados do Partido Socialista e o Governo Regional já não se sentem. Fazem isto de uma tal forma convicta que já não se sentem quando tentam abafar tudo e todos, quando tentam mandar na oposição e o que foi aqui feito da parte do Sr. Secretário Regional da Presidência foi tentar envolver-se na gestão de um deputado da oposição, como ontem o Presidente do Governo Regional, de uma forma triste e reles, atacou a oposição.

O que é certo é que, de facto, há esta repetida tentativa, em todas as ocasiões, do Partido Socialista e do Governo abafarem as opiniões da oposição.

O vosso comportamento tem sido, infelizmente, sempre e sempre o mesmo, demonstrando um sinal claro de irresponsabilidade democrática.

Mas, indo à questão em concreto, mais uma vez se repete aqui outra postura permanente do Partido Socialista e do Governo que é a da ilusão, conforme foi aqui claramente demonstrado.

A notícia do gabinete de propaganda foi: “Baixaram as tarifas aéreas nos Açores” e a realidade, como foi aqui confessado pelo Partido Socialista, é que pelos menos as pessoas da Terceira, os habitantes que saem da Terceira, sentem que foi aumentado o preço das passagens aéreas. Isto é a verdade e verdade tem que ser claramente assumida.

Mais uma vez a propaganda socialista, a propaganda do gabinete da propaganda que tentou dominar a comunicação social e em alguns até influenciou negativamente, acaba-se por constatar que não corresponde à realidade.

Agora é que vou passar ao ponto fundamental de tudo isto.

Por que é que aumentou para umas e não aumentou para as outras? Por que é que diminuiu em percentagens diferentes para umas ilhas relativamente à diminuição para outras? É a isto que o Governo nunca conseguiu responder.

Quais são os estudos que o Governo Regional tem para aferir da coesão, ou da falta dela, dumas ilhas em relação às outras? Quais são os estudos que o Governo Regional tem para aferir do desenvolvimento, das apetências e dos constrangimentos turísticas de umas ilhas em relação às outras, para baixar números?

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente.

Quais são os estudos que o Governo Regional tem para determinar que estas ilhas precisam de baixar as tarifas numa determinada percentagem e as outras ilhas noutra percentagem? Quais são os estudos que o Governo Regional tem para que outras ilhas aumentem as passagens, com os prejuízos que isto causa às pessoas, às empresas e ao desenvolvimento económico e social das ilhas? É isto que está por explicar.

Por muitos ataques, por muita vontade que tenham de calar a oposição, isto não resolve nada, o que resolve é a explicação e a assunção da vossa responsabilidade como Governo Regional que são. É isso que esperamos e, sobretudo, é isto que denunciámos e exigimos, exercendo responsabilmente o nosso papel de oposição.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Clélio Meneses vai desculpar que eu lhe diga que o senhor tem que aprender algumas coisas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): De si?!

O Orador: Não é de mim.

O senhor tem que aprender que não é o Catão deste Parlamento.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Catão?

O Orador: O Catão. Se não sabe vá à história de Roma e já vai saber o que é.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mais uma vez o senhor fez um ataque pessoal.

O Orador: O senhor tem que saber que não é o Catão deste Parlamento. O senhor acabou de fazer aqui uma coisa...

Deputado Mark Marques (PSD): Está irritado!

O Orador: Estou irritado, porque quando dizem que o Presidente do Governo da minha Região tem comportamentos reles, é isso que me irrita.

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor não esteve aí ontem?!

O Orador: E quando o senhor se arvora neste Parlamento em defensor da moral e dos bons costumes, e que está muito ofendido, porque o Governo disse isto ou aquilo, o senhor está a ter um comportamento muito censurável, para não dizer outra coisa.

Portanto, eu não sei se tem ou não enquadramento regimental, mas isto é a defesa da honra.

Se realmente está convicto dos protestos que faz, o senhor não volta, neste Parlamento, a qualificar ninguém deste Governo de forma reles, porque nunca ninguém neste Parlamento se dirigiu ao senhor a dizer que o senhor ou qualquer deputado da sua bancada teve comportamentos reles. Percebe!

Se está realmente preocupado com a forma como as coisas se passam aqui dentro, é bom que comece a pôr essas preocupações em prática.

Aquilo que acabou de se passar nesta casa e a forma como o senhor acabou de se dirigir ao Presidente do Governo é a todos os títulos reprovável, do ponto de vista político, social e até humano.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

E há uma dúvida que se esclarece neste momento: se o senhor efectivamente se excedeu, porque acontece a todos e a mim também já me aconteceu, peça desculpa,

mas se o senhor e todo o Grupo Parlamentar do PSD acham que não se excedeu, fica registado neste momento que a forma como o PSD acha que deve conduzir o debate político é qualificar o comportamento dos seus adversários como sendo de forma reles. Isso é algo, Sr. Deputado Clélio Meneses, que nunca ninguém nesta Assembleia, deste ou dos outros governos do Partido Socialista, se dirigiu desta forma a qualquer deputado do PSD ou a qualquer outro deputado desta casa.

Portanto, aquilo que o senhor acabou de fazer foi demonstrar, a todos aqueles que aqui estão e que nos estão a acompanhar, que quando senhor “verte lágrimas” porque o Governo o ofendeu, está é a verter lágrimas de crocodilo, porque o senhor é capaz de fazer bem pior.

Quanto ao Sr. Deputado Artur Lima e em relação à sua intervenção, eu gostava apenas de salientar o seguinte:

O senhor deputado terminou a sua intervenção dizendo: “Mas é possível melhorar?” É óbvio que é possível melhorar, mas a diferença entre aquilo que é a posição do Governo e do PS e aquilo que é a sua posição, é que nós dizemos que há coisas boas e que é possível melhorar e o senhor acha que só há coisas más.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, recomendo que mantenham a lisura parlamentar e natural.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Saúdo a sua repreensão ao Secretário Regional da Presidência, porque, de facto, em acho inacreditável que alguém que esteve aqui ontem, que está na política há alguns anos, que conhece o que se passa nos parlamentos, que tem afirmações públicas e publicadas num determinado sentido, tenha o descaramento de se levantar, pedir a palavra e fazer o ataque pessoal que me fez. Mas se esse ataque pessoal era no sentido de me intimidar, teve o efeito exactamente contrário, o efeito de sentir que se a minha posição, a minha postura em defesa das minhas convicções do grupo parlamentar que represento tem esse resultado e esse efeito, é porque efectivamente estou no caminho certo.

Devo lembrá-lo, sobretudo, que quem teve o comportamento que o Presidente do Governo Regional dos Açores teve aqui ontem, e não é por ser Presidente do Governo Regional dos Açores que lhe permite dizer o que diz impunemente, deve assumir claramente essa responsabilidade.

O Presidente do Governo fez um ataque pessoal, disse que o tinham insultado. Ninguém desta bancada insultou o Presidente do Governo e com este eventual ataque, quis fazer um ataque, porque se quem considera ser citado é um insulto é porque, de facto, considera e bem as suas próprias afirmações.

Devo também dizer que foi esse Presidente do Governo Regional que veio aqui atacar, dizendo que os deputados do PSD tinham inveja, que ruíam nas unhas, numa linguagem que não é própria para um parlamento, numa linguagem desbragada e numa linguagem que não é própria para alguém que tem responsabilidades públicas de Presidente do Governo.

Foi nesse sentido político que quisemos aqui denunciar e não admitimos lições de dignidade e de respeito humano de ninguém...

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Mas precisa!

O Orador: ... e muito menos de si, Sr. Secretário, porque nenhum de nós aqui tem legitimidade para dar lições de moral e humanas a quem quer que seja.

Quem também teve um comportamento reles, em termos políticos, foi o Presidente do Governo Regional dos Açores quando disse: “A oposição não presta”. Isto é digno de quem tem responsabilidades políticas?

(Aplausos da bancada do PSD)

Foi o Presidente do Governo Regional que disse: “A oposição não presta”, trazendo ao debate parlamentar o limiar mínimo da dignidade política.

Lamento também citar o Sr. Secretário Regional da Presidência que numa declaração que foi publicada, e esperei que fosse desmentida, mas não foi, disse que a oposição do PSD era indigente. Indigente, se não sabe, explico-lhe, é sinónimo de miserável.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Não é não senhor. Não é sinónimo de miserável!

O Orador: O senhor que tem essas afirmações, que tem esta postura, vem agora aqui tentar criar um facto político, revertendo contra si próprio as suas próprias declarações e o que é preciso que fique registado é que um assunto, com a seriedade do debate dos transportes aéreos, transformá-lo à defesa, chutando para canto, evitando o debate, no ataque e na intimidação do debate político, revela de facto as vossas preocupações e revela o sentido de respeito democrático que os senhores têm por esta Assembleia.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, faço um apelo a todos para não entrarmos no disse que disse, porque se não nós não saímos daqui. O meu apelo não é no sentido de não haver debate, é para regressarmos ao nosso ponto da ordem de trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Vasco Cordeiro, julgo que o senhor foi injusto na sua declaração de há bocado.

O senhor ouviu-me aqui ontem, justamente a propósito da política de transporte aéreo, congratular-me e felicitar o Sr. Secretário da Economia com os testes do novo avião, com a renovação da frota da SATA e, portanto, se isto não é também reconhecer que se está a fazer alguma coisa, eu não sei o que é.

Eu posso não reconhecer sempre o que se está fazendo, mas tento fazê-lo. Agora, a oposição tem que ser crítica, temos direito à crítica e tento fazer uma oposição responsável. Foi isso que eu fiz aqui hoje e foi isso que fiz aqui ontem quando sobre o mesmo assunto aponte o que acho que está mal e continuo a achar. Ninguém, nesta casa, disse ainda o contrário. Os números estão cá. Não tenho tempo para os discutir, porque o meu tempo está a acabar-se, mas quero deixar registado que ontem não tive nenhum problema nem nenhum incómodo em felicitar o Governo pela manutenção que na comunicação social já se noticiava que não havia a remodelação da frota da

SATA. Eu congratulei-me com este facto e nomeadamente com os testes realizados no aeroporto do Corvo com o novo avião.

Quero deixar aqui este registo, Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(* **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao Sr. Deputado Artur Lima, está esclarecido.

Relativamente ao Sr. Deputado Clélio Meneses eu não tenho mais nada para lhe dizer,...

Deputados Mark Marques e Maria José Duarte (*PSD*): Claro!

O Orador: ... porque há uma altura, a partir da qual são os comportamentos que falam.

Portanto, o senhor qualificou a atitude do Presidente do Governo de “reles”.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Ele disse coisas piores.

O Orador: Eu já assumi e defendi aquilo que acho que deve ser defendido. O seu comportamento ficou bem patente aqui nesta câmara.

Deputada Maria José Duarte (*PSD*): E o do Sr. Presidente do Governo também.

O Orador: Em relação a este aspecto parece-me que o melhor até, do que contestar ou deixar de contestar, é deixar patente o comportamento do Sr. Deputado Clélio Meneses e é bastante esclarecedor.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(* **Deputado Francisco Coelho** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Este debate sobre transportes aéreos é muito interessante e embora ele surja na sequência de uma intervenção do Sr. Deputado do PP, vejo que o PSD se associou a ele com muito gosto e muito empenho e, portanto, talvez fosse bom, face à sua importância, que não o deixássemos a meio e que voltássemos a ele.

Gostava de, sobretudo, lhe lembrar que na sua intervenção eu julguei ver uma justificação que me parece já um tique ou um vício da oposição, porque relativamente

a uma medida, a um princípio estruturante como o das Ilhas da Coesão, o PSD não tendo, quer relativamente ao princípio, quer relativamente às suas concretas consequências, vontade de arcar com o ónus de o criticar, de não o defender, pede estudos. Houve uma altura neste país em que, quando nós queríamos fazer uma coisa, se pedia comissões.

Agora, fala-se nas Scuts e o PSD na altura própria não votou contra, mas tinha dúvidas, tinha angústias metafísicas, pedia estudos.

Fala-se nas Ilhas da Coesão, o PSD pede estudos. Eu presumo que o Sr. Deputado Mark Marques em S. Jorge não vai dizer que não queria que as passagens para a Terceira baixassem e que devia ter sido feito mais estudos; nem o Sr. Deputado do Corvo, nem o Sr. Deputado das Flores.

Portanto, há aqui uma pretensa adaptação de quem quer fazer oposição, tentando parasitar aquilo que de bom tem as iniciativas do Governo, tentando também parasitar os descontentamentos que determinado tipo de medidas, na sua aplicação e na sua coerência global, têm também consequências eventualmente menos positivas. Assim não nos entendemos.

O Governo Regional assume os princípios, leva-os à prática e defende as consequências positivas que eles têm, os resultados aparentemente menos positivos que possam ter, porque o exercício que claramente se tentou fazer aqui sobre a Terceira, parece-me que corre o risco de poder ser definido como uma tentativa de socialização da inveja.

O que se passa aqui é outra coisa: não há dúvida que há, em termos absolutos, um abaixamento de tarifas absolutamente significativo de há 10 anos a esta parte.

Agora, resta saber se nós perdemos essa ideia, que é a ideia fundamental, e achamos que não estamos bem só porque eventualmente outros ainda tiveram uma baixa maior. Isso não é uma ideia de justiça, isso é, perdoem-me, uma ideia de mesquinhez. Não foi por essa ideia que nós fomos, não é por essa ideia que nós vamos, porque nós achamos que aquilo que o Governo fez, designadamente e também para a Terceira, onde em bom rigor se conseguiram rotas e ligações com todas as ilhas do Açores e em que só necessariamente uma dessas rotas aumenta, foi uma boa política para os

Açores, é uma boa política também que permite à Terceira ocupar o seu lugar neste aspecto fundamental para o desenvolvimento dos Açores e da Terceira.

Muito obrigado.

Voices da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

(Eram 12,00 horas)

Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 20 minutos)

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O tempo das grandes obras publicas está acabando e não deixa de ser de certa forma preocupante que além de duas ou três ideias vagas, ainda pouco ou nada se concretizou sobre o que será a acção do governo após a conclusão da “era do betão”.

As ilhas da chamada “coesão” só têm hipótese de se desenvolver através dum forte investimento público, que tenha em vista dois aspectos, o desenvolvimento económico e a consequente criação de postos de trabalho.

É preciso não nos esquecermos que, por exemplo, Santa Maria, nos últimos 50 anos perdeu mais de 50% da sua população e que se é verdade que este êxodo nas últimas décadas é muito menos significativo, também não deixa de ser verdade que o abandono da ilha agora se verifica muito mais entre as camadas jovens, principalmente entre aqueles com maiores qualificações.

Se não invertermos rapidamente a tendência para a desertificação destas ilhas, se não conseguirmos fixar as suas camadas jovens, então tudo aquilo que se faça não terá qualquer valor.

É, sem duvida, através da criação de empregos qualificados, que permitam que pelo menos uma parte dos jovens que terminam os seus estudos regressem às ilhas de

origem, que está a chave do sucesso e a única via para assegurar o futuro das parcelas mais pequenas do arquipélago.

Sem esta massa critica é quase impossível que estas ilhas se desenvolvam, quer económica, quer socialmente.

Sabemos que isto não se consegue num dia, que é um processo que levará tempo, mas exactamente por isso é que urge definir as estratégias para o conseguir.

Por isso temos que ser mais exigentes, já não nos podemos contentar com as obras que, apesar de registarem anos de atraso, lá vão aparecendo, temos de nos concentrar naquilo que é essencial e que realmente poderá ser polarizador desse desenvolvimento tão necessário.

Decorre daqui que discursos vagos, boas intenções e chavões do estilo “ilhas da coesão”, se não forem concretizados apenas servem como lenitivo para um problema que cada vez se agrava mais e por isso a cada dia que passa será mais difícil de resolver.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Qual não foi o nosso espanto quando ainda muito recentemente ouvimos o Sr. Secretário da Economia dizer que com o novo estudo sobre o desenvolvimento dos Açores é que será possível corrigir os erros do passado e avançar rumo ao tão desejado desenvolvimento harmónico da nossa Região.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Secretário, das duas uma, ou os Srs. andaram a distraídos durante dez anos, ou então o Sr. está a reconhecer que a política levada a cabo até este momento, falhou, situação com a qual estamos de acordo, principalmente, se atendermos a que grande parte dos investimentos não tiveram por base uma verdadeira estratégia de desenvolvimento.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A 2ª hipótese é que é verdadeira.

O Orador: Santa Maria é bem o exemplo de alguns investimentos falhados, de decisões e omissões que nos são prejudiciais e de algumas políticas que além de não serem eficazes ainda por cima criam situações de mau estar entre os diversos agentes económicos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Santa Maria é uma ilha pródiga em infra-estruturas subaproveitadas ou até totalmente desaproveitadas.

Já tínhamos a “ Estação Lorin”, o “Polígono”, a “ Zona Franca”, o Aeroporto e agora ficamos também com o “Cais Ferrie” para acrescentar a esta lista.

Desde o início que o Governo foi alertado para o facto de esta obra ir criar muita agitação no Porto Comercial de Vila do Porto, não quis ouvir, depois foi confrontado com o facto de o sistema RO-RO não funcionar e, agora, situação bem mais caricata, o navio “Ilha Azul” tem calado a mais para acostar nesse cais.

Conclusão desta triste história, Santa Maria tem um cais para Ferries, uma gare marítima de passageiros, mas o Ferrie, infelizmente, só consegue atracar é no porto comercial e a gare marítima fica exactamente no sítio oposto àquele onde era necessária.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Inacreditável!

O Orador: Ou seja, depois de alguns milhões gastos e de alguns anos de espera, voltamos à estaca zero, no que concerne às condições para acolher quem nos visita e, tudo isto porque houve demasiada pressa em concluir esta obra.

O calendário eleitoral assim o exigia!

A falta de profissionalismo com que tem sido tratada toda esta operação “milionária” do transporte marítimo de passageiros, transformou uma excelente ideia numa realidade incontrolável, sem qualquer qualidade ou critério e que, infelizmente, por via de tantos atrasos e problemas, cada vez menos é uma mais valia para a ilha.

Um mês de atraso no início das viagens, faz grande diferença, causa grandes transtornos e torna, sem dúvida, mais difícil a vida dos nossos empresários que só com uma época alta mais alargada, é que conseguem suprir as dificuldades motivadas por um Inverno demasiado longo e pela pequena dimensão da ilha.

Pensando que não, aqueles que nos visitam utilizando o transporte marítimo, em poucos anos tornaram-se numa espécie de “balão de soro” para a frágil economia mariense, além de que alguns investimentos foram feitos já a considerar o fluxo de turistas gerado por este tráfego.

Por isso é que não se pode nem se deve analisar de ânimo leve os sucessivos atrasos a que tem estado sujeita a operação dos “Ferries”, porque aquilo que até se calhar não

tem grande importância para ilhas como São Miguel, assume, de certeza, especial relevo em ilhas de menor dimensão.

Outro factor que nos preocupa é o facto, já confirmado, de que o “Baía de Málaga” não iniciará a sua operação na data prevista, situação que poderá afectar novamente Santa Maria, uma vez, que nos primeiros dias de Julho a ilha era escalada por este navio.

Todas estas situações são lamentáveis, revelam alguma irresponsabilidade e, francamente, oito anos depois do início do Transporte Marítimo de Passageiros nos Açores, já não deveriam ser admissíveis.

Esperamos sinceramente que estes exemplos não se repitam, que as políticas implementadas melhorem, que os estudos que se estão a fazer sejam traduzidos na prática e que o Governo perceba que já não há mais tempo para indecisões e para obras de cariz propagandístico, sob pena, de estarmos a hipotecar, definitivamente, o futuro destas ilhas.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos

Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa.

Deputado Alberto Costa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Deputado Sérgio Ferreira sobre a Ilha de Santa Maria tem duas partes distintas, numa faz a apreciação sobre aquilo que é uma ideia consensual na própria ilha no que toca ao futuro, à fixação de jovens. Essa é uma preocupação transversal e evidentemente que não é fácil, porque se o fosse, essa questão estava resolvida nas ilhas pequenas dos Açores e nos locais pequenos do País. Contudo os incentivos às Ilhas da Coesão por si só não são uma varinha mágica e não fixam pessoas.

Evidentemente que é preciso também ter em conta de que os incentivos só por si, e com o número de pessoas que moram na ilha, levará a que os empresários locais, vão ter um aproveitamento muito pequeno.

A ideia que fica é que há que captar investimento externo à custa também desses incentivos que agora existem, criando aí, sim, mais outras empresas e outros postos de trabalho que fixem a população em geral e os jovens em especial.

A Ilha de Santa Maria é uma ilha que realmente, como foi dito, teve infra-estruturas ao longo dos anos com uma dimensão que ultrapassa até a própria Região, tais como a questão das escalas que eram feitas entre a América e a Europa, a Estação Loran, o Poligno; foi a questão da Zona Franca que também foi falada e houve um esquecimento do Entreposto de frio que também foi outra obra feita em tempo eleitoral, há uns anos atrás, que era para ver se se dava a volta política na ilha.

Relativamente ao cais ferrie, este não se enquadra neste tipo de situação. O cais ferrie deve ser usado e é para ser usado. Com certeza que neste momento com o Ilha Azul, este navio em especial, que é um navio de transição, é um navio que vem por dois anos e tem um problema de acostagem.

Os navios que estão a ser encomendados pelo Governo já terão em conta tudo aquilo que são os portos dos Açores.

E não é por esse motivo, que Santa Maria ficou sem transportes marítimos neste Verão, porque, apesar de tudo, o Ilha Azul está a encostar no nosso porto comercial.

Relativamente ao estudo da Secretaria da Economia, é um estudo que vem reposicionar as políticas no momento actual - com certeza que o que está feito, foi feito com base em estudos e bem feito - vem fazer uma actualização das necessidades e criar a ideia das necessidades que existem a partir de agora para uma geração de novas políticas que hão-de ser implementadas. Esse estudo já teve uma virtude de nos vir dizer aquilo que é a situação actual dos Açores em relação à emigração e àquilo que foi a desertificação de algumas ilhas, incluindo Santa Maria com 54% de há vinte anos a esta parte.

Portanto, isso vai contribuir para que se faça uma análise muito actual das necessidades que cada ilha dos Açores tem e, com certeza, estaremos cá todos para fazer uma análise das necessidades que no futuro se irão pôr e, por isso, em bom

momento se arranhou uma agência de investimento externo que poderá potenciar algumas das infra-estruturas de Santa Maria, nomeadamente o seu Aeroporto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira. Dispõe de três minutos.

(* **Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alberto Costa:

Relativamente à questão do cais ferrie quero colocar-lhe uma pergunta: o senhor tem a certeza que os navios que foram encomendados conseguem operar no cais ferrie? Se o senhor tem a certeza eu fico mais descansado. Eu não tenho tanto a certeza quanto isso e mesmo que eles consigam operar, operarão sempre condicionados, porque já o navio Golfinho só operava no cais ferrie condicionado, porque bastava estar vento para ir para o porto comercial.

Portanto, aquilo é sempre uma obra de importância duvidosa. Aliás, o senhor sabe tão bem como eu, porque era Presidente da Câmara Municipal, que a população de Santa Maria e a Assembleia Municipal de Santa Maria, por unanimidade, eram de opinião que se devia ter dado primazia à feitura do porto de recreio e então depois fazer o cais ferrie. O Governo resolveu inverter as prioridades com o excesso de velocidade marcado pelo calendário eleitoral. Não estou dizendo se isso é mau ou se é bom, agora o que resultou disso é que foi mau, porque aquele cais realmente nunca funcionou.

A primeira vez que o Golfinho chegou lá para utilizar o sistema de RO-RO o senhor sabe o que é que aconteceu, tiveram que partir o cais e mesmo assim não dava, tanto que nunca utilizou, porque bastava estar um bocadinho de vento ou uma pequena agitação do mar e o Golfinho ia para o porto comercial e isso vai acontecer com qualquer barco desse estilo que lá vá, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... a menos que arranjem um barco com condições específicas para atracar naquele cais ou então façam uma obra, que é complicada, cara e que leva tempo, que seria aumentar o fundo naquela zona, só que isso não se faz de um dia para o outro, certamente custa muito dinheiro e até poderá afectar o cais que já está feito.

Quanto à questão dos estudos da Secretaria Regional da Economia, eu termino a minha intervenção dizendo que espero que os estudos acabem por ter uma tradução prática, mas, Sr. Deputado Alberto Costa, há anos que ouvimos falar de estudos de desenvolvimento, há anos que ouvimos falar de políticas de coesão, há anos que ouvimos falar de desenvolvimento harmónico dos Açores, mas a realidade, e é essa que temos que enfrentar, é que as ilhas mais pequenas estão cada vez mais pequenas, quer nós consideremos os trinta anos de democracia nos Açores, quer consideremos os dez anos de governação do PS.

A verdade é esta: as políticas não têm sido eficazes e é preciso olhar para isso com olhos de ver e tentar arranjar uma solução, sob pena de daqui a dias, mais ano, menos ano - e eu não gosto de ser catastrofista, aliás, gosto muito de viver na minha ilha e espero lá viver até ao fim dos meus dias - as ilhas entrarem em colapso por falta de gente. A grande questão é essa.

Era só isto que eu tinha para dizer.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa.

Deputado Alberto Costa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao porto, evidentemente que, como o meu amigo pode calcular, eu não tenho certezas de nada, porque essas coisas não existem. O que há é um caderno de encargos que está sendo feito e que pode prever uma série de situações que têm a ver com Santa Maria e com outros portos da Região.

Por outro lado, aquilo que me levou a fazer a declaração anterior foi, pelo que li na imprensa, de que o Presidente da Junta Autónoma dos Portos disse que ia haver uma dragagem complementar aquando da execução do porto de recreio e que isso iria alterar o problema que neste momento lá existe.

Em relação aos estudos que falou, evidentemente que os estudos não resolvem a questão, fazem uma actualização e dão-nos a noção do que é que pode ser feito, mas há que passar à captação de investimento que pode ser bem ou mal sucedida. Foi isso que eu disse anteriormente.

Essa é a vertente que eu entendo do estudo e não é a partir daí que as coisas se resolvem.

Muito obrigado.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Rogério Veiros para uma intervenção.

Deputado Rogério Veiros (PS): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Leg. Regional dos Açores, Exmas. e Exmos. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo Regional:

O Estatuto da Região Autónoma dos Açores prevê visitas do Governo Regional a todas as ilhas, apesar de haver quem coloque em causa a utilidade e a importância deste princípio. Essas observações só podem ser feitas por quem não reside, ou não está intimamente ligado ao quotidiano das ilhas, sobretudo das mais pequenas e isoladas, como é o caso de São Jorge. As visitas estatutárias servem para colocar no plano regional problemas e questões de todas as ilhas, aproximando diferentes realidades. Em tempo de revisão do Estatuto é imperativo que este princípio seja mantido e salvaguardado.

No dia a dia das ilhas mais isoladas, o Deputado Regional ouve e encaminha a resolução de problemas e questões que localmente lhe são apresentadas. É sempre mais fácil transmitir as dificuldades vividas por quem reside em ilhas pequenas, quando os nossos governantes sentem e presenciam os factos e as realidades quotidianas.

Na qualidade de Deputado da bancada do Partido Socialista, sinto o dever e a responsabilidade de fazer esta intervenção no rescaldo da visita do Governo Regional a São Jorge, para evidenciar o cumprimento do nosso programa eleitoral, tarefa para a qual fui eleito, e assim, **fiscalizar a actividade governativa** e também manifestar a nossa preocupação face a alguns assuntos, como: as acessibilidades à ilha questão fundamental para o seu desenvolvimento, e ainda mais preocupante os dias difíceis que se vive em São Jorge em resultado da **má gestão do poder local**.

Exmo. Senhor Presidente, Exmos. Senhores Deputados, Exmos. Senhores Membros do Governo Regional:

No rescaldo da visita do Governo a São Jorge, podemos concluir que **as promessas estão a ser cumpridas** e que aquilo que temos vindo a anunciar começa a ser uma realidade. A exemplo disso, podemos lembrar:

- *O porto de Recreio das Velas - adjudicado;*
- *A electrificação da Fajã de São João e Caldeira de Santo Cristo - assinado o protocolo de financiamento;*
- *A construção de moradias a custos controlados na Urzelina, para a fixação de população - concurso lançado;*
- *A consolidação e protecção da Orla Costeira de São Jorge, desta feita, o muro do Porto da Panela na Fajã de São João - autorizada a abertura do concurso;*
- *A aquisição dos terrenos para a construção de um parque de campismo, na Caldeira de Santo Cristo – autorizada a aquisição;*
- *A ampliação do Porto da Fajã do Ouvidor – autorizada a abertura de concurso, e ainda*
- *A pavimentação dos troços da Urzelina Manadas e da Rua de Baixo - em execução.*

As novidades são sempre esperadas quando há visitas do Governo Regional. Neste caso, esta foi uma visita muito produtiva, senão vejamos:

- *Foi autorizada a elaboração da segunda fase do projecto do Porto de Recreio Náutico das Velas;*
- *Foi decidido apoiar a construção de uma Pousada da Juventude, na Calheta, em parceria com a Igreja;*
- *Foi anunciado que, em 2007, iremos ter o início do processo de aumento da nossa Pista, para que haja no futuro uma melhor operacionalidade desta infra-estrutura, que em muito tem travado o nosso desenvolvimento.*

Exmo. Senhor Presidente, Exmos. Senhores Deputados, Exmos. Senhores Membros do Governo Regional:

Apesar deste claro desenvolvimento, existem sempre situações que preocupam os jorgenses, insatisfações que decorrem de uma resposta nem sempre a mais adequada e a que melhor serve as populações, como acontece com os transportes marítimos e aéreos. No entanto, trata-se de uma fase transitória e o futuro próximo trará, com a vinda dos novos barcos, melhor resposta às necessidades de transporte das ilhas mais

pequenas, que dependem deste recurso para ficarem mais próximas do restante arquipélago. Com um navio sedado nas Velas para fazer a ligação ao Pico e Faial e outro em Angra para fazer a ligação a São Jorge, passaremos a ter uma posição estratégica na distribuição de passageiros no grupo central.

A nós, Partido Socialista, cabe-nos criar novas políticas, novos desafios e encontrar as soluções para os novos problemas que nos surgem. Por isso, em São Jorge, aguardamos com grande ansiedade a chegada dos novos barcos em 2008 resolvendo problemas de definição de escalas e horários na ordem do dia. Este importante investimento, em conjunto com a obra de ampliação do aeroporto, irá resolver uma questão central para o desenvolvimento de São Jorge, as acessibilidades, permitindo que nos próximos anos a economia local aspire a outros investimentos e ao desenvolvimento da indústria do turismo.

Exmo. Senhor Presidente, Exmos. Senhores Deputados, Exmos. Membros do Governo Regional:

Os Jorgenses, tal como os Açorianos, têm consciência de que os investimentos anunciados, a implementação das políticas de coesão e a acção do Governo Socialista, têm protegido os Açores e consequentemente São Jorge dos problemas que a economia nacional atravessa. Contudo, **a economia da ilha de São Jorge está ferida de um mal, que vem do poder local Jorgense.**

Lembrando os últimos anos de governação do PSD nos Açores, em que a economia regional era penalizada pelo incumprimento nos pagamentos por parte do Governo Regional, hoje, a situação não é muito diferente no que toca ao poder local em São Jorge.

Existem empresas que se recusam a fazer fornecimentos a crédito às Câmaras Municipais; instituições bancárias que não aceitam como garantia os valores devidos pelo poder local; fornecedores que aguardam o pagamento de facturação vencida aos municípios, com um, dois e mais anos; instituições, sem fins lucrativos, Clubes de Futebol, Sociedades Filarmónicas e mesmo Juntas de Freguesia da mesma cor partidária, com sérias dificuldades, porque o poder local não cumpre os seus compromissos; funcionários, privados de alguns dos seus direitos, porque até as suas

remunerações estão atrasadas e os seus descontos para os sub-sistemas estão por pagar.

O rol de situações poderia ainda ser maior.

Tudo isto parece uma história terceiro-mundista, mas é a realidade para onde fomos conduzidos pelo PSD em São Jorge, na gestão do poder local.

Exmo. Senhor Presidente, Exmos. Senhores Deputados, Exmos. Senhores Membros do Governo Regional:

Esta má gestão do poder local está a bloquear o desenvolvimento da economia Jorgense. Por um lado, temos os agentes económicos e as políticas de coesão e, por outro, temos o poder local a atrofiar o desenvolvimento da ilha. Esta situação é muito grave e cabe ao PSD Regional assumir as suas responsabilidades nesta matéria. Mas, o seu líder prefere arrumar a viola no saco e fazer de conta que nada acontece.

Alguns autarcas e líderes do PSD local manifestam tanto empenho e responsabilidade nas suas funções, que até faltam às reuniões do Conselho de Ilha com o Governo Regional. Afinal, para eles existem outros compromissos inadiáveis... como tocar viola, bem mais agradáveis do que discutir medidas de desenvolvimento para São Jorge. Assim agiu o Presidente de Câmara Municipal da Calheta, no decorrer da última visita do Governo Regional a São Jorge. A isto, chama-se falta de respeito pelos habitantes do seu concelho, falta de vontade de trabalhar e muita irresponsabilidade.

O PSD devia assumir as suas responsabilidades, pensar que estes exemplos comprometem a nossa economia e o nosso desenvolvimento, denegrindo a democracia.

Exmo. Senhor Presidente, Exmos. Senhores Deputados, Exmos. Senhores Membros do Governo Regional:

Os Jorgenses começam a ficar seriamente preocupados com estas situações, muitas famílias estão a abandonar São Jorge e, é comum vermos jovens de São Jorge nos principais centros urbanos da Região à procura de melhores condições de vida. As políticas de coesão e fixação de população em execução pelo Governo Regional são muito importantes, mas infelizmente não chegam, pois uns remam para a frente e outros puxam para trás.

È importante para o futuro de São Jorge que se assuma uma política diferente ao nível do poder local; é importante que os responsáveis locais assumam que estão a conduzir mal e que têm urgentemente de mudar de política. O facto de terem sido legitimamente eleitos não lhes dá o direito de fazerem o que querem, mas sim, o dever de serem responsáveis e de trabalharem para o desenvolvimento sustentado e equilibrado de São Jorge.

Sei que alguns vão dizer que esta não é a Assembleia Municipal das Velas ou da Calheta, mas esta é a Assembleia de todos os Açorianos. Tal como para todas as outras ilhas, a economia de São Jorge é um assunto de interesse relevante para os deputados eleitos que aqui têm assento.

Exmo. Senhor Presidente, Exmos. Senhores Deputados, Exmos. Senhores Membros do Governo Regional:

O facto de estarem satisfeitos com a resposta dos governos do PS, não significa que os Jorgenses não aspirem por algumas outras obras e queiram que o Governo faça mais. Ouço frequentemente falar do desejo de ver o aumento do Porto de Velas, a construção de um Núcleo de Recreio Náutico na Calheta e muitos outros sonhos, que o tempo fará realidade. Podem estar descontentes com as ligações marítimas e a aguardar que os novos barcos cheguem, mas sabem que esse é um problema que brevemente terá solução. O impacto que o atraso nesta medida pode ter não se compara com a atrofia financeira e económica que o poder local está a causar, pela má gestão do PSD.

Acreditamos no futuro dos Açores e da ilha de São Jorge.

O Governo Regional está a dar o seu melhor, como podemos constatar nos projectos executados, em execução e em planificação, todavia não pode ser o Governo Regional sozinho a gerar desenvolvimento, a contribuir para os investimentos públicos e a suportar as asneiras feitas pelo poder local. A responsabilidade do desenvolvimento cabe a todos, que devem trabalhar com o mesmo empenho, coordenação e, acima de tudo, no mesmo sentido.

O Governo do Partido Socialista está a mudar os Açores, está a Governar bem, mas se outros não colaboram, a tarefa torna-se mais difícil.

Os Açores são nove ilhas e todas precisam de desenvolvimento, dinamismo e coragem. Chega de festa e boa vida, vamos todos trabalhar para desenvolver a nossa terra.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados Mark Marques e Aires Reis.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu dirijo a palavra ao Sr. Presidente da Assembleia Regional.

Eu penso que o Sr. Deputado Rogério Veiros, no seu papel aqui nesta Assembleia, pode se ter enganado, mas no seu subconsciente estava correcto.

De facto, o senhor veio aqui tentar desviar as atenções para o poder local.

Tem sorte, hoje, de não estar aqui o Presidente do Governo, porque no Conselho de Ilha, quando o Sr. Deputado Rogério Veiros e o Deputado Aires Reis começaram a discutir sobre os transportes marítimos, o Sr. Presidente do Governo recomendou que tratassem desse assunto na Assembleia.

Hoje, o Sr. Presidente da Assembleia Regional se calhar não vai dizer para o senhor tratar dos assuntos da Assembleia Municipal lá. Mas isto é um aparte.

O Sr. Deputado traz aqui um rescaldo, - eu tenho aqui a cópia do dicionário para evitar alguma correcção - e rescaldo quer dizer “borralho” ou “cinzas ainda em brasa”. Não sei se o senhor entende rescaldo um bom termo para usar nesta visita do Governo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Porque estou há mais tempo na política do que o Sr. Deputado Rogério Veiros, gostaria de dizer que é com muito gosto que nós recebemos sempre os nossos governantes na Ilha de S. Jorge, como diz alguém de S. Jorge.

Eu sou um homem de fé, mas não fazemos muita fé nessa visita, porque até compreendemos que os Deputados do Partido Socialista, os Deputados do PSD e os autarcas ao longo do ano fazem chegar a quem de direito todas as preocupações sobre S. Jorge.

Portanto, eu estou naquela fase da vida como S. Tomé: tenho que ver para crer e gosto de fazer oposição consciente e verdadeira.

Quero, por exemplo, dizer que o troço da estrada regional Urzelina/Terreiro/Manadas é uma realidade. Começou a obra e estamos todos de parabéns. Reconheço isso.

Quero também dizer que a assinatura do contrato para a construção do porto de recreio é uma realidade e o primeiro indício de que a obra vai começar foi a retirada do quiosque que estava em cima do cais. Também aplaudimos.

Portanto, nós estamos neste assunto com seriedade, mas há coisas que nos dão descrédito e a história faz-nos lembrar isso. É bom fazer exercícios de memória e podemos começar, por exemplo, pelo porto da Fajã do Ouvidor que desde 1996 consta neste panfleto (o Presidente do Governo estava bastante mais novo) e vai ser feito 12 anos depois.

Deputado Gaspar Lima (PS): Mas vai ser feito!

O Orador: Doze anos depois na sua terra, se calhar, é pouco tempo.

Deputado Gaspar Lima (PS): Vocês levaram 20 anos e não fizeram nada.

O Orador: A Unidade de Saúde de Ilha parece que vai ser uma realidade. Vou continuar como S. Tomé: ver para crer, fazendo fé que o que está a funcionar na Ilha do Pico está a ser bom, mas continuamos à espera. Foi anunciado há três anos e vamos ver se vai chegar a funcionar.

Em relação à ampliação da pista do Aeródromo, o Sr. Presidente do Governo começou a reunião do Conselho de Ilha dizendo e passo a citar: “O Governo não presta contas às autarquias nem aos parceiros sociais”. Agradecia que lhe poupassem os elogios e que estava ali para receber contributos.

Presidente. Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

O que eu queria dizer ao Sr. Deputado sobre este assunto do aumento da pista do aeródromo é que já em Abril de 2003 o Governo tinha feito esse estudo e, portanto, não é uma coisa que tenha decidido agora.

Vir agora dizer que o projecto está pronto até ao final deste ano, mas não foram os autarcas, não foram os parceiros sociais, não foram os deputados, eu penso que é uma deselegância. Acho que é a vontade de todos. Nós ficamos satisfeitos se o Governo anuncia, mas ficamos insatisfeitos se ele não fizer.

Portanto, eu mantenho esta posição de S. Tome: “ver para crer”.

Deputados Jorge Macedo e António Marinho (PSD) *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

(*) **Deputado Aires Reis (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Rogério Veiros, eu acho que o senhor está a perder qualidades.

Sinceramente gostava de lhe dizer que o senhor não conseguiu encontrar as palavras adequadas para relatar a visita do Governo.

Eu acho que a visita do Governo Regional a S. Jorge foi de um brilhantismo nunca antes visto, pelo menos nos últimos 10 anos.

De resto, a pessoas entendem que, de facto, foi uma visita que trouxe grandes benefícios e grandes melhoramentos.

Deputado António Marinho (PSD): Quais são?

O Orador: Eu agradecia que o Grupo Parlamentar do PSD não me fizesse perguntas difíceis, porque verdadeiramente estar aqui a dizer quais é um bocado complicado.

Como dizia, foram grandes beneficiações e melhoramentos que, de resto, são expressões do Estado Novo, como naturalmente se lembram.

Expressão do Estado Novo foi também a postura do Sr. Presidente do Governo quando chegou a S. Jorge e reuniu com o Conselho de Ilha e lhe disse duas coisas muito simples: “eu não tenho obrigação de reunir com o Conselho de Ilha” e mais grave do que isso, disse: “eu não estou aqui para dar satisfações ao Conselho de Ilha”.

Eu penso que isso é um desrespeito enorme para com as entidades da Ilha de S. Jorge.

Aproveitando esta fase para a crítica que o senhor fez ao Presidente da Câmara da Calheta, naturalmente, se calhar, ele até fez bem, porque verdadeiramente ir a um Conselho de Ilha onde o preâmbulo da conversa foi esta, feita pelo Sr. Presidente do Governo, parece-me que o Conselho de Ilha não tinha mais nada a fazer ali. O que tinha sido correcto era levantarem-se e irem-se embora.

Não sei se posso chamar a isto um vírus, porque já no mandato anterior acontecia algum Sr. Deputado vir aqui falar sobre isto. Pelos vistos, a grande opção dos deputados de S. Jorge são as Câmaras Municipais.

Gostaria de dizer que, contrariamente àquilo que o Sr. Deputado Rogério Veiros disse aqui nesta Assembleia, tem sido claramente, e a população sabe muito bem disso, as Câmaras Municipais que têm assegurado algum desenvolvimento que S. Jorge tem tido durante os últimos anos e não as obras do Governo Regional, porque no que respeita aos caminhos agrícolas, por exemplo, qual não foi o meu espanto quando no Conselho de Ilha eu pergunto ao Sr. Secretário se ele se lembrava de algum caminho agrícola que tivesse pavimentado com asfalto no Topo, zona por excelência dedicada à pecuária, e a resposta do Sr. Secretário foi mostrar um conjunto de fotografias de caminhos com bagacinhas, dizendo-me que era uma falsa questão, porque os caminhos estavam transitáveis.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Os senhores cumpram as vossas promessas que nós cumprimos as nossas.

O Orador: Sr. Secretário, eu disse-lhe e volto a repetir aquilo que lhe disse no Conselho de Ilha: se os caminhos agrícolas estão em boas condições, devem-se às Câmaras Municipais e às Juntas de Freguesia.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Isso é que era bom!

O Orador: É verdade e não foi por acaso que o senhor tirou a fotografia aos caminhos, mas não tirou às máquinas que estavam a arranjá-los, porque sabia que eram as máquinas das Câmaras Municipais.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Só quero dizer também qual não foi o meu espanto quando eu coloco uma questão no Conselho de Ilha relativamente ao Porto do Topo e ninguém deu resposta, havendo ainda um conjunto de questões levantadas que não tiveram resposta por parte do Governo Regional. Isto foi exactamente a prova da postura que o Sr. Presidente do Governo Regional teve no Conselho de Ilha.

Para terminar, gostaria ainda de dizer o seguinte: o Conselho de Ilha devia ser exactamente o oposto, local onde as pessoas pudessem levantar as questões e que as mesmas fossem claramente respondidas pelo Governo Regional. Isso não aconteceu e é uma pena. É a postura de arrogância que este Governo tem.

Deputada Maria José Duarte (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, a conversa relativamente a S. Jorge está muito interessante, mas vai ter que prosseguir amanhã no período de antes da ordem do dia, porque chegámos à nossa hora regimental.

Vamos fazer um intervalo para almoço e reiniciaremos os nossos trabalhos pelas 15,00 horas com a apresentação, nos termos regimentais, de um diploma por parte do PSD, seguindo-se a pergunta do Sr. Deputado Independente ao Governo Regional e restante ordem de trabalhos.

Bom almoço e até às 15,00 horas.

(Eram 13,00 horas)

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 10 minutos)

Vamos prosseguir com a apresentação de um diploma por parte do PSD, nos termos regimentais.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No passado dia 21 e 22 de Junho, na cidade de Angra do Heroísmo, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata realizou mais umas Jornadas Parlamentares, desta feita, subordinadas ao tema *Dependências, Segurança e Desenvolvimento*, onde anunciamos a apresentação de um projecto de Decreto Legislativo Regional que cria incentivos à empregabilidade de toxicodependentes e ex-toxicodependentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Todos nós estamos conscientes de que não há tratamento sem reinserção social, nomeadamente no plano profissional, do toxicodependente.

Todos nós estamos conscientes de que não podemos falar de sucesso de um programa de tratamento sem a reinserção social do toxicodependente, nomeadamente na vertente profissional.

Todos nós estamos conscientes de que os programas de reinserção devem iniciar-se no momento de início do tratamento e continuar na fase pós tratamento.

Todos nós estamos conscientes de que o tratamento está intimamente condicionado pela ressocialização familiar e profissional do toxicodependente, prevenindo assim, o consumo de drogas, uma vez que contribui para evitar uma recaída.

Todos nós estamos conscientes de que sem o devido enquadramento laboral, profissional dificilmente os toxicodependentes e ex-toxicodependentes poderão superar a lógica de exclusão social em que muitas vezes vivem.

Todos temos consciência de que a reinserção social, enquanto intervenção terapêutica, tem de surgir em função de cada indivíduo, pelo conhecimento da sua identidade exclusiva e diferenciada, durante todo o processo de tratamento e que o acompanhamento de cada indivíduo nos conduz ao conhecimento e à identificação das suas competências e limitações, passíveis de desenvolver a reconstrução da sua rede de suporte.

Todos nós temos consciência de que a reinserção social do toxicodependente contribui consideravelmente para a eficácia do tratamento, conduzindo à realização pessoal e ao restabelecimento das redes sociais de suporte, no sentido da estabilidade

clínica, emocional e social do indivíduo. É um processo através do qual o indivíduo reestrutura a sua personalidade e a sua vida, desenvolvendo competências de responsabilidade e de autonomia, capazes de o valorizar enquanto membro útil à sociedade.

Faltam, na actual política do Governo Regional medidas articuladas e compatibilizadas entre si no que concerne à reinserção social e consequentemente profissional dos toxicodependentes.

Como todos nós sabemos e, como já tivemos oportunidade de referir nesta Assembleia há um ano atrás, o Programa PROSA – Programa Social de Ocupação de Adultos -, o qual também inclui os toxicodependentes, encontra-se totalmente descontextualizado e desajustado das verdadeiras necessidades daqueles doentes. Basta dizer que o PROSA abarca desde, ex-reclusos a repatriados e deportados, beneficiários do rendimento mínimo garantido, deficientes, pessoas com perturbações psiquiátricas, sem abrigo e ainda outros grupos sociais desfavorecidos, a definir por despacho do Secretário Regional competente em matéria de emprego, para além de terem de estar inscritos na Agência para a Qualificação e Emprego, como desempregados disponíveis, há pelo menos 180 dias. Condição que é totalmente inconcebível e inexecutável quando estamos a falar de doentes com as características dos toxicodependentes.

O PROSA não tem medidas específicas e adequadas que contemple a panóplia de pessoas que abarca, não só no que respeita aos critérios de admissão, mas também à própria filosofia do programa. Para aqueles doentes o que está em causa é a sua reabilitação e não a sua produtividade. Não é o doente que tem que se adaptar ao trabalho, mas sim, o trabalho é que tem que se adaptar ao doente. São pessoas que não podem, por exemplo, cumprir horários, que não podem trabalhar muitas horas seguidas, que precisam de faltar ao trabalho para fazerem tratamentos. E isto não acontece presentemente ao abrigo do Programa PROSA. O estatuto de uma pessoa que integre aquele Programa, é unicamente de trabalhador e nunca de doente.

Todos nós estamos conscientes de que é necessário alterar esta deplorável situação laboral em que se encontram os toxicodependentes da nossa Região.

Face ao exposto, e como meio de colmatar a falta de legislação existente na Região, no que respeita ao emprego protegido para toxicodependentes, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata optou por propor um projecto de Decreto Legislativo Regional, que não invalidando o regime consagrado no Decreto Regulamentar Regional n.º 29/2000/A, de 13 de Setembro, o complementa quanto à promoção de emprego de toxicodependentes em fase de tratamento ou ex-toxicodependentes, o qual denominou SIER – Sistema de Incentivos ao Emprego de Reinserção Solidária.

O SIER aponta para a criação de um regime jurídico que estabelece um sistema de majoração a conceder às entidades que promovam a empregabilidade e manutenção do emprego de toxicodependentes em fase de tratamento ou ex-toxicodependentes. Ou seja, estabelecem-se disposições normativas de carácter cumulativo com aquelas que são previstas no regime jurídico que regulamenta a tipologia de apoios a conceder pela Administração Regional no funcionamento do mercado social de emprego na Região Autónoma dos Açores, regulados pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 29/2000/A, de 13 de Setembro.

Podem ser beneficiários do SIER as entidades empregadoras que desenvolvam políticas activas de emprego tendo por objectivo a inserção ou reinserção sócio-profissional de toxicodependentes, em processo de tratamento e de ex-toxicodependentes.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem!*

Presidente: Srs. Deputados, nos termos regimentais, quem quiser pode pedir esclarecimentos.

(Pausa)

Não havendo quaisquer pedidos de esclarecimentos, passamos agora, conforme ficou acordado, à pergunta ao Governo Regional, nos termos do artigo 180º do Regimento, formulada pelo Sr. Deputado Independente, Paulo Gusmão. Tem 30 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(* **Deputado Paulo Gusmão** (*Indep.*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Até fico espantado com o tempo.

Antes de fazer a pergunta, gostaria de fazer um pequeno intróito, que não será contado para efeitos de tempo - darei sinal aquando da pergunta - e que tem a ver com o interrogado.

A pergunta era para ser feita ao Sr. Presidente do Governo Regional. Foi assim que foi pedido. Aliás, na sessão passada retirei a pergunta por esse motivo, mas farei a pergunta do mesmo modo e se calhar até por maioria de razão quem sabe quem a irá responder terá até mais a ver com uma nova geração de políticas do que eventualmente quem iria responder que era o Sr. Presidente do Governo Regional.

Posto isto, a pergunta tem a ver com o anúncio que foi feito na comunicação social, fora desta Assembleia, sobre novas políticas para novos tempos.

Eu percebi que partia dum sentido de reconhecimento de algum desgaste da governação, o qual é natural após estes anos de poder. Percebendo o Governo que existe alguma indiferença por parte da sociedade açoriana, a qual, diga-se na sua generalidade, não se mostra nem desagradada, nem satisfeita, existindo alguma apatia, entendeu o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores anunciar um novo impulso reformador que gerasse novas expectativas, novas esperanças e uma nova motivação.

Se não era essa a intenção, pelo menos foi assim que o entendi e pelo menos foi assim que julgo, até positivamente, que foi entendido por muita da nossa gente.

As suas palavras, embora abstractas na concretização de quais as reformas, pareceram claras na intenção, na vontade de reformar. Assim disse o Sr. Presidente do Governo Regional: “é essencial ter capacidade de adaptação aos novos factores que vão surgindo, percebendo quando se deve proceder a uma segunda geração das nossas próprias políticas”.

Aliás, explicou dizendo que: “esses novos desafios passam por vezes pela revogação de decisões de que eu próprio fui o principal impulsionador duma política que sei que não é muito apreciada pela oposição por duas razões: porque acha que nunca se deve

fazer uma coisa diferente daquilo que já se fez e depois porque eles é que queriam fazer isso e eu não lhes vou dar essa oportunidade”.

Perdoando o fel que adoça a política, importa cingir-mos ao essencial e perguntar onde estão afinal essas reformas? Ou seja, a pergunta tem sobretudo três parâmetros que são os seguintes:

Quais são então as novidades que apresenta o Governo a meio do mandato?

Em segundo lugar, saber se são mesmo novidades ou se são apenas a concretização de pequenas medidas já previstas no Programa do Governo e que só agora, passados dois anos, começam a ser faladas?

Em terceiro e último lugar, saber se, de facto, forem verdadeiras novidades, quando pensa então o Governo apresentar um novo programa que contemple essa anunciada segunda geração de políticas?

Muito obrigado.

Presidente: Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, é para, em nome do Governo Regional e nos termos regimentais, dar a resposta às perguntas formuladas pelo Sr. Deputado Independente, Paulo Gusmão, e começar por dizer que, ao contrário daquilo que o Sr. Deputado refere, (a expressão não é muito feliz) o interrogado está presente e o interrogado, neste caso, é, conforme o Regimento, o Governo Regional e ele aqui está a responder àquelas que são as perguntas que o Sr. Deputado entendeu formular.

Em segundo lugar, dizer-lhe que esta questão da nova geração de políticas e das novas políticas corresponde e é enformada por aquilo que podemos considerar um grande princípio de actuação dos Governos Regionais do Partido Socialista.

Não tem a ver com desgaste, ao contrário daquilo que o Sr. Deputado Paulo Gusmão refere.

O novo impulso reformador, conforme muito bem referiu, é a prova cabal de que não existe desgaste, porque se houvesse não haveria efectivamente nenhum impulso reformador.

Portanto, a primeira conclusão é de que esta nova geração de políticas surge, porque o Governo Regional continua a ter a liderança dum processo de desenvolvimento para os Açores e continua a ter a liderança de definição de estratégias para resolver novos desafios que se colocam aos Açores e que novos desafios são esses? São essencialmente de duas vertentes:

Por um lado, os desafios surgem duma nova realidade que a Região tem. É um facto que o decurso do tempo e os resultados de algumas políticas que já foram implementadas pelos Governos Regionais do Partido Socialista criaram uma nova realidade. Para referir alguns exemplos, o transporte marítimo de passageiros hoje não é aquilo que era antes e, portanto, temos uma nova realidade que exige novas soluções; o transporte aéreo não é hoje aquilo que era antes, as questões do emprego não são hoje aquilo que eram antes, as questões da Administração Pública não são hoje aquilo que eram antes.

Portanto, do ponto de vista daquilo que são os resultados das políticas que os Governos Regionais do Partido Socialista implementaram, temos uma nova realidade que exige novas respostas.

Por outro lado, há a salientar a nova geração de políticas que consubstancia, em grande medida, esta necessidade de novas respostas para uma nova realidade, mas também é importante reconhecer, e o Governo já o fez em múltiplas circunstâncias, que esta nova geração de políticas também resulta, em alguns casos, é verdade, de apostas que foram feitas e que não resultaram da maneira como nós esperávamos, havendo aqui a necessidade de haver a definição de novas abordagens e novas soluções que possam contribuir para a resolução dessas questões. Existem algumas que se situam neste ponto de vista, mas fundamentalmente o que eu gostaria de retirar, neste momento, destas duas considerações, é que, por um lado, a questão da liderança de um processo de desenvolvimento para os Açores continua a ser do Governo Regional.

Por outro lado, a consciência duma nova realidade resultante de um novo estado de desenvolvimento para os Açores é também uma consciência do Governo Regional, que tem também a humildade e a lucidez de reconhecer que em alguns casos houve

apostas que não resultaram como nós queríamos e daí a necessidade de definir novas políticas.

Definida esta questão e o enquadramento com que o Governo Regional aborda esta matéria, eu gostaria de concretizar um pouco mais, por exemplo, do ponto de vista da qualificação profissional.

A qualificação profissional foi uma aposta desencadeada pelos Governos Regionais do Partido Socialista logo no início dos seus mandatos, em 1996, e esta nova realidade criou uma situação que, por um lado, resultou, do ponto de vista de qualificação do nosso potencial humano e, por outro, resultou numa taxa de desemprego efectivamente muito boa e muito baixa.

Quais seriam as opções que o Governo Regional teria neste aspecto?

O Governo Regional poderia, pura e simplesmente, considerar que o objectivo de alcançar uma taxa de desemprego baixa estava alcançado, o que provava que estávamos bem e que não era necessário fazer mais nada, só que o Governo tem a ambição, para além da liderança, de querer mais e então entendemos que as novas áreas em que se deve actuar dentro do emprego, são áreas que dizem respeito às questões da segurança no emprego, às questões de garantir um melhor emprego, por essa via garantir melhores empresas e também melhores trabalhadores.

Isto consegue-se intervindo a vários níveis, intervindo por exemplo ao nível da qualificação profissional com auge em relação aos quais se deve dirigir esta formação profissional. Repare: nós não estamos a falar numa formação profissional desencadeada apenas em relação aos jovens que querem entrar no mercado de trabalho.

O Governo não desiste de, mesmo em relação àqueles que são os desempregados, garantir-lhes as melhores ferramentas para que possam ultrapassar esta sua situação e possam reingressar novamente no mercado de trabalho. Por essa via tem dois objectivos que são fundamentais: ao mesmo tempo que efectivamente há esta consciência de que continuamos a curar numa aposta na formação profissional em relação aos jovens que querem entrar no mercado de trabalho, temos um cuidado especial, reforçado nesta fase em relação àqueles que são os desempregados e que necessitam de novas competências, competências acrescidas para regressarem.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que terminasse, porque já terminaram os seus cinco minutos.

O Orador: Terminei já, Sr. Presidente.

Para lhe dar um exemplo numa nova abordagem em relação a esta matéria, isso poderia ser feito tendo apenas uma intervenção do Governo Regional, mas o facto é que, fruto daquelas que foram as políticas desenvolvidas pelos Governos Regionais do Partido Socialista, nós neste momento temos um tecido empresarial que é capaz de ser assumido, e é assumido pelo Governo, como um parceiro imprescindível nesta tarefa. Por isso é que entendemos que demos mais um exemplo de novas políticas, que devem ser chamadas as empresas privadas, que deve ser criado um pacto social de reconhecimento de qualificação envolvendo essas empresas privadas, por forma a que cada vez mais esta área da qualificação e da formação profissional possa ser integrada ao nível de convenções colectivas de trabalho e possa beneficiar em concreto cada um dos trabalhadores.

Reconhecer-me-á, pelo menos, o esforço de tentar responder-lhe o mais concreta e rapidamente possível à sua pergunta, mas não tenho mais tempo agora.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Deputado Paulo Gusmão para uma réplica.

(* **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

V. Exa., de facto, falou bem, estou de acordo com o que disse, agora não é essa a questão.

O que me disse são medidas de continuidade: transporte marítimo, perfeitamente de acordo. O Governo Regional há alguns anos que se tem esforçado por isso.

Transporte aéreo, perfeitamente de acordo;

Administração Pública, não tanto de acordo. Aí, sim, era preciso uma reforma maior que diminuísse o peso que o sector público ainda tem na nossa sociedade.

Mas a questão é saber afinal quais são as novas respostas.

Não se trata de avaliar aqui se o Governo está a cumprir bem ou mal o seu papel, trata-se do facto de Sua Excelência o Sr. Presidente ter anunciado que ia haver

alterações profundas, que ia fazer coisas diferentes daquilo que já tinha feito, até com um aviso de que eles é que queriam fazer isso e eu não lhes vou dar essa oportunidade.

Volto a perguntar: que medidas são essas que vêm revolucionar, passe a expressão, ou trazer uma nova dinâmica em termos do novo tempo?

A qualificação profissional é obviamente importantíssima, estou de acordo, mas isto já está na página 135 do Programa do Governo que foi aprovado nesta casa há dois anos, em que algumas medidas até já estão em execução e, portanto, não é novidade.

O que se pergunta é que novas medidas que levaram a este anúncio ou então pede-se o reconhecimento de que afinal o anúncio não era para ser feito.

Reconheço até um esforço, por parte do Governo, de liberalização da sociedade açoriana onde está incluída também essa área da qualificação profissional, inserida no tecido empresarial.

Agora, quais são as novas respostas? Concretizando, o Programa do Governo, para si, faz parte da primeira ou da segunda geração de políticas? Se é da primeira, a segunda geração necessita de legitimidade democrática e jurídica, exigindo-se um novo programa que seja discutido e aprovado por esta casa, uma vez que tudo isto tem sido feito até aqui noutros palcos que não a Assembleia.

Se o Programa do Governo, aprovado há dois anos, já é da segunda geração, então qual é a grande novidade de 2006?

A questão é que em apenas dois anos de mandato ainda não se executaram aquelas que constituíam as novidades do programa.

Não me falou, mas se calhar vai falar, do terceiro pilar que está consagrado na páginas 53 e seguintes (já vou adiantando isso, porque depois não tenho tréplica) e como só tenho réplica já deixo aquelas que possam ser as novas medidas.

Enfim, julgo que no fundo o anúncio foi grande, foi pomposo e V. Exa. até como uma pessoa de bom gosto que aprecia o latim, julgo que achará bem que lhe deixe a célebre frase de Horácio que é *“partoriente montas, nascetur ridiculus mus”*.

Portanto, julgo que o que aconteceu foi a história do tal ratinho.

Não se sabe e continuar-se-á sem saber o que é que o Sr. Presidente queria dizer com isto.

Em percebo a sua boa intenção quando diz que está tudo no Programa do Governo, agora qual era a grande revolução, ninguém sabe e julgo que não é fácil explicar.

Ou seja, moral da história, não vai haver nenhuma novidade, o Governo vai continuar a governar como tem governado até aqui, com coisas melhores ou piores, mas não há nenhuma segunda geração de políticas, por mais que isso seja proclamado, porque essas medidas em concreto não existem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para responder com novidades e espero que não em latim.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): O Sr. Presidente, certamente que reconhece que também já foram apresentadas novidades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Gusmão, por momentos até fiquei surpreso, porque o senhor com estas respostas até faz lembrar um outro dito: o senhor atira a roqueiras, apanha as canas e ainda tem um tempinho para bater no bombo, ou seja, faz a pergunta e já vai dando a resposta por uma questão de poupar tempo.

Queria só dizer-lhe o seguinte:

Eu falei na questão da qualificação profissional, mas tive o cuidado de concretizar.

Deputado Paulo Gusmão (*Indep.*): Página 137.

O Orador: Não, na página 137 ou 138 não está.

Tive o cuidado de concretizar a questão do pacto social de reconhecimento de qualificação, a questão dum plano de formação e competências básicas de tecnologias de informação e comunicação mantém 3 mil desempregados em 2007/2008, mantém cerca de 7 mil jovens/ano em cursos de formação profissional de 3 anos. Isto são novas políticas e novas medidas.

Em relação à questão da legitimidade, Sr. Deputado, para quem tem tanta atenção em ler o Programa do Governo, e saúdo-o por isso, o senhor certamente reconhecerá que esta pergunta é escusada, porque reconhece que nos objectivos que define o Programa do Governo estão efectivamente os objectivos em termos macro que dão toda a legitimidade para que o Governo Regional desenvolva esta matéria.

Em gostava de lhe dizer o seguinte: por exemplo, em relação à nova geração de políticas anunciada pelo Sr. Presidente do Governo não se circunscrevem apenas em

relação à parte da qualificação profissional. No que diz respeito à Administração Pública, por exemplo, existem também questões que foram avançadas e que foram concretas, tudo no sentido de garantir uma excelência de serviços em termos de Administração Pública que, pese embora todo o esforço desenvolvido pelos profissionais que actualmente estão nesta área, ainda não foi possível alcançar.

Há questões de exigência de qualidade, há o lançamento de auditorias em relação à Administração Pública, há uma questão de exigência de eficiência, há planos de gestão por objectivos que foram lançados e há, sobretudo, uma inversão de relacionamento entre a administração e o cidadão que me parece potenciadora duma maior eficácia da própria administração.

O Sr. Vice-Presidente do Governo ainda recentemente anunciou estas medidas. Aqui tem medidas concretas que dizem respeito a um novo patamar de políticas.

Em relação à questão da nossa agricultura, por exemplo, em que também existe um conjunto de novas políticas que podem ser implementadas, tendo em conta aquilo que é uma nova realidade a que chegamos até hoje.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Gusmão, eu vejo que o senhor procura com muito afã essas medidas no Programa do Governo, mas não podemos é argumentar e lidar desta forma. Se elas estão no Programa do Governo e o programa é para 4 anos e neste momento foi anunciada essa nova geração de políticas, não há problema nenhum. Se não estão não valerá também a pena procurar, porque são efectivamente uma nova abordagem em relação a esta matéria.

Há questões que dizem respeito, por exemplo, à melhoria genética.

Julgo que ainda hoje ou ontem nos jornais dá-se conta daquilo que são novas possibilidades que se colocam à agricultura açoriana nesse âmbito, fruto de quê? Fruto de uma realidade que temos hoje e que não tínhamos há algum tempo atrás.

Tudo isto são questões concretas que podem ser aproveitadas e que exigem uma nova resposta para esta medida.

Ainda dentro da agricultura, por exemplo, a rentabilização do nosso património florestal que, fruto daquilo que foram investimentos e uma postura ao nível de reflorestação, hoje permite um determinado tipo de aproveitamento que não permitia há alguns anos atrás.

Em relação também às pescas, por exemplo, onde também existe uma nova abordagem em relação a estas matérias, onde é possível hoje aproveitar, do ponto de vista de marca e de rentabilidade, aquilo que foi um trabalho desenvolvido pelo Governo Regional na defesa dos nossos mares e que não existia há um ano e que hoje é mais notório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Os outros grupos parlamentares, se o entenderem, também podem fazer perguntas.

(Pausa)

Parece que não há mais perguntas.

O senhor interpelante também já esgotou as suas perguntas e réplicas.

Vamos passar a outro ponto da ordem de trabalhos: **Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Prorroga o prazo de vigência das medidas preventivas aplicáveis na zona de implantação do eixo viário entre a Fábrica do Linho Ribeirinha e a Vila do Nordeste, na Ilha de S. Miguel”.**

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(*) Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo traz à Assembleia Legislativa Regional uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que pretende prorrogar as medidas preventivas que já tinham sido estabelecidas numa primeira fase no Decreto Legislativo Regional nº 26/2004, de 24 de Agosto e onde se previa já a possibilidade de prorrogação por mais um ano, nomeadamente no nº 2 do artigo 3º deste diploma.

Uma vez que o projecto das Scut's está na sua fase final em que serão recebidos os projectos finais nesta fase de negociação, justifica-se a prorrogação destas medidas preventivas, porque é nessa fase final que se aprovará o eixo definitivo de um dos dois concorrentes que passará à adjudicação em breve.

Conta o Governo fazê-lo e por isso estamos, como medida preventiva, a fazer esta prorrogação, uma vez que foram definidos inicialmente estes dois eixos, mas é

preciso receber os projectos definitivos para efectivamente ver o eixo que será preventivamente definido para resolver esta questão.

Por outro lado, pensamos que não há prejuízo nenhum para nenhuma das situações patentes ao longo deste eixo, uma vez que o Governo Regional, de acordo com o próprio Decreto Legislativo Regional e se for caso disso, tem a possibilidade de fazer autorizações excepcionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma vez mais o Governo Regional dos Açores apresenta a esta Assembleia uma iniciativa legislativa para prorrogar um prazo de medidas preventivas, porque o processo das Scut's não anda.

Vejo já o ar espantado do Sr. Secretário Regional como tutela da pasta.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor é contra as estradas?

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, nós somos a favor de estradas que rasguem o desenvolvimento dos Açores e tanto somos a favor que quero recordar a esta câmara, e em particular ao Sr. Deputado, que quando se discutiu o Orçamento Regional de 2005, o PSD apresentou um conjunto de propostas de alteração que visavam um reforço de verbas para reparação imediata de um conjunto de estradas, nomeadamente na costa Norte de S. Miguel, que estavam em miserável estado, estradas que estão em miserável estado neste momento, adivinhando nós que as estradas que as Scut's visam construir não iriam ficar prontas a breve trecho. Aliás, foi este o argumento que essa maioria utilizou para rejeitar as propostas de alteração do Orçamento em 2005. O mesmo sucedeu em 2006.

O que é verdade é que, de medidas preventivas em medidas preventivas, as estradas estão em péssimas condições, não asseguram comodidade, conforto, rapidez na circulação, põem em causa a segurança dos cidadãos que nelas circulam, fazem com que as pessoas percam tempo para chegar aos locais e o Governo limita-se a vir rotineira e paulatinamente de mansinho, e para usar uma metáfora tão em voga, “de viola em punho” a esta câmara apresentar a prorrogação do prazo de medidas

preventivas e o Sr. Secretário, com ar displicente, mais uma vez diz: “as Scut’s estão atrasadas, mas contamos ainda este ano concluir o processo”.

A questão não é essa, Sr. Secretário. A questão é que o processo tem demorado, demorou demasiado tempo e as estradas estão no estado em que estão. Se calhar estas estradas não fazem parte do pacote das novas políticas ou das políticas de segunda geração...

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Não tive tempo para explicar, Sr. Deputado!

O Orador: ... mas o que é verdade é que estas estradas no estado em que estão fazem parte das velhas realidades, às quais este Governo não sabe dar resposta.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(*) **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu lamento dizer que um diploma onde se prevê uma prorrogação por um ano cause a estranheza do PSD e, em primeiro lugar, devo referir o seguinte:

As propostas que foram feitas pelo PSD no ano de 2005 para reforço das estradas, na costa Norte de S. Miguel, não especificavam que Costa Norte era, porque a Costa Norte vai, em primeiro lugar, desde os Mosteiros até ao Nordeste.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Não sabe qual é? Eu posso explicar, Sr. Secretário!

O Orador: Por outro lado, não havia, em termos de gestão do projecto que estava em curso, necessidade nem oportunidade de fazer uma intervenção de fundo na suposta Costa Norte se ela fosse desde a Fábrica do Linho até ao Nordeste e não havia, naturalmente, essa necessidade pelo facto de uma intervenção, para ser feita em termos profundos, ela iria durar, no mínimo, 10 a 15 anos.

Ora, não faz sentido, dentro do projecto das Scut’s e com as expectativas que nós tínhamos, fazer uma intervenção profunda para ela ser destruída em pouco tempo, quando as Scut’s se iniciarem.

Ou seja, se nós fizéssemos uma intervenção desde a Fábrica do Linho até aos Barreiros, o que iria acontecer no início do projecto das Scut’s era pura e

simplesmente a sua destruição perante um novo eixo que até passa, em parte, no eixo existente.

Portanto, isso seria uma medida irracional de intervenção, fora de tempo e sem necessidade dela ser efectuada.

Agora, aquilo que nós já dissemos e que temos feito é que ao longo deste tempo vamos efectivamente conservar este eixo viário, mas vamos fazê-lo com a conservação corrente que minore os problemas existentes nesses quilómetros de estradas da Ilha de S. Miguel.

Gostaria ainda de recordar o seguinte: o Governo, em matéria de estradas regionais, já o disse aqui, não critica o tempo do PSD por uma única razão, porque o PSD não fez nada em matéria de estradas regionais nos Açores.

Deputado Mark Marques (PSD): Os Açores começaram em 96.

O Orador: Portanto, não há nada a dizer em matéria de 1450 km de estradas regionais nos Açores e eu provo isso com números: os senhores fizeram intervenções em 200 km de estradas regionais em 20 anos. Nós em 8 anos fizemos intervenções em 500 km. Nós nesta legislatura vamos fazer intervenções em 450 km...

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

... ficando a faltar ainda algumas intervenções para o próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Nós fizemos intervenções em 115 km desde 1996 e fizemos 25 km de novas construções mesmo na ilha de S. Miguel que estava, e nós concordamos, atrasadíssima na sua rede viária. Foram os senhores que deixaram estradas como a estrada da Mediana que esteve em terra durante 20 anos. Fomos nós que fizemos uma ligação histórica, por exemplo, do Concelho da Lagoa ao Concelho da Ribeira Grande que hoje serve as actividades agro-industriais e que era uma estrada regional que os senhores sempre desprezaram durante 20 anos, bem como o resto da rede viária da Ilha de S. Miguel.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): E a do Corvo?

O Orador: Portanto, o PSD em matéria de rede viária regional deveria ter mais humildade, não por aquilo que fez, mas fundamentalmente por aquilo que nunca quis fazer ou que não soube fazer. Essa é que é a realidade da rede viária regional.

Quando os senhores falam no projecto das Scut's também não têm razão. O projecto das Scut's tem a sua terminação burocrática e administrativa, tem seguido a sua trajectória com as suas vicissitudes normais de um projecto de concessão de obras públicas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Normais? Anormais!

O Orador: Tudo isso tem sido resolvido e estamos na fase final de apresentação da proposta para adjudicação e este projecto será uma realidade.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já disse isso tanta vez que já não acreditamos.

O Orador: O que o povo açoriano não entende é a vossa posição, por exemplo, face aos projecto das Scut's, quando estão dentro e fora do Concelho do Nordeste.

Há muitos dos senhores que são detractores do projecto das Scut's, nomeadamente do eixo do Nordeste, mas quando visitam aquele concelho já são, até por uma razão de proximidade com o vosso Presidente de Câmara, a favor das Scut's.

O que este Governo fez, vai fazer e continuará a fazer na rede viária regional é uma grande reforma sem precedentes que ficará também, com o projecto das Scut's, como uma marca indelével nesta rede viária que tem 1450 km. Esse é um capital político do Governo do Partido Socialista que não há nenhuma mácula que os senhores possam querer fazer nele e que possa diminuir esta grande obra que está sendo feita de Santa Maria ao Corvo.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não há paralelo no universo!!!

O Orador: É por isso que nós não entendemos as vossas críticas nem em relação ao projecto das Scut's, nem a qualquer intervenção nas estradas regionais.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que nos é trazido à apreciação e deliberação neste ponto da agenda é uma Proposta de Decreto Legislativo Regional da autoria do Governo que visa a prorrogação do prazo das medidas preventivas aprovadas aqui há dois anos atrás, concretamente em Agosto, relativamente à zona em questão para a implantação do eixo viário entre a Fábrica do Linho da Ribeirinha e a Vila do Nordeste, na Ilha de S. Miguel.

A prorrogação destas medidas cautelares, tais como quaisquer outras que nesta casa têm sido por várias vezes aprovadas ao abrigo da lei dos solos, visam tão só evitar que a alteração das actuais circunstâncias nessas zonas crie dificuldade à futura execução desta ou de qualquer outra obra e que a possa tornar efectivamente mais difícil ou onerosa.

São, aliás, esses os fundamentos que sempre justificam e fundamentam este tipo de medidas.

Porque se trata de um empreendimento importante, integrado, conforme já foi aqui referido, no âmbito do projecto Scut na ilha de S. Miguel e porque se mantêm todos os pressupostos e fundamentos de há dois anos atrás, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá apoiar e votar favoravelmente esta iniciativa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia pelo facto da Assembleia nos proporcionar a hipótese de consultarmos on-line a base de dados da Assembleia.

Eu parecia-me que estivesse enganado, mas às vezes a memória trai-nos, e fui consultar a base de dados, eficiente para este efeito, e verifico que, confirmando aquilo que a minha memória me dizia, foi em 2001, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, que esta Assembleia aprovou o Decreto Legislativo Regional para a realização do concurso com vista à concessão de obras públicas em regime Scut. Já passaram cinco anos.

Para o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos é normal. Na gestão socialista 5 anos é até muito pouco tempo. São 60 meses.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Foram 20 anos!

O Orador: Eu já vou dar resposta aos 20 anos. Já lá irei, tenha calma. Eu percebo a sua má consciência.

O que é verdade é que em cinco anos não há um quilómetro, um metro, um centímetro de estrada construída ao abrigo deste regime. Ao contrário da canção que diz que 10 anos é muito tempo, eu digo-lhe, Sr. Secretário, que 5 anos nesta matéria é muito tempo e nem o senhor, nem o Governo têm justificação para o facto das estradas estarem da maneira que estão.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): *Muito bem!*

O Orador: O Sr. Secretário que é titular das vias de comunicação não sabe qual é a Costa Norte da Ilha de S. Miguel? Sr. Secretário, em que mundo é que o senhor está? Qual é a sua realidade?

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Vai dos Mosteiros até ao Nordeste. O senhor é que não sabe o que é que está a dizer.

O Orador: Eu sei o que estou a dizer. O senhor é que tenta disfarçar aquilo que o Governo não faz, que é completamente diferente.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Se o Sr. Secretário quiser o Grupo Parlamentar do PSD tem todo o gosto, com um mapa de S. Miguel, explicar-lhe onde é que é a Costa Norte e oferecer-lhe também uma bússola para a sua orientação geográfica e política, porque, pelos vistos, é disso que o senhor está a precisar.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Secretário, “o senhor numa fase de auto-glorificação da obra que o Governo e o senhor faz à frente da sua Secretaria, medindo os quilómetros de estrada feitos e dizendo: “bem nos 20 anos do Partido Social Democrata não houve tantos quilómetros como agora”, eu gostava de lhe perguntar e agradecia que me respondesse: nestes 10 anos de governação do Partido Socialista quantos aeroportos novos é que o seu governo construiu?

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Olhe, tem um no Pico.

O Orador: Nestes 10 anos de governação do Partido Socialista quantos portos novos é que o seu Governo construiu?

Nestes 10 anos de governação do Partido Socialista quantos hospitais novos é que este Governo construiu? Eu vou-lhe responder: zero, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Não é verdade!

O Orador: O senhor quer medir tudo ao quilómetro de estrada e esquece uma governação de 20 anos que arrancou estes Açores de um atraso de centenas de anos e que permitiu que os Açores tivessem hoje onde estão.

O senhor não querendo reconhecer isso está a cometer uma injustiça histórica, está a faltar à verdade e não está a ser honesto, porque a honestidade e a seriedade que o Sr. Presidente do Governo ontem reivindicou para os seus governos, também se aplica no combate político e o senhor não está a ser verdadeiro, não está a ser intelectualmente honesto quando olha para os 20 anos da governação do Partido Social Democrata, porque a história, a governação e o desenvolvimento dos Açores não começou em 1996 com os governos do Partido Socialista e muitas das coisas que este Governo fez, e algumas fez bem nestes 10 anos, devem-se ao facto de ter havido 20 anos de governação do Partido Social Democrata. O senhor não seja injusto e reconheça isto, porque lhe fica bem.

O sucesso duma política de desenvolvimento nas áreas que o senhor tutela não se mede apenas pelos quilómetros de estrada, ao contrário daquilo que o senhor pensa ou daquilo que a sua ilusão o leva a pensar.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não vou debater o desenvolvimento dos Açores se começou em 1976 ou em 1996. Aliás, penso que o desenvolvimento dos Açores começou no Século XV quando aqui chegaram os primeiros a estas ilhas e, portanto, tem sido um processo de continuidade.

Agora, também é verdade que em relação à Ilha de S. Miguel a rede viária ainda é um pouco, e durante muitos anos assim o foi, o resultado do esforço feito no Século XIX, calcetado nos anos 40/50 e que pouco foi feito depois disso.

O que, de facto, é preciso salientar aqui, embora o que esteja em discussão são medidas preventivas, é que o projecto das Scut's é um projecto meritório que deve merecer o nosso apoio e, portanto, pela minha parte reitero esse apoio como, aliás, o fiz aquando da aprovação do diploma e quero, numa forma muito clara, dizer que o projecto das Scut's é um projecto que merece apoio, que merece elogio, pelo menos nessa vontade, uma vez que ainda não está executado na sua concretização.

Acredito que, de facto, alterar a estrada para o Nordeste, que não seja com uma pequena qualificação, era não só, como disse o Sr. Secretário, um custo desnecessário, mas mais do que isso até uma descaracterização dum estilo de estrada que faz parte da nossa realidade micaelense. A viagem ao Nordeste é um elemento típico que desmanchá-lo até descaracterizaria e, portanto, o progresso deve ter, sim, estradas que tenham a ver com os dias de hoje, deixando aquelas que ali estão.

Em termos de segurança penso que o Governo já começou na zona do Nordeste, sobretudo com algumas barreiras, a resolver alguns dos problemas que lá existem e deve continuar.

Em relação ao diploma que aqui vem, a dúvida que tenho, e que já aqui deixei relativamente a outros diplomas similares, tem a ver com o facto da concretização dos traçados. Isso acontece aqui, como acontece em outros diplomas, aliás, a Câmara Municipal mais uma vez alerta para isso.

Uma vez que o processo está a demorar, durante algum tempo até por razões jurídicas, julgo que devia haver um esforço de concretização do traçado e não deixar os dois traçados alternativos por muito mais tempo.

Penso que era possível, nesta fase, e o Sr. Secretário assim o explicará melhor, haver uma concretização efectiva, porque se a concretização do traçado não estiver feita será difícil conceder essa excepção, porque senão fica sempre a dúvida que se for por ali pode ficar uma casa no meio da estrada. Portanto, na prática, levantar essa excepção não é fácil.

Por isso é que penso que devia ser feita a concretização de uma das opções dos traçados e não deixar *ad aeternum* as duas alternativas, a não ser que uma seja da primeira geração e outra da segunda, mas, tirando esse aparte, devia ser concretizado esse traçado.

Gostaria de perguntar também, uma vez que o processo jurídico foi concluído, o que é que falta agora em concreto, em termos de processo e em termos de tempo, segundo a sua opinião, para começar a efectivar esta necessidade que a Ilha de S. Miguel sente?

Não é uma necessidade do Nordeste, é uma necessidade da ilha, abri-la, uni-la, dar coesão à própria ilha, dar coesão regional dentro de metade do espaço dos Açores e, portanto, o que é que falta, em concreto, para começar a avançar com este projecto?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(*) Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar eu gostaria dizer que nós não recebemos lições de seriedade nem de honestidade intelectual do PSD.

Aquilo que foi dito aqui, sob o ponto de vista dos tais quilómetros são exactamente os quilómetros aqui foram referidos.

Portanto, isto significa também que aquilo que foi dito foi que nós temos uma grande reforma da rede viária, feita a partir de 96, que continuamos com essa reforma e ela teve que ter este incremento, porque numa rede de 1450 km havia muito para intervencionar e ainda faltam cerca de 300 km, mesmo com os 450 km desta legislatura.

Nós estávamos a falar de estradas regionais e as obras públicas que existem nesta Região, também devo-lhe dizer, algumas delas já sofreram grandes requalificações ou mudanças muito profundas, porque atingiram o seu ciclo de conservação ou porque foram mal construídas e o Governo Regional não tem feito outra coisa se não reparar portos, requalificar escolas, aumentar pistas de aeroportos e aeródromos e aerogares.

Há, portanto, aqui um esforço que tem sido também feito ao nível de outras obras públicas.

Mas como estávamos a falar de estradas regionais, era isto que eu lhe tinha para dizer.

Por outro lado, o Sr. Deputado Paulo Gusmão colocou-me uma pergunta muito concreta em relação ao projecto das Scut's. O projecto das Scut's, e contrariando o imenso tempo que foi aqui dito, é um processo muito complexo que tem um valor

muito alto e foi muito apetezido por empresas regionais. Será a maior obra pública de toda a história dos Açores até este momento e por isso esteve sujeito a grandes implicações e complexidades, algumas jurídicas, outras de reclamações próprias de processos desta natureza e o Governo Regional aquilo que fez, e continua a fazer, foi acompanhá-lo com todo o cuidado para que o projecto tivesse sucesso e não fosse anulado.

Haveria outros caminhos, com certeza, para seguir, que era comprometer o projecto se tivesse havido irresponsabilidade dos decisores e daqueles que tiveram a assessorar o processo das Scuts. Não foi isso que nós fizemos.

Seguimos gradualmente todos os passos, ultrapassámos as dificuldades processuais que foram postas aqui e nós estamos, na fase final das questões administrativas. Eu digo que estamos na fase final, porque estamos na fase de análise das duas melhores propostas, ou seja, há duas empresas que estão em jogo nesta altura.

A Comissão de análise das propostas o que tem estabelecido e que informou o Governo, é que em breve, durante este mês ou no princípio do próprio, dará a sua proposta para adjudicação. A partir daí será solicitada à Assembleia Legislativa Regional uma sessão plenária para a discussão das bases da concessão - não sei se será numa sessão extraordinária em Julho ou em Setembro na sessão normal - e depois será feito o contrato que será submetido a visto do Tribunal de Contas e a partir daí iniciar-se-á a concessão.

Portanto, estes são processos administrativos que dependem da vontade do Governo em trazê-los à Assembleia, mas há outros prazos administrativos que não são do controlo e da responsabilidade do governo, são prazos administrativos normais e que fazem parte da contingência de qualquer concurso de obras públicas e quem já andou em concursos de obras públicas sabe que os concursos menores tem problemas de contingências administrativas normais, quanto mais um projecto em que estão envolvidos muitos milhões de euros e em que há uma apetência muito grande de muitas empresas e que têm uma atenção extrema e um carácter reivindicativo aumentado, porque efectivamente tem interesse nas questões financeiras associadas ao projecto.

Portanto, a nossa postura em relação ao processo das Scut's foi sempre uma postura equilibrada, responsável e sempre com a preocupação de nunca comprometer um projecto desta natureza e desta dimensão e por isso tivemos o cuidado de seguir, passo a passo, todas as fases, todas as dificuldades, todos os escolhos e podemos dizer hoje que ultrapassámos a maioria das grandes dificuldades que foram impostas ao projecto das Scut's.

São situações que foram alheias às intenções do Governo Regional, mas que fazem parte de um processo de construção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(* **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Eu agradeço a resposta, registo as boas notícias, felicito, aliás, e espero que sejam efectivadas uma vez que, passado todo este tempo, dão a indicação de que ainda durante este ano será possível dar início, pelo menos, ao processo.

Portanto, julgo que o mais importante para os cidadãos é saber quando é que o processo será iniciado.

Eu queria deixar este registo e este agradecimento, sendo que isso também responsabiliza, de algum modo, embora sabendo que muitos dos trâmites são alheios há vontade do Governo, V. Exa. e o Governo, pelo menos, em termos de conhecimento sobre o processo.

É de felicitar o facto de ter deixado aqui esses prazos, os quais são agradáveis.

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais intervenções, vamos votar na generalidade este diploma.

Os Srs. Deputados Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo, na generalidade, foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente e 15 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos votar na especialidade.

Não havendo propostas de alteração vamos votar os artigos 1º e 2º.

Os Srs. Deputados Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 1º e 2º foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente e 15 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos fazer agora a votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, em votação final global, com a Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente e 15 votos contra do PSD.

Presidente: Passamos agora à **Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Sujeita a medidas preventivas os terrenos envolventes ao Aeroporto de Santa Maria”**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional propõe à Assembleia Legislativa Regional que sejam decretadas medidas preventivas para uma área que se situa junto ao Aeroporto de Santa Maria.

As razões que levam o Governo Regional a apresentar esta Proposta de Decreto Legislativo a esta câmara, têm a ver com o evitar uma alteração das circunstâncias e da actual situação das condições existentes naquela área que possa vir a dificultar um aproveitamento futuro, do ponto de vista de potencialidades e de desenvolvimento económico.

O Governo Regional está a desenvolver um conjunto de trabalhos nesta área que entende que estas medidas são adequadas e proporcionais à salvaguarda do interesse último que se pretende garantir e que é efectivamente a manutenção e o editar em concreto a instalação naquela área de núcleos habitacionais ou de outras explorações ou infra-estruturas que possam vir a dificultar a salvaguarda do objectivo final.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

(* **Deputado Sérgio Ferreira (PSD)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente aos terrenos do Aeroporto de Santa Maria, penso que o mais importante neste momento é, sem dúvida, aquilo que já foi anunciado pelo Governo que é a negociação da passagem dos mesmos para a posse da Região, até porque sem essa transferência de terrenos não será possível ao Governo implementar este conjunto de infra-estruturas essenciais ao desenvolvimento da Ilha de Santa Maria, como diz aqui no preâmbulo.

Por isso, esperando que se proceda rapidamente a essa transferência, que é sem dúvida importante para Santa Maria e esperando também que depois rapidamente seja implementado esse conjunto de infra-estruturas, o PSD vai votar favoravelmente essas medidas preventivas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado.

Deputado Alberto Costa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também fazemos votos de que essa transferência dos terrenos para a posse da Região se dê rapidamente.

Esta área de terrenos envolventes aos Aeroporto de Santa Maria que se propõe, tem, como já foi dito, um conjunto de infra-estruturas que importa preservar e estas medidas preventivas também têm o objectivo de evitar que sejam alteradas as condições actuais.

Considerando também que foram auscultados o Conselho de Ilha e a Câmara Municipal de Vila do Porto, que não manifestaram discordância em relação a este diploma, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente a presente Proposta de Decreto Legislativo Regional, atendendo que, com a sua aprovação, é de manifesto interesse público, contribuindo assim para a reabilitação das zonas em questão e para o desenvolvimento da Ilha de Santa Maria.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar o diploma na generalidade. Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação na especialidade. Não havendo proposta de alteração, vamos votar em conjunto todos os artigos, ou seja, do artigo 1º ao 6º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer a votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à **Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Reserva Florestal de Recreio das Macelas, Freguesia de Santo Amaro, Concelho de Velas, Ilha de S. Jorge”**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*Noé Rodrigues*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O baldio das Macelas possui uma área de 6,3 ha e desde 1961 foi submetido ao regime florestal.

Ao longo do tempo os serviços florestais de S. Jorge têm feito ali alguma beneficiação, reordenando aquela área, melhorando o revestimento arbóreo e em 1997 implantando um miradouro com uma vista soberba, valorizada pela beleza do espaço que o envolve que é muito procurado e visitado, quer por residentes, quer por quem visita a Ilha de S. Jorge.

A Proposta de Decreto Legislativo Regional, ora em apresentação e apreço, visa criar uma reserva florestal de recreio que tem como principais objectivos promover a ocupação dos tempos livres, a observação e o contacto directo com a natureza, a preservação do ambiente e, como é obvio, a divulgação e o uso múltiplo dos recursos florestais.

Pela nobreza e objectivos que a criação da Reserva Florestal de Recreio das Macelas irá ter, creio que é consensual a sua aprovação e é um passo importante para se continuar a fazer algum investimento e melhoria no espaço em causa.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD irá votar favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Queria concordar com tudo o que o Sr. Secretário disse, menos numa coisa: este miradouro que falou não existe desde 1997. Nós sabemos que na cabeça do Partido Socialista tudo o que se fez de bom em S. Jorge e nas outras ilhas foi desde 97. Este miradouro existe desde 1987 - o Sr. Deputado Manuel Silveira mora lá perto e deve saber disso - e a então Junta de Freguesia pediu a cedência de alguns terrenos à volta. Era só este preciosismo.

Em relação ao resto, o Grupo Parlamentar do PSD vai votar favoravelmente.

A Ilha de S. Jorge já tem dois excelentes parques florestais, o das Sete Fontes e o da Silveira, como são conhecidos, e os Serviços Florestais de então e de agora fizeram um excelente trabalho. Quero aqui deixar um reconhecimento público ao responsável pelos Serviços Florestais, Sr. Eng^o João Domingos Taveira, mais conhecido por Eng^o Taveira, pelo excelente trabalho que tem feito ao longo destes anos nestes dois parques e que, com certeza, irá fazer neste que agora estamos aqui a falar e vamos aprovar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

(*) **Deputado Manuel Silveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar favoravelmente esta proposta, uma vez que ela é muito importante para o desenvolvimento da Freguesia de Santo Amaro, freguesia onde eu vivo e é por isso que sou eu a defender esta proposta. Acho que mereço isso.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Muito bem!*

O Orador: Tendo em conta que é de facto um bonito miradouro, que já existe lá há algum tempo (não sei de é desde 1987, porque não tenho a certeza) e neste momento

é muito importante para mim e para a Freguesia de Santo Amaro a aprovação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(* **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estou um pouco indeciso, porque sem se concretizar se é de 87 ou 97 não me é fácil ter o sentido de voto definido.

De qualquer forma, sem ser morador de Santo Amaro, quero manifestar a indicação no sentido de aprovação, aliás, conforme o pedido do Sr. Secretário, uma vez que disse no início que isto ia ser consensual. Portanto, já não temos outra hipótese.

Presidente: Vamos passar à votação, na generalidade, deste diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora na especialidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada na especialidade, por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer agora a votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, em votação final global, com a Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O diploma está aprovado e recomendo à Comissão que tenha atenção ao mapa anexo que foi alterado e já não é o que acompanhou a proposta inicial.

Passamos agora à **Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Altera o Decreto Legislativo Regional nº 12/2005/A, de 16 de Junho (regime jurídico da criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo”**.

Para apresentar este diploma, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No ano de 1997 procedeu-se a uma ampla discussão sobre a forma como as escolas dos Açores eram geridas, sobre a forma como o nosso regime de gestão e autonomia das escolas funcionava, tendo nessa altura sido aprovados por esta câmara três diplomas: um que se referia ao regime de autonomia, outro que se referia à gestão dos estabelecimentos do 1º Ciclo e da Educação Pré-escolar e outro que veio depois a ser incorporado, com legislação nacional que saiu pouco depois, que se referia ao regime de gestão dos restantes estabelecimentos de ensino.

Passados 8 anos de funcionamento desse regime no ano de 2005, chegou-se à conclusão que o regime funcionava bem e que precisava apenas introduzir-se alguns pequenos acertos e proceder à sua unificação, reunindo-se num diploma único matéria que andava dispersa por múltiplos diplomas.

Essa operação foi feita pelo Decreto Legislativo Regional nº 12/2005/A, de 16 de Junho, que agora regulamenta o regime jurídico da criação, autonomia e gestão das unidades orgânica do sistema educativo regional.

Este diploma é um diploma que tem a sua génese em 1997 e tem, nesta altura, 9 anos de experiência, deu boas provas, é um diploma que funciona bem e que, em princípio, não careceria de nenhuma alteração específica, não fosse ter ficado por regulamentar a matéria referente ao decreto global e que naquela altura ficou por regulamentar, porque já se antevia que haveria uma alteração legislativa a nível da República que teria uma incidência directa sobre a matéria. Essa intervenção veio a acontecer pelo Decreto-Lei nº 121/2005, de 26 de Julho, que torna desnecessária a regulamentação que estava prevista no diploma.

Dando continuação àquilo que foi o sentido inicial do diploma que era reunir num documento único toda a matéria existente sobre a autonomia e gestão das unidades orgânicas, pareceu melhor ao Governo propor que o decreto onde se previa a regulamentação passasse a ser ele próprio a regulamentação em causa e que substituísse o artigo 139º do diploma por um artigo em que essa regulamentação estivesse contida.

Por outro lado, este diploma é, se não me engano, o diploma mais extenso e mais complexo que esta câmara já aprovou ao longo de toda a sua história e foram detectadas, já depois em utilização, algumas pequenas incorrecções, que já foram publicadas, e que têm a ver nomeadamente com questões ortográficas, com a omissão de parte de uma frase, com uma remissão interna que não se encontra correcta, tudo questões que seriam facilmente ultrapassáveis e que não era necessário trazer a esta câmara a sua correcção, porque elas eram evidentes e facilmente supríveis, mas já que estamos a fazer a regulamentação do artigo 139º, opta-se por introduzir no diploma todas essas pequenas correcções.

Portanto, passando ao lado das questões e das pequenas correcções, questões que não são mais técnicas do que materiais, as duas alterações materiais que aqui se encontram são: uma é um aditamento de um nº 8 ao artigo 106º, artigo esse que se refere ao regime de criação e de funcionamento dos clubes escolares, matéria essa que estava num despacho normativo, que se achou melhor transferir para aqui e que é o estabelecimento dum número mínimo de alunos e de regras quanto à aferição da necessidade ou não do funcionamento dum clube escolar e a outra, essa, sim, a mais importante que é a introdução no artigo 139º da regulamentação das condições de exercício de funções.

Em relação a esta matéria eu gostaria de referir duas questões:

Por um lado, com a publicação do Decreto-Lei nº 121/2005, as horas de redução que os professores tinham e têm ainda direito em função da respectiva idade e da respectiva progressão na carreira, passaram a ser usadas prioritariamente para a execução deste tipo de tarefas que existem nas escolas a nível da gestão intermédia, o que quer dizer que, na prática, se fosse um docente mais antigo usaria desse tempo e não receberia qualquer compensação por isso. Se fosse um docente mais recente teria que lhe ser pago ou ser feito uma redução no seu tempo.

Ora, isso tinha um efeito pernicioso sobre as escolas que era, transferia o exercício dos cargos que devem ser exercidos por quem tem experiência para os docentes mais novos em vez dos mais antigos.

Em termos de opção de regulamentação desta matéria, resolveu-se propor a uniformização do regime e passar estes cargos também para o regime de gratificação,

ou seja, em vez de ser uma questão de redução de horas, paga-se uma gratificação, gratificação essa que será paga tanto aos docentes mais antigos como aos mais novos e permitirá que os docentes mais antigos e que têm mais experiência sejam eles prioritariamente a exercer as funções de coordenação dos órgãos de gestão e por isso é acrescentado ao diploma original uma gratificação destinada ao Presidente da Comissão Pedagógica para o Ensino Artístico, no caso das escolas que integram o conservatório, ao Coordenador do Departamento Curricular e ao Coordenador do Conselho de Directores de Turma que são os únicos cargos que já não se encontravam no regime de gratificação no próprio diploma.

Por outro lado, estende-se ao Director de Turma a possibilidade de opção entre ter uma redução na sua componente lectiva ou optar pelo mesmo regime de gratificação que está estabelecido pelos estatutos, ou seja, também se permite aqui que os docentes, que assim o pretendam, possam ter um regime que por muitos é considerado mais benéfico, ou seja, receber uma quantia em vez de ter uma redução.

Isto acontece num ambiente em que o número de horas disponíveis nas escolas, através da regulamentação da componente não lectiva, passou a ser de tal forma elevado que nesta altura em algumas das escolas, e foi esse um dos problemas que se discutiu no arranque do passado ano lectivo, não era a falta de horas, mas sim o excesso de horas e as tarefas a distribuir aos professores nessas mesmas horas.

Assim sendo não faz sentido que se mantenha um regime de crédito global, ou seja, de atribuição de horas a mais, quando muitas das escolas nos dizem que afinal temos horas suficientes e temos alguma dificuldade, em determinados períodos do dia, em ocupar todos os professores que temos na escola, daí que a manutenção de um regime crédito global seja totalmente incompatível com o regime que foi criado, quer pela via do Decreto-Lei 121/2005, quer pela via da regulamentação da componente não lectiva.

Outro aspecto que me parece relevante é dizer que a partir desta alteração, as únicas reduções da componente lectiva que passam a ser admissíveis nas nossas escolas são três, a participação directa no órgão de gestão, ou seja, no órgão executivo e o assessor do órgão executivo, a orientação de estágios no âmbito dum Decreto

Legislativo Regional que regulamenta essa matéria e o exercício, se for essa a opção do docente, das funções de director de turma.

Portanto, com isto terminámos com o problema das reduções e do somatório de reduções, uma das fases, segundo creio, mais negativa do nosso sistema educativo. Isso representou nalgumas escolas qualquer coisa como 15% do total das horas lectivas, horas que eram desviadas do exercício directo do serviço junto dos alunos para tarefas de mera gestão e administração, com o prejuízo que isso representa para a qualidade do sistema educativo. São estes os objectivos do diploma.

Este diploma revoga parte do despacho normativo 48/2005 nas vertentes que dizem respeito aos clubes escolares e nas vertentes que dizem respeito à própria organização do tempo, dos cargos de gestão e substitui o artigo 139º pelo regulamento que nele estava previsto, deixando assim de ser necessário fazer qualquer regulamentação em relação ao diploma que governa a gestão das escolas. Com isto faz-se a unificação global desta matéria.

Um aspecto que não estava previsto no diploma, mas já que mexe em diversos artigos e apesar das alterações serem de pequena monta, e uma vez que junto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista já se fez sentir essa necessidade e este é um diploma de utilização diária nas escolas, sugeria que o diploma fosse republicado na íntegra com as alterações que lhe são introduzidas e assim ficaremos com um diploma único, pelo qual as nossas escolas se regerão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que altera o Decreto Legislativo Regional nº 12/2005/A, de 16 de Junho - regime jurídico da criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo, procura fundamentalmente atingir dois objectivos que, aliás, já foram referidos pelo Sr. Secretário:

por um lado, corrigir alguns lapsos de redacção que eram patentes no diploma aprovado e clarificar também alguns equívocos na interpretação que ia sendo feita

sobre o mesmo. Sobre esta necessidade de intervir a este nível estamos todos naturalmente de acordo.

Por outro lado, altera os artigos 106º e 139º pelas razões que o Sr. Secretário já aqui afirmou. Embora acerca dessas alterações persistam algumas divergências, a verdade é que houve um trabalho na Comissão importante ao nível da consensualização e de melhoria do texto, havendo apenas dois artigos sobre os quais não foi possível chegar a um consenso total.

Por outro lado ainda, nós reputamos extremamente oportuno e importante a sugestão que foi feita ao nível da Comissão para que o diploma, embora sofrendo poucas alterações, seja republicado. Porque se trata de um instrumento de trabalho precioso para os órgãos de gestão das escolas, para o trabalho diário nas escolas, nós reputamos de oportuna e necessária essa republicação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É também para dar o nosso parecer favorável a este diploma que realmente vem corrigir algumas coisas que não estavam, em termos de redacção, muito correctas no diploma anterior e como é, conforme disse o Sr. Secretário, um diploma de uso diário nas escolas, convinha torná-lo mais claro e a necessidade da sua republicação na íntegra para ser efectivamente um instrumento de trabalho diário nas escolas.

Por outro lado, também traz aqui o que se vinha verificando, pelo menos na minha sensibilidade, que era cada vez mais difícil os professores quererem ocupar esse tipo de cargos pedagógicos, nomeadamente director de turma, coordenador de departamento, de grupo, etc., porque um coordenador de um departamento ou um coordenador de directores de turma tem muito trabalho diário, muito trabalho, para além da sua componente lectiva, no departamento que tem de coordenar todos os colegas e programar toda a actividade pedagógica e lectiva e o que se vinha verificando há uns tempos para cá é que era repetitivo, era sempre o mesmo que lá estava há 2 ou 4 anos.

Eu conheço casos particulares sobre essa matéria e as pessoas naturalmente cansam-se, porque, como em tudo, há professores que trabalham e há outros que não querem

trabalhar. Portanto as coisas são assim mesmo, mas o que se notava era que vinha caindo sempre em cima dos mesmos.

Espera-se que este incentivo contribua para que haja mais professores, outros professores, naturalmente com outras ideias, com outra capacidade para realmente também dar algum descanso a quem já lida com isto há muito tempo.

Por tudo isto, votamos favoravelmente o diploma.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vou obviamente repetir a explanação do diploma que já foi aqui feita.

Gostaria apenas de salientar o processo de análise que decorreu em Comissão. Foram ouvidas as unidades orgânicas do sistema educativo, sendo que, na maioria dos pareceres que nos chegaram, foi evidente o agrado por esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que agora estamos a debater e que levaram também ao aparecimento de mais algumas propostas que foram debatidas e consensualizadas em sede de Comissão, outras apresentadas depois pelos Grupos Parlamentares e que certamente teremos oportunidade de abordar na análise na especialidade.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, há pouco o Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos falava aqui dos quilómetros que tinha em estrada, V. Exa. pode-se orgulhar dos quilómetros que tem em artigos, sendo que eles não se medem à quantidade, mas à qualidade.

O que importa aqui sublinhar, para além do que já foi aqui dito, é essa intenção de melhorar a gestão das escolas e, portanto, dando incentivos àqueles que têm mais experiência - e esse é que é, penso eu, o facto relevante deste diploma - de forma a assumirem eles também essas funções, o que nos últimos tempos não estava a acontecer.

Isto é bom para as escolas, dá outra motivação à própria escola, dá outra motivação na relação entre os professores, porque também são os professores com mais

experiência que normalmente, por razões da vida, têm mais disponibilidade e tudo isso junto penso que reporá nas escolas uma tradição que tem a ver com essas funções serem assumidas sobretudo por parte daqueles que já sabem o que é que estão a fazer relativamente a isso.

Portanto, quero manifestar aqui o meu apoio a estas alterações.

Presidente: Srs. Deputados, já dei instruções para distribuírem as propostas de alteração chegadas à mesa.

Vamos fazer a votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com este diploma, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Como foi falado aqui em republicação convinha que chegasse à mesa uma proposta concreta para obrigar formalmente a republicação. Não é uma coisa absolutamente indispensável, mas é importante que o plenário aprove que o mesmo seja republicado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Era só para clarificar que a proposta do Sr. Secretário consta do relatório da Comissão que foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Assim sendo, o que eu disse não tem qualquer validade. É uma sugestão do Sr. Secretário Regional para que se proceda à republicação.

Estamos agora num impasse, porque os serviços estão a fotocopiar as propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É para dizer que, apesar de constar do texto do relatório, não consta de nenhuma das propostas e, portanto, terá de ser uma questão a resolver pelos grupos parlamentares.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur lima (CDS/PP): Sr. Presidente, peço, nos termos regimentais, um intervalo de 30 minutos.

Presidente: Naturalmente que V. Exa. tem todo o direito, mas isto é uma questão de segundos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): É para dizer que, pela parte do Partido Socialista, nós preferíamos que se fizesse um pequeno intervalo, porque realmente houve um lapso e é necessário fazer a redacção.

Presidente: Assim sendo, Sr. Deputado, está concedido o intervalo de 30 minutos solicitado por V. Exa.

(Eram 16 horas e 40 minutos)

Presidente: Vamos prosseguir os nossos trabalhos na especialidade.

(Eram 17 horas e 05 minutos)

Peço modestamente a ajuda dos Srs. Deputados que fazem parte da Comissão, porque há muitas propostas.

Vamos fazer isto de uma forma menos ortodoxa, mas mais clara, ou seja, vamos começar pelo artigo 1º que envolve vários artigos. Depois vamos passar a cada uma das alterações aos vários artigos.

Assim sendo, vou pôr à votação, na especialidade o artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação do artigo 52º que tem como epígrafe *(Incompatibilidades*”.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 52º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao artigo 55º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 55º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 58º, tem como epígrafe (*Eleições*).

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 58º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 63º, que tem como epígrafe (*Competências*).

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 63º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 74º. Para este artigo existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Vamos votar em primeiro lugar a proposta de alteração do PS para a alínea e) do artigo 74º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(* **Deputada Nélia Amaral (PS):** Era só para clarificar que a Proposta de Decreto Legislativo Regional que nós estamos a votar, propõe para o artigo 74º uma alteração à alínea d) e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe uma alteração à alínea e) deste mesmo artigo.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 74º proposto pelo Governo.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 74º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 91º do Decreto Legislativo Regional nº 12/2005/A, existe uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista. Vamos passar à votação desta proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para artigo 106º existe uma proposta do Governo, uma proposta de alteração para o nº 8, apresentada pelo PSD e ainda uma proposta de alteração que vem da Comissão, subscrita pelo PS. Estas alterações são todas relativas ao nº 8 do artigo 106º.

Se nós votarmos a proposta que vem da Comissão, que chegou em primeiro lugar, tudo o resto fica prejudicado.

Está aberto o debate sobre este artigo 106º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na proposta do Governo, relativamente a este artigo, previa-se que a gratificação ao professor que orienta um clube escolar seria atribuída desde que esse clube tivesse pelo menos 25 alunos na última semana de Setembro e sempre enquanto esse clube mantivesse uma média semanal de pelo menos 15 participantes.

A proposta que vem da Comissão já é uma proposta melhorada, na medida em que introduz aí um factor de ponderação relativamente ao mês, porque Setembro é o início das actividades lectivas e se se está a tentar lançar um clube novo, no mês de Setembro é praticamente impossível tê-lo pronto para lançar com este número de elementos.

O PSD apresenta uma proposta de alteração que pretende simplificar o funcionamento disto, na medida em que apenas exige que a qualquer altura do ano lectivo o clube funcione com o mínimo de 15 participantes para o docente ter direito à gratificação, cessando no mês seguinte em que o número médio mensal seja inferior a 10 participantes, pois a maior parte dos clubes funciona uma vez por semana e não podemos fazer um cálculo da média semanal.

Nós diminuámos o número de participantes que se exige para a atribuição da gratificação, sobretudo porque temos em conta as escolas mais pequenas em que muitos clubes poderão eventualmente ser penalizados em termos da gratificação do professor que tem o clube à sua guarda, na medida em que uma diferença de 5 alunos pode ser a diferença entre ter um clube e não ter.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta que tivemos oportunidade de apresentar em Comissão e que consta do relatório, tem por objectivo estabelecer um prazo temporal para início do funcionamento dos clubes que consideramos razoável, uma vez que, como já foi aqui dito, o ano lectivo se inicia em Setembro e até Janeiro dá tempo suficiente para as escolas se organizarem e divulgarem a existência dos clubes se os próprios alunos se inscreverem.

Consideramos também que, sendo normal que haja sempre uma margem de alunos que vão desistindo, este diferencial seja mantido entre o número que é exigido para que o clube receba gratificação no número que é exigido à entrada e a média semanal. Mantemos também a média semanal uma vez que, como já foi aqui dito, a maior parte dos clubes reúne uma vez por semana.

O que se pretende é que ao longo de um prazo de tempo estabelecido se vai verificar se realmente os clubes semanalmente mantêm uma frequência de pelo menos 15 alunos.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar a proposta que vem da Comissão e subscrita pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Ficou assim prejudicada a proposta do PSD e a do Governo.

Passamos agora para o artigo 139º, para o qual existe a proposta do Governo, uma proposta de eliminação da Comissão e uma proposta de alteração do PSD. Estão à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Relativamente ao artigo 139º, que no Decreto Legislativo Regional nº 12/2005/A se intitulava crédito global e condições de exercício de funções, nós fazemos uma proposta de desdobrar este artigo em que o 139º se referiria apenas ao crédito global e um que se acrescentaria sobre as condições do exercício de funções.

Fundamentalmente o que pretendemos neste que agora será o artigo 139º é acautelar uma situação que pode eventualmente acontecer que é nas escolas em que o corpo docente seja muito novo, maioritariamente de início de carreira, poder haver dificuldade, pelas horas disponíveis nessa escola, para se garantir os apoios educativos.

Portanto, o que nós pretendemos apenas é que, com o objectivo supletivo de nessas e só nessas situações e mediante requerimento a dirigir à tutela e mediante regulamentação da própria tutela, a escola possa, em caso de necessidade, recorrer a esse mecanismo do crédito global para garantir apenas e só apenas os apoios sistemáticos que são necessários, naturalmente, para fazer face às dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(* **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta para o artigo 139º limita-se a propor a eliminação do nº 3, uma vez que o nº 1 do mesmo artigo remete para o regulamento interno das unidades orgânicas a determinação das horas para o exercício destes cargos e que no corpo do Decreto Legislativo Regional nº 12/2005/A já aparece estipulado a carga horária a atribuir a determinados cargos.

Assim sendo, consideramos que este ponto 3 é desnecessário.

Quanto à proposta que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresenta, pelos motivos que o Sr. Secretário já explicou aquando da apresentação da Proposta de Decreto Legislativo Regional, nós iremos votar contra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(* **Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para, na continuação daquilo que acabou de ser afirmado pela Sra. Deputada Nélia Amaral, dizer que é desnecessária a manutenção do conceito “crédito global”. O crédito global é um conceito antigo que tem funcionado nas nossas escolas desde 1998, desde que se introduziu a regulamentação que agora está em vigor e que tinha a sua razão de ser no facto das horas de redução que os docentes beneficiavam antes da

publicação do Decreto 121/2005 serem horas que eram mesmo de redução e não eram horas que fossem postas ao serviço da escola.

Com a publicação desse Decreto-Lei essas horas de redução passaram obrigatoriamente a ser postas ao serviço da escola e deixou de fazer sentido esta instituição do crédito global.

Eu creio que, com a eliminação deste conceito e com a eliminação da necessidade de regulamentação, se dá mais um passo na simplificação da gestão das escolas e atinge-se aquilo que era o objectivo primeiro deste diploma, ou seja, atinge-se a unificação global do sistema.

O Decreto Legislativo Regional nº 12/2005/A, com as alterações que agora lhe são introduzidas, deixa de ter qualquer nível de regulamentação.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não apoiado.

O Orador: Tudo o que tem a ver com a gestão das escolas está aqui contido, não é preciso fazer-se nenhuma regulamentação e, portanto, o temor que é apresentado pelo Sr. Deputado Costa Pereira de que haja escolas que não tenham as horas necessárias não faz sentido, até porque a maior parte dos cargos, senão todos, passaram a ser gratificados e deixou de haver a necessidade dessa distribuição de horas. Conjugando isto com a disponibilização de horas que resulta da regulamentação do tempo de permanência na escola, mesmo aquelas, e na Região não teremos nenhuma assim, em que teoricamente todos os professores tivessem em início de carreira, mesmo assim haveria horas suficientes para fazer face a todos os cargos existentes.

Portanto, nós não precisamos de ter quaisquer reduções, podemos eliminar esse conceito de redução lectiva e passarmos, pura e simplesmente, para um conceito de gratificação de funções.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário, naturalmente, dispõe de informação estatística, de informação privilegiada, que nós os Deputados não temos.

A verdade, porém, é que não partilho do seu optimismo nem tão pouco a Sra. Ministra da Educação que, na reforma que se prepara para realizar no próximo ano lectivo, mantém a possibilidade de as escolas possuírem e terem acesso a um crédito de horas lectivas semanais de acordo com uma tabela publicada.

Portanto, o que nós aqui propomos não é impositivo, é apenas uma situação de salvaguarda, e tivemos essa preocupação na nossa proposta, de, sendo necessário, as escolas poderem recorrer àquele recurso. Mas os senhores é que têm a maioria, é que vão determinar a solução a adoptar e, portanto, mantemos esta divergência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu aprecio a prudência da proposta que o PSD apresenta. De facto, é uma proposta prudente e que deixa, no fim de contas, nas mãos do Governo a regulamentação da matéria.

Portanto, seria uma proposta que faria sentido se houvesse a dúvida de poder ou não poder funcionar a escola assim, só que tem um duplo defeito: por um lado mantém vivo um conceito que nós queremos eliminar que é o conceito do crédito global, mantém viva a possibilidade de haver reduções, algo que nós queremos eliminar de forma definitiva das escolas e mantém a porta aberta à existência de um regulamento que nós também queremos eliminar. A proposta tem esse defeito, apesar de eu reconhecer a prudência e a lisura como a proposta está feita.

Quanto à questão que o Sr. Deputado referiu, era bom que ficasse esclarecido que a Sra. Ministra da Educação, no seu Despacho Normativo do próximo ano lectivo, está a trabalhar um ano atrás daquilo que nós pretendemos trabalhar, ou seja, o que está a acontecer neste momento é que ela está a regulamentar, a fazer aquilo que o nosso Despacho nº 48 fez. Nós com a aprovação deste diploma já não precisaremos desse conceito para o próximo ano lectivo.

O Despacho Normativo que a Sra. Ministra vai produzir, porque ainda não foi publicado, é um Despacho Normativo que se atém à situação anterior do estatuto da carreira docente e à situação anterior do regime de gestão e gostaria de lembrar ao Sr. Deputado que no sistema de gestão que é aplicável no Continente não existe qualquer

gratificação para qualquer cargo, ou seja, os cargos não são gratificados e esta é uma situação que, no caso da Região Autónoma dos Açores, é diferente em que se optou, em vez de haver reduções, por haver gratificações, o que introduz uma maior clareza e um maior equilíbrio nestas questões.

Portanto, há uma diferença fundamental entre os dois regimes de gestão: no regime de gestão do Continente, actualmente em vigor e que estará em vigor no orçamento do próximo ano lectivo, existem reduções, porque não existem gratificações. As gratificações são, neste momento, uma situação única no sistema educativo dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar e votaremos em primeiro lugar a proposta de alteração que vem da Comissão e subscrita pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente e 14 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos votar agora a parte restante da proposta que vem do Governo para o mesmo artigo 139º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A parte restante refere-se ao 139º-A, sobre a qual há consenso e, portanto, eu penso que o facto de termos votado o nº 3, que veio da Comissão, não prejudica a do PSD que tinha que ser votada para ser rejeitada e depois pôr à discussão o artigo 139º-A, sobre o qual há consenso, que altera o artigo 139º no seu conjunto.

Não sei se me fiz entender?

Presidente: Muito obrigado.

Eu não sabia que havia consenso. Eu estou a trabalhar aqui em cima sem rede. Penso que o que eu estava a fazer tem lógica, agora se há consenso podemos passar para o 139º-A, ficando prejudicado o 139º que vem na proposta do Governo.

Já agora pergunto se há mesmo consenso.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sem prejuízo, obviamente, do Grupo Parlamentar do PSD poder apresentar a proposta que faz para o artigo 139º-A, há realmente consenso, uma vez que a proposta o que vem fazer é desdobrar alguns dos números que constam da Proposta de Decreto Legislativo Regional para o artigo 139º e mais uma vez proceder à clarificação no que concerne à gratificação dos coordenadores de turma e dos coordenadores do conselho de turma, à clarificação do que é já uma prática nas escolas da Região.

Presidente: Assim sendo, vamos votar o artigo 139º-A, proposto pelo Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 139º-A foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agora vamos votar o artigo 2º da Proposta de Decreto Legislativo Regional que diz respeito às revogações. O artigo 3º, que passará a ser artigo 4º (*Entrada em vigor*) e o novo artigo 3º, designado (*Republicação*) e concluía-se assim a votação na especialidade.

Vamos votar na especialidade estes três artigos.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer agora a votação final global deste diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Este diploma baixa à Comissão para a redacção final, com as habituais recomendações de muito cuidado.

Chegámos à hora do nosso intervalo regimental. Vamos interromper os nossos trabalhos até às 18,00 horas.

(Eram 17 horas e 30 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos prosseguir com os nossos trabalhos.

(Eram 18,00 horas)

Passamos agora à **Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores”**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência para apresentar o diploma.

(*) Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao diploma que se segue é um diploma que visa regulamentar na Região alguns aspectos do Estatuto da Carreira Docente, aspectos esses que, no que diz respeito às questões materiais, se centram essencialmente na regulamentação dos tempos não lectivos. Essa é que é, do ponto de vista material, a maior alteração.

Contudo, como este é um diploma novo, é um diploma que abre, no que diz respeito à Região, uma nova linha em termos de construção do seu edifício legislativo nesta matéria, aproveitou-se para fazer a revogação de mais de uma dúzia e meia de diplomas regulamentares que se encontravam dispersos e criar uma plataforma, a partir da qual é possível começar a construir-se uma regulamentação específica do trabalho dos docentes nas nossas escolas que seja compatível com aquilo que se pretende que o nosso sistema educativo seja.

Este diploma foi feito num momento complicado, porque coincide com a apresentação pelo Ministério da Educação de uma proposta de alteração do Estatuto da Carreira Docente, uma alteração extremamente profunda e estrutural do Estatuto que, no caso da Região Autónoma dos Açores, necessita ser devidamente ponderada no que respeita à sua aplicação e aos efeitos que tem sobre as escolas dos Açores.

Optou-se por transferir para este diploma, fazendo uso das prerrogativas constitucionais que permitem esta câmara legislar nesta matéria, todos aqueles artigos e todas aquelas matérias que, do ponto de vista da certeza daquilo que se pretende para o futuro do nosso sistema educativo, estão neste momento assentes.

Este diploma foi feito numa dupla lógica: regulamentar as matérias que estavam em diversos regulamentos e que era preciso consolidar na sequência do Despacho

Normativo nº 48/2005 e dos despachos anteriores sobre matéria de carreira docente e, por outro lado, também consolidar um acervo de questões que se considera que no actual estatuto e na sua regulamentação regional estão bem e que não devem ser alteradas no âmbito das propostas nacionais.

Portanto, é uma proposta que surge coordenada com aquilo que está a ser feito a nível nacional.

Um aspecto importante e que interessa trazer para esta nossa discussão tem a ver com a compatibilidade de dois ou três aspectos deste estatuto com aquilo que será o futuro estatuto da carreira docente e que terá a sua aplicação na Região.

Para começar há uma matéria que tem a ver com a formação do pessoal docente. Foi uma matéria que há três ou quatro anos atrás foi controversa, através da aplicação do Despacho Normativo 44/2003, despacho esse que regulou a forma como os professores acedem aos cursos de formação e que neste momento se optou por incluir aqui com um conjunto de alterações que foram discutidas com as diversas entidades sindicais, representantes do pessoal docente, que quiseram participar nesta discussão. Isso permite consolidar, na Região Autónoma dos Açores, um acervo de normas que, no caso do Continente, irão desaparecer.

Em complementaridade com a inclusão dessas normas também foi acordado com os sindicatos que seria apresentada uma Proposta de Decreto Legislativo Regional versando a estruturação da formação contínua, proposta essa que já foi enviada aos sindicatos e que neste momento está na sua fase inicial em termos de negociação.

Um outro aspecto importante prende-se com as matérias relacionadas com a avaliação do desempenho do pessoal docente, avaliação essa que, neste momento, na prática não é feita, porque as regras que existem leva a que todos os docentes tenham a mesma avaliação.

Existe uma proposta nacional para alteração dessa matéria e acordou-se também com as estruturas sindicais que seria apresentada uma proposta regional sobre o assunto e, por isso, incluem-se aqui neste diploma dois artigos, um que pura e simplesmente anuncia e estabelece as regras básicas, o enquadramento da avaliação, os seus objectivos e anuncia que a matéria será objecto de decreto legislativo regional próprio e um outro que fixa um conjunto de garantias sobre avaliação que era preciso manter

para legitimar aquilo que está a ser feito em termos de avaliação na Região e que será feito neste período intermédio, entre a entrada em vigor deste diploma e a eventual aprovação do decreto legislativo regional que aqui se anuncia.

Outra matéria que é importante para o estatuto dos professores e para o funcionamento das nossas escolas tem a ver com as questões de progressão na carreira por efeito de mestrados e doutoramentos, em que a nível nacional há eliminação de parte dessa matéria e que na Região se optou por manter e se incluir aqui, até porque é uma forma de enriquecimento do nosso corpo docente, que não deve ser descurado, e também uma forma de permitir à Universidade dos Açores ter uma maior participação nesta matéria que certamente desapareceria se fosse seguido aquilo que é proposto a nível nacional.

Ainda dentro desses aspectos, olhando para aqueles que têm uma relevância maior, há também aqui a introdução e o alargamento dos conceitos de permuta e de mobilidade entre quadros.

Um dos problemas com que nos temos vindo a debater ao longo dos últimos anos, particularmente com a introdução dos novos mecanismos de concurso, é o surgimento de vagas e de colocação de docentes, particularmente docentes em contrato que ficam em ilha diferente daquela de onde pretendiam ir e são colocados ao mesmo tempo que outro docente que ficou na posição oposta, por razões que têm a ver com a própria lista graduada.

Alarga-se aqui o conceito de permuta aos docentes que estão contratados, permitindo que até a meados do primeiro período os docentes que venham a ser colocados em ilha diferente daquela onde pretendem trabalhar e que encontrem alguém noutra ilha que queira com eles fazer permuta o possam fazer, reduzindo assim a penosidade de algumas separações familiares e todas as consequências que essas colocações trazem para as escolas.

Em conclusão, este é um diploma essencialmente de carácter regulamentar, que regulamenta um número restrito de artigos do Estatuto da Carreira Docente, nalguns casos incorporando e transcrevendo regulamentos que estavam dispersos, noutros casos introduzindo algumas alterações e, do ponto de vista material, consolidando a

regulamentação da componente não lectiva de estabelecimento de pessoal docente, que foi o aspecto essencial e central do Despacho 48/2005 que este diploma revoga. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(* **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É também para dar conta da importância que este diploma tem para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, uma vez que consubstancia, naquilo que foi a explanação longa do Sr. Secretário, um conjunto de regulamentos e de questões que estavam dispersas por vários normativos e que também acaba por incluir uma questão, que é fulcral no nosso sistema de ensino, que tem a ver com o tempo que os docentes passam na escola e a forma como ele é utilizado.

Existem outras questões, como sejam as questões relativas à formação e correlativas com a forma como a carreira docente na Região se estrutura e que foi, na nossa opinião, alvo de um trabalho longo, negociado com os sindicatos dos professores e sobre o qual recaiu um amplo consenso também em algumas matérias, consensualizado com o principal partido da oposição, e que penso que resulta num diploma que é estruturante, que solucionará muitas das questões pendentes, nomeadamente aquelas que se relacionam com o Despacho Normativo nº 48/2005 e que permitirá que na Região tenhamos, nesta matéria e em alguns aspectos, um regime mais favorável até do que o que vigorará no Continente, no que diz respeito à carreira docente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este intitulado Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores teve o seu início num determinado contexto, num determinado pressuposto e com uma referência fundamental que é o estatuto da carreira docente que existe e que está em vigor a nível nacional.

Entretanto, há cerca de mês e meio, essa referência e esses pressupostos que nortearam e que basearam todo esse trabalho que foi feito aqui nos Açores vão ser

alterados, porque o Governo da República apresentou à discussão pública um novo Estatuto da Carreira Docente, esse, sim, que altera profundamente a estrutura da carreira e, por isso mesmo, acaba por alterar a referência que aqui nos guia nesta alteração regional.

Face a essa situação, porque os pressupostos e a referência vão ser até Janeiro profundamente alterados, o PSD defendeu em Comissão que este diploma deveria ser retirado, que se deveria aguardar pela conclusão do quadro nacional para termos ideia de qual é o Estatuto da Carreira Docente a nível nacional e depois, na posse de todos os elementos, na posse de todas as informações, de todos os dados e da visão de conjunto de qual é esse novo estatuto a nível nacional, então, e só então, se poder iniciar nos Açores um amplo debate, não só com as forças sindicais, mas também com a comunidade educativa, que conduzisse às adaptações regionais que se considerassem necessárias e pertinentes.

Esta nossa proposta feita em Comissão não foi aceite pela maioria e por isso estamos aqui para discutir e aprovar um decreto legislativo regional que, daqui a menos de seis meses, estará profundamente caduco, porque as referências que ele próprio faz deixam de existir e, portanto, daqui a menos de um ano estaremos aqui outra vez, naturalmente, a discutir este assunto, a legislar sobre estas matérias.

Portanto, houve aqui uma pressa que nós achamos que não era necessária, perdeu-se uma parte do debate que era preciso ter feito com a comunidade educativa e que não foi feito, havendo apenas negociação só com o sindicatos. Repito que houve aqui uma pressa que nós reputamos que, neste caso, não foi boa conselheira.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Como resultado da aprovação deste diploma, vamos ter que trabalhar nos Açores, provavelmente, num período de 6, 8 ou 10 meses ou até um ano, com dois documentos, com o Estatuto da Carreira Docente, em vigor a nível nacional para umas coisas, com esta adaptação regional para outras e, sobretudo, quem tem que trabalhar com estes diplomas vai ter que trabalhar com normas que não são facilmente remissíveis umas para as outras, porque o artigo 32º do regional não coincide com o 32º nacional e, portanto, há aqui uma solução que, mesmo do ponto

de vista prático e funcional, é uma solução coxa e que não nos parece ter sido a melhor.

Refira-se também que estas alterações regionais do Estatuto da Carreira Docente, não possuem a dignidade de um Estatuto da Carreira Docente nos Açores. O que temos agora entre mãos é sobretudo um conjunto de normas regulamentares. Esta visão, que é consensual na Comissão, conduziu à apresentação de uma proposta que altera o designativo do diploma.

É bem verdade que, como também já foi aqui referido, este diploma apenas contempla uma parte pequena (não sei se chegará a 20%) do Estatuto da Carreira Docente e o que aqui não está, e que é a esmagadora maioria, é o mais difícil, é o mais melindroso, é o mais importante numa revisão de um estatuto da carreira docente.

Por isso, porque não está aqui o que é fundamental, a estrutura da carreira, a avaliação, etc., mais uma razão, na nossa opinião, para podermos esperar, para não termos pressa, para vermos o que é que vai ser feito a nível nacional, para, em função disso, nós fazermos uma eventual adaptação regional, conhecendo na sua totalidade qual é a nossa referência.

As informações que nós temos são informações esparsas, são informações parcelares e o próprio documento a nível nacional que é conhecido neste momento, não sabemos em que vai resultar no fim das negociações que se vão realizar a partir de agora.

Estas questões que são as mais difíceis, as mais melindrosas e que são também as questões mais substanciais, são também aquelas questões de que nós não conhecemos nada sobre o que é o pensamento do Governo Regional dos Açores.

O Governo Regional dos Açores, sobre a questão da avaliação dos docentes, sobre a questão da estrutura da carreira e sobre os temas similares, que são fundamentais e que não vão ser agora alterados, tem-se reduzido a um prudente silêncio para passar, naturalmente, o ónus da discussão, do melindre e do desgaste para a Ministra da Educação.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Engana-se, Sr. Deputado.

O Orador: Depois iremos ver o que é que o senhor a nível regional vai fazer.

Em relação ao presente decreto legislativo regional devemos reconhecer que foi possível consensualizar várias propostas de alteração que acolhem o pensamento dos membros da Comissão, que acolhem os contributos dos parceiros, com os quais tivemos audições, aliás, mantendo uma prática que me parece positiva e louvável nesta Comissão.

Houve, de facto, um esforço construtivo de se fazer o maior consenso possível à volta de algumas alterações que foram apresentadas à comissão.

Ficaram de fora, naturalmente, alguns aspectos sobre os quais não foi possível construir esse consenso e sobretudo ficou de fora aquele que me parece que vai ser o ponto fulcral do debate e da discussão, e é ele que irá motivar as posições que o PSD irá assumir. Na verdade, em Agosto do ano passado, a Secretaria Regional da Educação alterou, por Despacho Normativo, o funcionamento dos horários dos professores nas escolas. Isso produziu, ao nível das escolas e do corpo docente, todo o descontentamento e todas as mobilizações que nós conhecemos. Até se impôs a necessidade da realização de uma reunião entre os Sindicatos e o Sr. Presidente do Governo e nessa reunião foi assumido pelo Chefe do Executivo o compromisso de que a situação iria ser revista, no pressuposto de que não fazia sentido ocupar os professores na escola sem eles terem nada para fazer.

Passado todo este tempo a situação está aqui na Assembleia e, infelizmente, estamos exactamente no mesmo ponto de quando se partiu, sem se dar resposta aos compromissos então assumidos.

É essa desilusão e este desapontamento que os senhores vão ter que explicar junto dos profissionais que nas escolas esperavam bem mais do que a solução que, neste aspecto, daqui vai sair.

Estando de acordo e até sendo co-autor dum conjunto de alterações que vão ser introduzidas neste documento, o Grupo Parlamentar do PSD, apesar disso, não lhe poderá dar o seu voto favorável porque foram defraudadas as justas expectativas que os docentes tinham em resultado do que lhes foi prometido e agora não é cumprido.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com atenção a intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira e concordo com muitos dos aspectos aqui focados, mas há aspectos fundamentais com os quais eu tenho que discordar e a primeira questão tem a ver com a oportunidade da apresentação deste diploma.

Sr. Deputado no actual enquadramento constitucional se nós não aprovarmos este diploma, o que acontecerá é que o diploma que for aprovado no Continente, no dia seguinte estará em vigor na Região Autónoma dos Açores. O senhor vai dizer que há o *vacácio legis* e eu sei, mas isso é uma questão técnica para si.

A questão fundamental que interessa mesmo termos a certeza, é que aquelas matérias que no caso do nosso sistema educativo são consensuais, são úteis e funcionam bem, devem ser preservadas. Para isso é que serve a nossa autonomia e a nossa obrigação aqui é ter uma posição proactiva e não uma posição reactiva. A nossa obrigação não é estar à espera que o Governo da República faça isto ou faça aquilo, mas fazermos aquilo que consideramos que está certo e que é melhor para o nosso sistema educativo. É com esse espírito que este diploma foi feito.

Queria ainda informar o Sr. Deputado que as matérias que constam da proposta do Governo da República foram devidamente consideradas nesta proposta, porque já eram conhecidas de boa parte dos participantes nesta discussão e o que vai acontecer, em boa parte, em relação ao futuro também já é conhecido.

Queria também informar o Sr. Deputado Costa Pereira que o Governo Regional não tenciona passar ao lado das discussões que venham a ser feitas sobre as questões, mesmo as mais melindrosas do estatuto, tenciona participar nelas de corpo inteiro e ter também nessas matérias uma posição proactiva e encontrar as melhores soluções para a Região Autónoma dos Açores.

Também quero informá-lo que já tive oportunidade de reunir com os sindicatos representativos do pessoal docente, que participaram nesta negociação, e apresentar aquilo que é o pensamento do Governo Regional em matéria de avaliação do desempenho do pessoal docente, que é a matéria mais melindrosa e mais complexa que se segue neste sequência de alterações.

Ainda não foi apresentada uma proposta em termos de texto, foi apresentado apenas um conjunto de princípios que já foi discutido e o Governo Regional ficou a conhecer quais são os interesses e as opiniões desses sindicatos em relação a essa matéria, ficando os sindicatos também a saber quais as opiniões do Governo Regional na matéria em causa.

Nesse bloco de matérias, que é o segundo mais delicado a seguir à estrutura da carreira, neste momento os sindicatos são conhecedores dos princípios básicos que norteiam a posição do Governo Regional e a breve trecho receberão formalmente uma proposta de texto para iniciar a discussão.

Portanto, teremos uma posição proactiva e não reactiva e vamos fazer aquilo que consideramos correcto e negociar com os sindicatos aquilo que consideramos que deve ser a posição do Governo Regional.

Outra das matérias que não está aqui contemplada é a matéria da formação. Nesta matéria já estamos bem mais avançados e neste momento os sindicatos já têm na sua posse uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que visa regulamentar essa questão. Também aí fomos nós a fazer e não ficámos à espera que o Governo da República fizesse.

Em relação à questão mais delicada e mais complexa, que tem a ver com os índices, tem a ver com a progressão e com a estruturação na carreira, ainda não se iniciaram contactos, porque neste momento ainda nem sequer é conhecida, da parte do Ministério da Finanças, qual é que é a estrutura proposta e há aí, sim, matérias que carecem de compatibilização.

Aquilo que se está a fazer neste momento é manter o espírito aberto, não tomar nenhuma posição sobre ela, mas dizendo, desde já, que nós, no caso da Região Autónoma dos Açores, não vemos qualquer necessidade, e queria afirmá-lo aqui também, de fazer uma segmentação artificial da carreira docente.

Portanto, embora sem poder assumir um compromisso definitivo sobre a matéria, porque não conheço aquilo que irá ser feito em termos de escala indiciária, quero dizer que será feito pela Região um esforço no sentido de manter a unicidade da carreira e de manter a possibilidade de progressão de todos os docentes que demonstrem, pelo seu desempenho, que têm os méritos necessários para poderem

progredir e não haverá a segmentação artificial através da criação de quadros distintos para uma classe de docentes e para outra.

Sr. Deputado, que fique bem claro que esta não é uma tentativa de fugir entre os “pingos da chuva”, não é uma tentativa de passar ao lado da discussão nacional, é sim uma resposta à necessidade de nós regularmos, desde já, matéria que deve ser regulada e deixarmos para o futuro próximo outras matérias por forma a que no fim desse processo se encontre o melhor estatuto para as escolas dos Açores.

Quanto à crítica que o Sr. Deputado deixa implícita de que a regulamentação do tempo lectivo, não lectivo e de estabelecimento das escolas, essa é uma questão essencial que tem que ser resolvida já, de forma final e definitiva, porque nós temos um ano lectivo a começar daqui a muito pouco tempo, e precisamos de ter a clareza necessária de dizer que uma hora tem 60 minutos e que a hora de trabalho se afere em horas de 60 minutos e eu quero deixar muito claro que essa é uma matéria que tem que ser finalmente resolvida, e veremos isso na discussão que teremos oportunidade de fazer aquando da discussão na especialidade do respectivo artigo, para que o nosso sistema educativo finalmente convirja para aquilo que são os sistemas educativos dos países civilizados e deixemos de andar a brincar às horas.

Um outro aspecto que eu também chamava a atenção do Sr. Deputado é para a fundamental incongruência entre a posição que o senhor, pelos vistos, está a tomar e a aquela que acabou de tomar no diploma anterior.

No diploma anterior era preciso dar mais horas às escolas, porque não havia horas nas escolas que chegasse, ou seja, quando era para reduzir o trabalhos docentes o senhor achava muito bem, vamos reduzir as horas lectivas para haver horas disponíveis, agora quando se diz que os docentes têm que estar mais tempo na escola para poderem colaborar na gestão da sua escola e apoiarem melhor os seus alunos, afinal o tempo já é demais.

O Sr. Deputado tem de optar; escolha qual delas é que quer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Poder-se-ia dizer, por analogia, que o fecho das maternidades que o Governo da República anda a proceder no Continente, produziu nos Açores um “parto prematuro” e este diploma parece-me isso mesmo e vai produzir um “bébé de perna curta” que eu não sei se vai ter tempo para aprender a andar, porque, se calhar, quando estiver a aprender a andar já está o nacional em vigor e em matérias importantes que mexem e tocam na carreira e na vida das pessoas, como é, por exemplo, o caso das condições de progressão na carreira, no exame de admissão à profissão que terá que ser nacional e não sei como é que este não toca nesta questão que é uma matéria muito sensível.

Como é que se vai fazer o exame de admissão cá se neste diploma não se prevê nada? Terá que ser pelo nacional e, portanto, é nesta matéria que depois poder-se-ia fazer a adaptação do diploma nacional à Região.

Depois tem também a questão da progressão nos escalões, como é que vai ser feita? Lá fora a Sra. Ministra diz que vai haver um professor titular e depois entre os titulares haverá algumas alterações.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Desculpe Sr. Deputado, mas o Decreto-Lei não se opõe a este, sobrepõe-se ao nacional. É precisamente ao contrário.

O Orador: A questão da avaliação e desempenho também é outra questão que toca particularmente nas pessoas, enfim, a avaliação polémica por parte dos pais e, portanto, parece-nos que isto não vem em boa altura.

Este diploma procura sobretudo corrigir. Pelo que aqui se vê, um erro que foi cometido no passado, com os tempos lectivos e não lectivos, e este vem corrigir de algum modo, é talvez a única alteração que traz desta colectânea de legislação que este faz, a distribuição de tempo lectivo e não lectivo, embora não na totalidade, mas dá um passo nesse sentido.

O Sr. Secretário falou na formação dos professores e disse que se iria regulamentar a seguir, mas isto aqui também não é claro e realmente o que traz aqui é pouco.

Por exemplo, nas acções de formação que um professor entenda fazer ao fim de semana e que vá fazê-la a um sítio qualquer, contam ou não para a progressão na carreira?

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Contam.

O Orador: Qual é a entidade acreditadora dessas acções de formação? Aqui neste diploma não é claro e não sei se na regulamentação futura isto está previsto.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Está aqui!

O Orador: Está previsto ele fazer formação fora do tempo lectivo, agora pode ir fazê-la numa entidade que não estes centros de formação e a pergunta que eu ponho é esta: fazendo um curso de formação, por exemplo, numa universidade ou noutra sítio qualquer, quem é que faz a acreditação desses cursos, porque só os acreditados é que contam? Era também esta questão que lhe queria colocar.

Quero vincar mais uma vez que este diploma vem realmente um bocadinho fora de tempo.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para dar também conta da posição do Grupo Parlamentar do PS nesta matéria, relativamente à oportunidade ou não de termos em discussão este diploma.

Como nós sabemos, e como já foi aqui amplamente discutido, este diploma nasce de um longo processo de maturação e, portanto, se o Sr. Deputado quiser chamar “parto prematuro” pode fazê-lo, mas terá que dizer que foi também uma “gravidez longa”. Este diploma teve um longo tempo de concepção, uma ampla discussão à sua volta, e ele é, neste momento, aquilo que o Governo Regional propõe que, neste caso, o Grupo Parlamentar do PS suporta, sobre um diploma que está em vigor.

Portanto, não me parece que haja aqui nenhuma incongruência ao aprovarmos uma regulamentação do estatuto sobre um diploma que está em vigor.

Deputado Costa Pereira (*PSD*): A Sra. Ministra é que disse.

A Oradora: O que nós sabemos é que há um regime legal em discussão, mas nós também não andamos aqui por ver andar os outros e, portanto, se nós temos matéria suficiente para o fazer, um ano lectivo para iniciar o que interessa que se inicie com clareza, com pacificidade entre toda a comunidade educativa, é isso que nós procuramos fazer com este estatuto.

Neste momento há um em vigor, há um mês atrás surgiu um que ainda vai ser negociado com os sindicatos e o que os senhores propõem é que nós mantenhamos o

nosso em “banho maria” à espera. Nós não concordamos com essa proposta, achamos, aliás, que há uma certa incongruência nela, porque se nós temos um regime em vigor que continua a vigorar, não sabemos se é até Janeiro. Diz o Sr. Deputado Costa Pereira que em Janeiro já vamos ter um novo. Não sei como é que ele tem essa informação e eu não a tenho. Portanto, não sabemos, pode ser antes ou pode ser depois, porque dependerá do decurso das negociações, a não ser que os senhores conheçam melhor a agenda dos sindicatos do que eu conheço.

Mas aquilo que interessa neste momento e perante esta casa é assumirmos se queremos ou não. Aliás, isso era uma matéria de querer. Nós temos um sistema educativo regional próprio, temos desde o concurso de professores, que é específico e temos em muitas outras matérias.

Portanto, eu penso que faz todo o sentido este diploma. Não há aqui nenhuma incongruência com o nacional, inclusivamente, como explicou o Sr. Secretário, este impede que o sistema, se vier a ser aprovado na forma em que está, mais penalizante em algumas medidas para os docentes, entre em vigor, porque há aqui matérias que impedem que isso aconteça.

Em nossa opinião este é, de facto, o momento oportuno para o fazer e se nós tivermos de fazer alterações, pois faremos descomplexadamente e não temos qualquer problema relativamente a isso.

Acabámos de aprovar uma primeira alteração a um diploma que esteve aqui há um ano e não nos parece que isso seja um problema.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo começar por dizer que estou algo surpreendido, quer com a intervenção do Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência, ...

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Sou um homem surpreendente!

O Orador: Não tenha dúvidas quanto a essa matéria. Apenas confirmei aquilo que já se intuía.

... quer com as intervenções da Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

A primeira observação que resulta daquilo que aqui foi dito é a seguinte:

Entendamo-nos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, quanto à natureza da criatura, ...

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Criatura!?

O Orador: ... isto é, o diploma.

É que o Sr. Secretário e o Governo Regional apresentaram a esta Assembleia um Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores. É assim que é designado, é assim que é epigrafado e é assim que o define o artigo 1º. Esta é a iniciativa do Governo.

O Partido Socialista apresenta-nos uma proposta de alteração sobre este Estatuto que já não lhe chama Estatuto, mas, sim, Regulamento da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores.

(Apartes inaudíveis das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Se me deixarem concluir já acompanharão o meu raciocínio.

O Partido Socialista apresenta uma iniciativa de substituição desta legislação, acompanhado do PSD. Não me deixaram concluir e, portanto, não podiam adivinhar. Estamos tratando de coisas diferentes e o Governo tem que dizer nesta câmara o que é que pretende exactamente com esta iniciativa, se pretende um Estatuto da Carreira Docente, em que medida em que o pretende e em que medida é que ele o é, porque não serve dizer, como disse o Sr. Secretário Regional da Educação, que precisamos de aprovar esta iniciativa legislativa para evitar que uma alteração ao Estatuto da Carreira Docente nacional venha mexer com os professores dos Açores. Foi isso, em síntese, que V. Exa. disse e que resultou das suas palavras.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Mas que síntese reconhecadora, Sr. Deputado. Disse tanta coisa e só isso é que ficou!

O Orador: Não. Disse outras coisas, mas esta é a parte da síntese que eu quero aqui evidenciar.

Sr. Secretário, aquilo que resulta da norma constitucional, do artigo 228º, na sequência da última revisão constitucional de 2004, é uma preferência de lei regional quando há norma regional e norma nacional que dispõem sobre a mesma matéria.

Sucedem, porém, que esta iniciativa legislativa é uma iniciativa que remete para um conjunto de normas do Estatuto da Carreira Docente Nacional, o que quer dizer, Sr. Secretário, que as alterações que aí virão do Estatuto da Carreira Docente, seja em Janeiro, como diz a Sra. Ministra, seja em Fevereiro, Março, Abril ou noutra altura qualquer, afectarão necessária, directa, legal e constitucionalmente este Estatuto, na parte e nas disposições para as quais este Estatuto remete para o nacional, e são muitas.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Sim, são muitas, mas ninguém esconde isso!

O Orador: Portanto, não é verdade que este estatuto, este regulamento ou esta iniciativa legislativa venha salvaguardar o que quer que seja nos professores dos Açores em comparação com os professores do Continente.

Este é um equívoco que o Governo Regional tem alimentado nesta discussão, ...

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Nunca alimentei e nunca alimentarei. Quero que fique bem claro.

O Orador: O Sr. Secretário quando tiver oportunidade de falar, explicará, com certeza, à câmara o seu ponto de vista. Se me ouvir agora com atenção compreenderá o meu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

... o que quer dizer que o Sr. Secretário Regional verdadeiramente pretende com este diploma é uma coisa só, é emendar a mão a respeito do Despacho Normativo nº 48/2005, porque o Sr. Secretário disse na sua intervenção que a parte substancial, creio que foi a expressão que usou, se a minha memória não me traiçoa, dizia respeito às matérias relativas aos horários dos docentes.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Se não disse devia ter dito. Tem toda a razão!

O Orador: Isto significa que o Sr. Secretário andou um ano para chegar aqui.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): E ainda bem!

O Orador: Ainda mal!

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Ainda mal?

Presidente: Sr. Secretário Regional, agradecia que não entrasse em diálogo com o Sr. Deputado.

Pode continuar Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu não me estava queixando, Sr. Presidente, estava suportando estoicamente as investidas oratórias do Sr. Secretário.

Em Agosto de 2005 o Governo emitiu o Despacho Normativo 48/2005 que provou confusão e tumulto nas escolas, dificuldades na sua aplicação e que foi revogado verbalmente pelo Sr. Presidente do Governo Regional que desautorizou o Sr. Secretário, houve interpretações extensivas do Despacho, houve instruções telefónicas da sua Direcção Regional da Educação para as escolas para interpretarem o Despacho desta ou daquela maneira, houve uma Proposta de Resolução do PSD, apresentada aqui nesta Câmara, houve uma Petição subscrita por 2.000 professores e, portanto, houve um ano de confusão na aplicação deste Despacho e o Sr. Secretário demorou um ano para apresentar nesta câmara uma iniciativa legislativa, cuja parte substancial é a parte relativa aos horários dos docentes...

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): E estou muito orgulhoso disso.

O Orador: ... e vestia dum estatuto da Carreira Docente, que não é, não pode ser e que não vai ser.

O que o Sr. Secretário verdadeiramente quer fazer, mas não dá jeito assumir publicamente, é disciplinar os horários dos docentes nas escolas.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): É isso?

O Orador: É isto que vem sendo feito, mas para emoldurar...

(Risos do Secretário Regional da Educação e Ciência)

O Sr. Secretário ri-se, eu percebo, mas os professores que vão sofrer as consequências das suas medidas não se riem. Essa é a diferença.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Essa intervenção é para rir. É uma pena que tenha feito uma intervenção tão má ao pé do seu colega. Se estivesse calado, o seu Grupo Parlamentar teria brilhado.

O Orador: Eu vou relevar esse seu último aparte, porque penso que é melhor. Não era bem isso que o Sr. Secretário queria dizer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que é verdade é que o Governo levou um ano para chegar aqui e para apresentar a parte substancial da sua iniciativa legislativa que é aquela que tem a ver com o horário dos docentes, revestindo-a, como dizia, ou tentava dizer antes dos apartes, de um Estatuto da Carreira Docente que afinal não é e não pode ser.

O Sr. Secretário não pode pública nem politicamente dizer que esta iniciativa legislativa se destina a proteger e a defender os docentes dos Açores em relação às modificações que aí vêm e que resultarão da alteração da carreira docente lá fora.

Não é verdade que desta iniciativa legislativa resulta isso, não pode resultar isso, porque tendo normas remissivas para o Estatuto da Carreira Docente Nacional, quando esse Estatuto for alterado automaticamente vigorarão na nossa ordem jurídica açoriana. É esta a questão.

O Sr. Secretário pode não gostar do que eu digo, pode não concordar com o que eu digo, agora tem que me deixar usar os meus argumentos. Eu sei que o senhor não gosta disso, porque está habituado a proceder doutra maneira nas escolas, com os srs. professores, com os conselhos executivos das escolas, mas tenha paciência, aqui há pluralidade democrática neste Parlamento, vai ter que me ouvir, por muito que não goste, e ouvir-me durante o tempo que o Regimento me permitir falar. Tenha paciência, Sr. Secretário!

Por agora é só.

Presidente: Tem a palavra, por três minutos, o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência. É a sua terceira intervenção.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tentarei brilhar e surpreender.

Eu começaria por responder às questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado Artur Lima, que neste momento não se encontra na sala, que trouxe para aqui questões que me parecem importantes e que devem ser esclarecidas e que, de alguma forma, têm relação com aquilo que disse o Sr. Deputado Pedro Gomes, embora de uma forma um bocado estranha.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Estranha?

O Orador: Sim, estranha.

Aquilo que eu disse, Sr. Deputado, e volto a reafirmar é que nas matérias em que este Estatuto dispõe, essas matérias ficam, de acordo com o enquadramento constitucional existente, em vigor nos Açores, independentemente do que venha a acontecer a nível nacional. Todos estes artigos que aqui estão, são ficarão em vigor quando entrar em vigor o decreto nacional.

Portanto, sobre este acervo de matérias e que algumas são muito importantes para a vida dos professores, estas estão fixas e estão resolvidas e, relativamente à proposta nacional, existem pelo menos oito diferenças extremamente vantajosas para o pessoal docente e que os respectivos sindicatos já as enumeraram num folheto que distribuíram pelas escolas e que eu me dispenso de estar aqui a repetir e, portanto, existem já matérias fixas que são importantes para o futuro dos professores nos Açores.

Sr. Deputado Pedro Gomes, fique muito claro que este não é um estatuto, esta é a regulamentação de um conjunto de matérias.

Fui eu próprio, quando estive na Comissão, conforme se lembrarão os Srs. Deputados dessa Comissão, que sugeri que se deveria alterar uma palavra ali e estabelecer “regulamento”. Também gostaria de lembrar ao Sr. Deputado que o nº 3 do artigo 1º é extraordinariamente claro sobre a matéria em causa. O nº 3 diz que em todas as matérias que não estão aqui regulamentadas se aplica o estatuto. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que, *a contrario*, em todas as matérias que estão regulamentadas se aplica este decreto.

Eu não pretendo colocar isto como a salvação dos professores, não é isso que eu quero fazer e não o vou fazer. O que eu coloco é que há aqui um conjunto de matérias

que são importantes estabilizar no sistema educativo da Região Autónoma dos Açores e que deve ser feito.

O nosso objectivo aqui não é salvar uma classe, é, sim, resolver bem o problema que as nossas escolas enfrentam nessas matérias, é criar um sistema educativo que funcione com qualidade, com equidade e com a eficácia que deve ter. Foi isso que nos norteou e não salvar esta ou aquela classe, disto ou daquilo.

Portanto, estão aqui um conjunto de normas que, no entendimento do Governo e no entendimento do Partido Socialista, correspondem, nestas matérias em concreto, a necessidades das escolas. É isso que está aqui e são matérias que vão subsistir, independentemente daquilo que venha a ser legislado a nível nacional. O que está aqui ficará em vigor.

Sobre as matérias que não estão aqui, e que são muitas, haverá legislação regional quando se chegar a um entendimento sobre elas, mas nós não vamos ficar eternamente à espera desse entendimento.

Portanto, as matérias que estão conseguidas e consolidadas estão aqui. Aquelas que se forem conseguindo e consolidando, serão submetidas a esta câmara em devido tempo e logo que tal seja possível. Este é um processo que terá o seu curso.

Quanto à pergunta concreta que o Sr. Deputado Artur Lima me colocou sobre a questão da formação do pessoal docente, as matérias que dizem respeito ao âmbito de formação de pessoal estão aqui contidas, as matérias que dizem respeito à acreditação das acções de formação estão contidas numa Proposta de Decreto Legislativo Regional que substituirá o Decreto-Lei que versa sobre essa matéria, que não é matéria estatutária, que tem a ver com a acreditação e com os centros de formação e, portanto, é uma matéria que nem a nível nacional está no mesmo diploma. Há neste momento uma proposta de diploma que já está em discussão com os sindicatos e que, a muito breve trecho, eu tenciono trazer a esta câmara e nessa altura essa matéria ficará também devidamente esclarecida.

Também que lhe quero dizer que, mesmo no actual enquadramento, se o professor fizer a sua acção de formação, não interessa quando, e se essa acção de formação foi feita por uma entidade que seja reconhecida a nível nacional, essa acção de formação vale.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas quem é que diz isso?

O Orador: Neste momento é um Instituto sediado em Braga.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para responder aqui a algumas questões que foram colocadas.

Temos algumas divergências e elas são salutares, não é isso que está em causa, mas podemos trocar mais alguns argumentos, embora saiba que nem o senhor me vai convencer nem eu vou convencê-lo a si.

Quanto à questão da oportunidade da apresentação, isso é uma questão jurídica que fica para os juristas discutirem, mas não foi esse aspecto que eu quis acentuar.

O que eu quis referir foi que não faz muito sentido nós alterarmos e começarmos a desenhar uma adaptação regional do documento nacional, sabendo que o nacional está a ser alterado na sua essência, naquilo que é fundamental e, portanto, nós estamos a fazer alterações parcelares sem conhecer qual vai ser o quadro de referência na sua totalidade. É nessa perspectiva que nós achamos que tínhamos muito a ganhar em aguardar para ver e não tem nada a ver com atitudes proactivas, nem esperar por lá fora, tem a ver com uma questão de metodologia e de desenvolvimento de um trabalho frutuoso.

Em relação à questão que o Sr. Secretário referiu de preservar as questões consensuais, é evidente que 90% daquilo que aqui está, é aquilo que já está em prática nas escolas, que resulta da sua produção legislativa parcelar e que agora é aqui agrupada. E isso é evidentemente consensual. E tanto assim é que a maior parte dos artigos serão por nós aprovados e até demos, ao nível da Comissão, um contributo que considero positivo, de procurar a consensualização e o entendimento possível. Agora, o que o Sr. Secretário habilidosamente fez, foi meter no meio disto uma

questão que foi altamente discutida no ano lectivo anterior que é a questão dos tempos lectivos e do tempo lectivo de estabelecimento e, no meio da consensualidade referida, querer fazer passar despercebida uma solução que não cumpre as expectativas criadas nem os compromissos assumidos pelo Governo junto dos docentes. A questão é que depois das reuniões havidas, das expectativas que foram criadas justamente junto dos docentes, sendo as mais importantes as expectativas criadas pelo Sr. Presidente do Governo que disse que não fazia sentido manter-se os professores nas escolas sem terem nada para fazer...

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): E não faz sentido.

O Orador: ... E depois de tudo isso, um ano volvido, voltamos ao ponto de início: o Sr. Secretário apresenta uma solução que é basicamente igual àquela que havia. Até atrevo-me a dizer: é pior para os professores que têm mais anos de carreira do que aquela que estava em vigor este ano lectivo nas escolas. É disso que nós discordamos essencialmente neste conjunto do articulado.

Tentaram-se soluções de consenso, mas não foi possível, porque o senhor é intransigente, já tinha dito que o era, e fica como o Senhor quer.

Esta é a nossa posição, é a nossa opinião, é a visão que nós temos mas esta é também a verdade dos factos.

Quanto à questão da atitude proactiva que é preciso ter relativamente ao estatuto da carreira docente, é verdade que é preciso ter uma posição proactiva em tudo e não só nas questões da educação. Mas, senhor Secretário, porque precisamos duma posição proactiva era importante que o senhor fosse dizendo já a todos o que é que pensa da participação dos pais na avaliação dos professores, o que é que pensa do diploma que está à discussão a nível nacional, o que é que pensa da estrutura da carreira proposta pelo Ministério da Educação. Isto é: numas coisas o senhor defende que se deve ser proactivo, noutras e particularmente nestas que acabei de enumerar o Sr. Secretário está cautelosamente a remeter-se a um silêncio...

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): O segredo é a alma do negócio.

O Orador: ... comprometido e comprometedor, deixando a Ministra da Educação, sofrer os impactos e o desgaste.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): É precisamente o contrário. Se há alguém que tem aberto caminho sou eu.

O Orador: Finalmente sobre a questão dum conjunto de contradições que o senhor inventou no meu discurso, não há absolutamente nenhuma contradição. O PSD tem uma posição clara sobre o papel dos docentes nas escolas.

Nós defendemos que os professores devem estar mais tempo nas escolas do que aquele que estavam com a vigência do sistema anterior em que se acumulavam imoralmente reduções. Não há dúvida que os professores devem estar mais tempo na escola, ...

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Isso é música para os meus ouvidos, Sr. Deputado!

O Orador: ... mas devem estar no respeito escrupuloso pelo seu horário lectivo e pelo seu horário não lectivo de estabelecimento. Mas não é isso, infelizmente, o que o senhor quer. O que o senhor quer, e disse-o na Comissão, é que “os professores têm que aprender a gerir por si todo o tempo que estão na escola, mesmo que no seu horário não tenham nada atribuído”.

Sr. Secretário, se o docente tem um horário atribuído e nesse horário está a sua componente lectiva de estabelecimento e estão cumpridas as suas horas, o senhor quer que o professor fique mais tempo na escola a fazer o quê?

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Eu não quero que ele fique nem mais um segundo na escola!

O Orador: O senhor quer e é fundamentalmente sobre isso que nós temos essa profunda divergência.

O Sr. Secretário quer que um professor dê uma aula e no fim dessa aula o senhor quer estar, de cronómetro em punho a dizer assim: meu amigo esperas mais 15 minutos, porque a tua aula foi de 45 minutos e entre a hora lectiva e a hora de relógio distam esses preciosos 15 minutos que tens de estar ao serviço

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Quem foi que lhe disse isso?

O Orador: Foi isso que aconteceu nas escolas durante este ano lectivo e que gerou o descontentamento que gerou. É esta situação que se vai manter e é contra ela que nós

estamos, porque nós entendemos que os professores não podem ser reduzidos a meros funcionários públicos, porque não o são. Os docentes são um corpo especial. Sem eles se reverem nas reformas, sem acreditarem nelas, sem se motivarem e sem se empenharem nelas, o Sr. Secretário pode acreditar que não há reforma e não há alterações na educação que resistam e que vão em frente.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Srs. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com tanto surpreender, V. Exa. arrisca-se a ser, afinal, a grande novidade deste Governo. Teria sido mais fácil ao Sr. Secretário há pouco ter-me dito...

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): O senhor não ouviu falar da nova geração de política? Fez-me a pergunta de manhã.

O Orador: Exactamente, é V. Exa. o rosto mais visível dessa nova geração.

O tema que aqui estamos a tratar é, de facto, uma matéria que tem muito a ver com a nossa própria autonomia.

Se é regulamentação, se é o próprio estatuto, pena tenho que não seja tão só o próprio estatuto. Julgo que deve ser essa a evolução e, portanto, acho que tem mérito a condensação que aqui está feita, tem mérito o abrir o espaço a um estatuto próprio - querem tratá-lo como regulamentação, julgo que é mais empobrecedor - e julgo que a evolução deve ser, de facto, o estatuto.

Neste diploma existem diversas normas que têm a ver com o famoso despacho, mas que também, ao que percebemos aqui, era por sua natureza provisória e o Sr. Secretário já tinha dito aqui nesta câmara que ao fim do ano faria a reavaliação disso.

Sou daqueles que entendo que o fazer-se agora o reajustamento numa certa discriminação que havia, por força das regras postas entre os professores com mais anos de serviço e os com menos, julgo que faz sentido. Obviamente que isso prejudicará mais uns, menos outros, mas era esse o reajustamento que ao longo do ano se foi percebendo nas escolas.

Conforme já disse podia haver mais concretização e algumas matérias, mas mesmo assim elas remetem sempre para decretos legislativos regionais ou regulamentações regionais.

É um estatuto que se torna mais favorável à Região, aos professores e às escolas, com regras que estão até mais próximas da nossa realidade e, sendo uma medida que gostaria de apelar de corajosa, não deixa de trazer alguma responsabilização ao Governo Regional, uma vez que era mais fácil remeter para aquilo que é legislado no país, do que ficar com essa obrigação, nomeadamente a tão falada questão da avaliação se deve ter ou não a intervenção dos pais, que o artigo 28º, no seu nº 4 diz que isso será definido em decreto legislativo regional.

Julgo que isto é importante e que significa a responsabilização do Governo Regional por essa matéria, mas seria certamente mais confortável deixar que fosse o país a decidir em vez de ser a autonomia a ter a sua própria legislação sobre a matéria. Quanto a isso, julgo que o inverso de aceitar essa evolução é contrariar a razão de ser da autonomia, mesmo que esteja para sair um diploma a nível nacional, porque legislar, mesmo remetendo para o actual, é a forma de garantir aquilo que no diploma nacional está bem e é a forma de vincar esta função legislativa que temos, porque é tempo de acabar com esta mentalidade de que queremos mais poderes, mas, no fundo, vamos sempre a reboque de Lisboa com regulamentações daqueles que são os diplomas nacionais.

Portanto, se somos uma realidade própria, se entendemos que devemos legislar sobre estas matérias, faz todo o sentido que não fiquemos a aguardar e que haja na Região legislação própria sobre a matéria que aqui está.

Obviamente que tenho alguma curiosidade em saber qual vai ser a concretização de algumas matérias e, conforme disse, tenho pena que aqui ainda não estejam, (percebo que o Governo ainda esteja a negociá-las com os sindicatos) nomeadamente da avaliação, entre outras, e estou curioso para saber as soluções que serão aqui apresentadas, uma vez que tenho opiniões definidas sobre elas, mas no que aqui é legislado, dentro deste diploma e na sua oportunidade, quero manifestar o meu voto favorável, porque penso que é importante e é um passo em frente na nossa própria autonomia.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para dizer também que, relativamente à discussão que se está a fazer, penso que é interessante e se, calhar vai se surpreender novamente, Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Estou a ouvi-la com toda a atenção.

A Oradora: Parece-me que há aqui, obviamente, uma questão de princípio, e que tem a ver também com as opções partidárias que se tomam ou não, que é a questão de se entender da pertinência no momento e no contexto actual de se ter também na Região uma regulamentação desse estatuto, porque o que há, do ponto de vista da referência nacional, é um estatuto que está em vigor.

Mas, eu gostava de lembrar, porque também é bom que nós nos lembremos - embora isso tenha sido falado, passou mais de mansinho - que esta proposta que nós aqui temos é não só, mas também uma adaptação ao estatuto, ou seja, não é apenas isso, tem muito mais do que isso e é nestas matérias, que os senhores tentaram disfarçadamente fingir que não contam nada, que isso afinal é só para resolver um problema que o Governo Regional tinha, que nós encontramos matérias estruturantes para as nossas escolas e que fazem falta à vida dos nossos professores.

Nas audições que tivemos na Comissão, nos pareceres que recebemos, isto não se limitou, como aqui se está a procurar fazer, à questão da duração semanal do tempo de permanência dos docentes na escola e, portanto, não tentemos reduzir isto ao que não é, porque é muito mais do que isto.

Em relação às questões levantadas pelo Deputado Costa Pereira, eu comungo de muitas das questões que levantou, aliás, já tivemos oportunidade de, noutra contexto, trocar impressões sobre isso, mas parece-me que a questão da utilidade do tempo do docente passado na escola é fulcral.

Nós estamos aqui a debater uma questão que é, no mínimo, ridícula, que é se os professores devem ou não estar na escola. Obviamente que devem.

Agora, levanta-se outra questão com pertinência que é se este tempo que estão na escola deve mesmo assim continuar, embora não tendo nenhuma componente atribuída, quer seja ou não lectiva. Na nossa opinião não deve, ou seja, o tempo que

os docentes passam na escola deve ser proveitoso em função dos alunos que serve. Se não for não serve para nada e, portanto, não deve existir.

É esta a posição do Partido Socialista e penso que é também neste sentido que o diploma está construído, mas teremos oportunidade de ver na especialidade.

O nosso entendimento sobre esta matéria é que com esta redacção, que em nada se assemelha àquilo que dispunha o despacho, permite exactamente isso e termina com algumas dúvidas e más interpretações que o despacho levantou.

É esta a posição do Partido Socialista e é neste sentido que, embora propondo alterações ao artigo 54º, vamos, como é óbvio, votar favoravelmente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, este diploma realmente não parece seu, porque V. Exa., e temos que lhe fazer justiça, tem sido bastante inovador em algumas matérias e corajoso noutras e digo-o com franqueza.

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Muito obrigado pelo elogio.

O Orador: Posso dar-lhe exemplos, nomeadamente na estabilização do corpo docente teve a coragem de implementar regras e fomos inovadores. Agora está-se a copiar na República a questão dos três anos. V. Exa. teve o mérito de, com coragem, estabilizar o corpo docente.

Teve também o mérito de implementar cá o sistema de colocação de professores, foi em frente e venceu. Foi uma medida inovadora que está agora a ser copiada e implementada pelo Continente e muito bem.

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Este documento também está a ser copiado na República.

O Orador: Portanto, se queremos ser realmente autonomistas e se é essa a perspectiva, o Sr. Secretário podia ter sido um pouquinho mais ambicioso neste diploma e tinha ido um bocadinho mais longe. Se assim fosse, este diploma teria tudo a ver com Álamo Meneses, pela sua prática e com o seu pioneirismo nessa matéria. Este é um bocadinho atarracadito. Quem sabe, se calhar, até a República iria nesse

sentido. Já foi duas vezes e, como dizem, “Frade não leva três em capelo” mas até podia levar.

Portanto, isto resume-se aqui, como disse a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, quase só àquele reajuste de horários que tinha que se fazer com os professores mais velhos e com os mais novos. O senhor corrige muito bem o seu despacho e era pertinente e importante que se fizesse isso. Fez-se e está bem.

Quanto ao tempo dos docentes nas escolas, eu acho que os docentes devem estar nas escolas se têm que fazer, não vamos agora pôr-lhe uma correntinha ao pé para ele ficar lá preso, toca campainha, abre-se as correntes e eles vão-se embora.

Portanto, se o professor tem que fazer e, Sr. Secretário, se a escola tem condições para o professor desenvolver a sua actividade não lectiva na escola, porque há muitas que não têm, para a preparação de testes, de aulas, etc., obviamente que trabalhem na escola, ou seja, para se exigir que ele fique na escola também há que lhe dar condições de trabalho, porque senão o professor vai para casa gastar os seus tinteiros, as suas folhinhas de papel, ter o seu prejuízo e tempo para a família em casa, a trabalhar para a escola e com prejuízo não só material, mas também com prejuízo familiar.

Concordo que se não há nada para fazer, não há que o amarrar à escola, agora há que lhe dar é condições. Se é para entrar às 9 e sair às 17 horas, perfeito. Ele dá as suas aulas e se a seguir tem ainda tempo, tem condições, aproveita o choque tecnológico do Engenheiro Sócrates, tem computadores, tem informática para fazer o seu trabalho, preparar os seus testes, etc, etc, fica na escola e às 17 horas vai para casa. Nessa matéria julgo que estamos mais ou menos todos de acordo, mas é preciso dar condições de trabalho aos docentes.

Já agora pergunto ao Sr. Secretário se na escola nova de S. Carlos estão previstas algumas salas...

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Está sim senhor.

O Orador: ... por departamento ou é tudo ao molhe e fé em Deus, como acontece nas outras escolas, como a recente Escola Vitorino Nemésio que ainda não está acabada, a Francisco Ornelas da Câmara, etc, se existe alguns gabinetes para eles poderem trabalhar?

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Os gabinetes estão agora a ser construídos.

Presidente: Sr. Deputado, não vamos falar agora das construções escolares.

O Orador: Não vou falar disso. Estava a falar de condições de trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) **Deputada Piedade Lalanda** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria também dar uma abordagem neste debate, porque acho que, como estive também na Comissão de Assuntos Sociais na altura do Despacho 48/2005, se bem me recordo, faz parte do texto desse Despacho a promessa de que aquela matéria, aliás, controversa, seria depois vertida num diploma legislativo regional.

Portanto, neste caso, ao contrário daquilo que diz o Deputado Pedro Gomes, não se trata de emendar a mão, mas de cumprir a palavra...

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Não, que ideia!

A Oradora: ... e cumprir a palavra escrita, acho que é extremamente importante.

Para além disso, o facto de dizer que levou um ano é bem prova de que estes assuntos não são fáceis de serem negociados, não são fáceis de levarem um articulado consensual; se levou um ano e que conseguiu algum produto final, ainda bem que, em nome do Governo Regional, assim o conseguiu, e da Comissão dos Assuntos sociais que também tem um voto neste assunto, porque também ouve os sindicatos, ouve os parceiros, nomeadamente os órgãos executivos das escolas.

O Sr. Deputado Artur Lima aflorou um aspecto que julgo que é importante e que foi o seguinte: se nós já demos lições em matéria de educação em outros diplomas, por que não usar esta metodologia inversa de não estar sempre à espera de que tudo esteja feito a nível nacional para a nível regional simplesmente fazer adaptações.

Se o diploma tiver que se sujeitar a algumas alterações posteriormente, provavelmente já provocou um impacto a nível nacional, porque as negociações, imagine, que o sindicato faz a nível regional, terão conteúdos muito semelhantes àquelas que os sindicatos nacionais irão fazer com a Ministra da Educação.

Portanto, podemos estar a dar contributos para um processo que poderá assim ser mais curto com os contributos que a Região terá conseguido na discussão deste diploma.

Há também aqui um aspecto que julgo ser importante que é o seguinte: os sindicatos na Região esperam da Comissão de Assuntos Sociais uma resposta e esperam desta Assembleia um trabalho real que responda aos seus anseios, às suas reivindicações em matéria de legislação e não podemos defraudar também os nossos parceiros e, no fundo, os nossos eleitores de um modo geral - eu não estou só a falar para os deputados do PS, mas também para os deputados do PSD - demitindo-nos da função de, na Comissão de Assuntos Sociais, tratar estes diplomas, porque estamos à espera que a nível nacional seja resolvida a questão do Estatuto da Carreira Docente.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Eu estou comovido, Sra. Deputada!

A Oradora: Ainda bem, as emoções fazem bem à saúde.

O Deputado Costa Pereira falou de um assunto e levantou uma frase do Sr. Presidente, que eu não sei qual é a dúvida, quando o Presidente diz: “Não faz sentido manter os professores sem nada para fazer”, eu pergunto-lhe: onde é que está o problema? É manter os professores na escola ou é não ter nada para fazer?

Deputado Costa Pereira (PSD): É as duas coisas.

A Oradora: Manter os professores sem terem nada para fazer é um problema, manter os professores com trabalho para fazerem já não é problema?

Deputado Costa Pereira (PSD): Fora do seu horário de trabalho.

A Oradora: Ninguém está falando fora do seu horário de trabalho, porque nós sabemos que o horário são 35 horas e que existe um limite máximo de 24 horas de permanência na escola.

Há aqui uma contradição do Sr. Deputado Costa Pereira quando diz que não se deve manter os professores, mas depois fala da importância do crédito global para as escolas. Se não há nada para fazer, as escolas não precisam de crédito global.

Deputado Costa Pereira (PSD): Não sabe do que é que está falando.

A Oradora: Posso não saber do que é que estou a falar, mas a mim faz-me um bocado de confusão esta ideia de que os professores da escolaridade obrigatória e do

secundário têm que ter uma quadrícula programada para saberem o que é que têm que fazer durante as horas do seu trabalho.

Em qualquer outra área de ensino há uma quadrícula com horas marcadas de aulas, mas há sempre trabalho para se executar no estabelecimento de ensino, na biblioteca, nos centros de recursos, onde quer que seja.

Dar aos professores a liberdade e o poder de gerir o seu tempo na escola, acho que isto é o máximo da exigência e da libertação de um professor na execução da sua actividade.

Isto só pode incomodar é os docentes que fazem da vida de professor o dar aulas. Os docentes, e há muitos, felizmente, nas escolas secundárias, nas escolas do 2º Ciclo, que não fazem da actividade de professor dar aulas, mas fazem muito mais do que isso, é evidente que não lhes incomoda mais 15 ou 20 minutos, porque eles fazem isso, quase que diria, naturalmente.

Agora, o professor mercenário que olha para o relógio e vê que já está na sua hora de saída, é evidente que fica muito incomodado se tiver que estar mais duas ou três horas na escola.

Gostar de ensinar, gostar de saber mais, gostar de aprender e de pesquisar é algo que tem que ser inerente à vida de professor e isso não tem limite de horas, de tal maneira não tem limite de horas, que essas pessoas muitas vezes, mesmo prejudicando as suas famílias, retiram tempo em casa para esse tipo de actividade, agora há um limite de trabalho em benefício da comunidade escolar que eu acho que esse, com ou sem aulas, deverá ser entendido como actividade docente.

Portanto, faz-me um bocado de confusão a preocupação de que esteja na quadrícula a programação da vida de um professor. A programação não tem que estar na quadrícula, o professor tem que ter liberdade para gerir esse tempo em benefício da sua actividade como docente e pegar num livro e ler é tão proveitoso como ter um computador numa sala, preparada em termos informáticos, para preparar um teste.

Há, portanto, “n” coisas e estar a fazer uma actividade com os alunos ou até receber um aluno no fim de uma aula é tão proveitoso como receber os pais numa hora marcada e até muitas vezes, e nós todos que temos filhos nas escolas sabemos isso, os professores marcam horas inacreditáveis para atender os pais, num furo que metem

no seu horário lectivo das 10,15 às 10,55 horas e não há pai nenhum que esteja a trabalhar que possa muitas vezes sair do seu emprego para ir falar com o director de turma naquela faixazinha que eles reservaram a meio da manhã. Se ele ficasse lá um dia das 17,00 às 18,00 horas para receber os outros pais, que não são professores, que não têm tempo noutra horário para poderem ir lá falar com os seus directores de turma, se calhar fazia-lhe bem.

Em matéria de ser professor há aqui muito para fazer e eu penso que, se um professor quiser, pode realmente desenvolver uma forma de estar na escola muito diferente e isso não deve ser entendido como ofensivo nem contra os direitos da carreira docente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(* **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Pedro Gomes disse ter ficado surpreso com a intervenção do Sr. Secretário e da minha colega Deputada Cláudia. Eu, ao contrário, não fiquei surpreendida com a sua.

O senhor continua a fazer confusão ou a querer confundir. O senhor diz que sabe o que é que o Sr. Secretário pensa, o que é que o Sr. Secretário quer, mas, pelos vistos, nem sabe o que é que está no diploma, porque diz que a proposta de diploma se limita a uma questão de horários.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Faça-me a justiça de saber interpretar.

A Oradora: Eu já vou explicar porque é que disse o que acabei de dizer.

O Sr. Deputado disse que a Proposta de Decreto Legislativo Regional, que nós estamos a analisar, se limita a uma proposta de horários e de duração de trabalho semanal dos docentes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Eu não disse isso.

A Oradora: Não me vai fazer pedir a gravação da sua intervenção há bocadinho?

Deputado Pedro Gomes (PSD): Quem vai pedir sou eu!

A Oradora: Então depois verá se disse ou não isso na intervenção que fez há pouco. De qualquer das formas e como estou convencida que foi isso que o senhor disse, gostaria de lhe explicar que a Proposta de Decreto Legislativo Regional contém 14 artigos sobre formação, 7 artigos sobre concurso, recrutamento e selecção de pessoal

docente, 4 sobre quadros, 5 sobre carreira docente, 6 sobre incentivos à estabilidade, 15 sobre mobilidade, 22 sobre condições de trabalho e 1 sobre duração semanal de trabalho.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*):

Eu julgo que será a minha última intervenção, Sr. Presidente, a não ser que surja alguma coisa excepcional

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria essencialmente responder a duas questões que me parecem importantes.

Primeira questão: este diploma corresponde ao cumprimento de um compromisso que foi por mim aqui assumido e que foi assumido pelo Sr. Presidente do Governo, em nome do Governo Regional, de que seria presente a esta câmara uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que regularia a matéria contida no Despacho nº 48.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Isso é verdade e eu reconheço.

O Orador: Isso foi feito, está cá e está a ser cumprido, só que, conforme muito bem disse a Sra. Deputada Nélia Amaral, além dessas matérias há outras, mas só a matéria dos horários, por si só, teria justificado um diploma. Este diploma vai muito para além disso e estas outras matérias não foram colocadas para enfeitar o diploma, foram colocadas porque são matérias que já estão adquiridas, são matérias importantes e são matérias que nós queremos neste momento desviar da discussão que está a acontecer a nível nacional. Foi isso que se fez e foi esse o objectivo.

Portanto, Sr. Deputado, eu não me envergonho, nem quero esconder, nem quero de maneira nenhuma dizer que este diploma nasceu na sequência do Despacho 48 e corresponde ao cumprimento dum compromisso assumido pelo Sr. Presidente do Governo e pelo Governo Regional, conforme na altura se disse. Isso é um facto e é um facto assumido.

A segunda questão, em relação a esta matéria, tem a ver com aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Costa Pereira.

Sr. Deputado Costa Pereira, eu na segunda ida à Comissão dos Assunto Sociais disse exactamente as palavras que o Sr. Deputado citou e quero voltar aqui a reafirmá-lo: há um processo de aprendizagem que é preciso que todos aqueles que estão na

comunidade educativa façam e que corresponde à passagem do paradigma do professor que vai dar aulas e que não tem nenhuma obrigação a não ser as aulas, para o professor que tem que estar numa escola ao serviço dos alunos e tem que estar ao serviço dos alunos e da escola também fora das aulas.

Foi isto que eu disse e é isto que continuo a dizer e faço inteiramente minhas as palavras que a Sra. Deputada Piedade Lalande aqui disse. Foram palavras sábias e palavras de quem tem a experiência de anos de ensino, tal como eu. Eu também tenho um horário para cumprir em termos de aulas e nunca andei a olhar para o relógio nem para o horário para saber se estava no minuto de sair ou não. Sempre que foi preciso a minha presença na hora a seguir, nas duas horas depois, de manhã, à tarde, eu estive sempre presente. Quando voltar ao sítio onde trabalho, é assim que eu tenciono continuar até ao resto da minha vida, disponível para fazer aqui que tiver para fazer ao serviço da minha instituição e ao serviço dos meus alunos. É isso que nós queremos que os professores sejam, pessoas disponíveis ao serviço dos alunos e não pessoas que entram na escola ao toque da campainha e saem a correr ao segundo toque. Isso é que não pode acontecer.

Relativamente à questão essencial de marcar todos os tempos e da segmentarização dos tempos, que o Sr. Deputado aqui levantou, é uma questão fundamental que é preciso que acabe.

Enquanto nós não percebermos que trabalhar numa escola e que ser professor exige criatividade, capacidade de dirigir o seu próprio trabalho e não apenas o seguir cegamente um papel que diz que nos próximos 5 minutos vais à biblioteca e nos 5 minutos a seguir vais ali ou acolá, enquanto não percebermos isso, não vamos ter qualidade nas escolas.

O que nós precisamos é saber que os professores estão na escola de uma determinada hora até outra determinada hora e dentro desse tempo tem as suas aulas para dar e tem que fazer tudo aquilo que o seu profissionalismo lhes ditar e é o professor que tem que determinar se neste dia faz isto ou faz aquilo, se hoje prepara o teste, se hoje o corrige, se tira fotocópias ou vai à biblioteca. O professor faz aquilo que tem que fazer e tem que se sentir livre dentro da escola para executar as tarefas que tem que executar.

O Sr. Deputado está muito influenciado por aquilo que lhe disse o SPRA, provavelmente julga que tem muitos votos desse lado.

Deputado Costa Pereira (PSD): Não tenho nenhum.

O Orador: O Sr. Deputado tem que se libertar disso e tem que pensar que é preciso acabar com a ideia que o professor tem 26, 27 ou 29 segmentos. O professor tem determinadas horas para trabalhar e dentro dessas horas tem aulas para dar e tem outros trabalhos para fazer dentro da escola e fora dessas horas ainda tem 11 horas para trabalhar em casa a favor da escola, para corrigir testes, que estão a ser pagas pelo erário público. É isso que o professor tem e é isso que ele deve fazer.

Aquilo que nós estamos a querer dizer é que o tempo do professor dentro da escola deve ser, tanto quanto possível, gerido pelo próprio professor e não gerido por mais ninguém que lhe deve estar a marcar no horário segmentos para isto ou para aquilo. Tem que ter lá as horas marcadas, porque os alunos e os professores têm que se encontrar num determinado espaço e num determinado tempo, mas depois disso tem que haver outros tempos, que são livres, para que o professor faça o que tem que fazer dentro da escola. É isso que se quer fazer com este diploma.

Há uma questão que eu estava a reservar para a especialidade, mas que o Sr. Deputado já está a trazer para aqui que é a questão de como é que se marcam as horas e o que é que são as horas.

As horas têm 60 minutos e nós não pretendemos que nenhum professor trabalhe mais do que as 25 horas, mais 1 ou 2, ou seja, nós não pretendemos que nenhum professor trabalhe na escola mais do que 26, 24 ou 22 horas de relógio, de entrada e saída, consoante a sua especialidade. É isso que se pretende fazer e dentro dessas horas tem que dar as aulas, tem que atender alunos, tem que atender pais, tem que participar nos órgãos de gestão da escola, tem que fazer aquilo que estava no tal antigo crédito global, que o senhor queria ressuscitar, que morreu e acho que muito bem. Tem que fazer tudo isso, porque esse tempo corresponde ao crédito global.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta questão, naturalmente, levava-nos agora aqui a endereçar o debate noutra direcção, mas já não temos tempo para isso.

O que eu quero aqui clarificar, porque essa é uma questão fundamental, é a visão que temos sobre a profissão docente.

Aquilo que foi aqui dito sobre o professor mercenário, do professor que anda a olhar para o relógio para ver se está na hora de se ir embora, é um excesso e nós todos sabemos que a grande maioria dos nossos colegas que são professores nunca funcionaram assim.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Isso é verdade.

O Orador: A situação de descontentamento e de desmotivação que se verifica hoje nas escolas acontece porque nunca ninguém olhou nem valorizou o trabalho que os docentes têm em casa, nunca ninguém olhou nem valorizou as horas e horas que os professores dedicam aos seus alunos e à sua escola em casa, quando todos os outros funcionários públicos deixam os seus afazeres no serviço.

Agora, de repente, é que se inventou esta grande preocupação, esta grande afronta, esta “descoberta” de que afinal os professores são uns grandes “malandros”, os professores são uns privilegiados pois dão uma aula e ela dura 45 minutos, e, surpresa máxima, a hora da aula não é a hora de relógio, porque a de relógio tem 60 minutos. Então esses malandros dos professores têm passado a vida a descansar. E, por via deste enviesamento, passou a valer tudo, nomeadamente julgar que dar uma aula de 45 minutos, tendo pela frente uma turma de 25 ou 30 alunos, é comparável ao serviço de um funcionário público que está sentado numa secretária durante uma hora. Vai daí a rápida conclusão: o professor é um “malandro” e, porque é um “malandro”, e porque é preciso que ele trabalhe exemplarmente como um funcionário público, agora há que contabilizar o que resta dos 45 minutos da sua aula para os 60 da hora do relógio. Parece ser essa, infelizmente, a condição e a via que os senhores descobriram para voltarem a considerar um professor como um trabalhador com dignidade. É isto que nós não aceitamos. É esta visão redutora e empobrecedora da dignidade e da especificidade da profissão docente que rejeitamos, porque ela inevitavelmente conduzirá ao empobrecimento da classe docente.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Ao enriquecimento!

O Orador: Sr. Secretário, a partir de agora os nossos colegas professores têm toda a legitimidade de dizer assim: trabalhar em casa! Corrigir testes em casa!...

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): 11 horas em casa.

O Orador: ... Mas, querem que eu seja funcionário público, então assim será: cumpro as minhas horas na escola ao segundo e em casa contabilizo as que me resta para cumprir o meu horário de trabalho...

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Faz todo o sentido.

O Orador: ... e então o Sr. Secretário vai ver turmas com os testes por entregar durante muito mais tempo, aulas que não estão preparadas como deve ser, materiais em falta, etc.

A grande consequência desta medida é que o senhor vai conseguir uma proeza que nenhum conseguiu antes de si: que os professores tomem consciência efectiva do que dão do tempo da sua vida, da sua família e da sua vida pessoal à escola e aos seus alunos e agora são penalizados por isso.

Nós temos um entendimento completamente diferente, nós entendemos que aos professores deve ser exigido mais tempo na escola de acordo com o horário que lhes está atribuído. O que o Sr. Secretário quer, como princípio, é ter os professores na escola o tempo todo que quiser e é por isso que o senhor fez as alterações que fez e disse o que disse na Comissão.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Quem é que disse isso?

O Orador: Em conclusão, nós não aceitamos o princípio de que o professor é um funcionário público igual a outro funcionário público qualquer, porque isso empobrece a dignidade dos professores.

Reafirmo o nosso entendimento de que a classe docente é um corpo especial que deve estar motivado, que deve ser acarinhado na sua profissão e estimulado na nobre e específica missão que desempenha. Vir-se para aqui dizer que os professores só estão preocupados com a sua quadrícula do horário, é uma falácia e é uma injustiça para com todos aqueles que dão todos os dias o seu melhor nas nossas escolas. O problema é que o Sr. Secretário não descansará enquanto não tiver os professores

todo o dia na escola para, depois, poder dizer que não precisa de horas de apoio, porque os professores estão todo o dia na escola.

É esta a interpretação, é este o perigo, porque, Sra. Deputada Cláudia Cardoso, nós estamos de acordo, sempre estivemos de acordo, desde o primeiro dia na Comissão e, porque somos professores, nós interpretamos correctamente aquilo que estava na versão do diploma. Agora o problema é que aquilo que nós interpretamos não é aquilo que o Sr. Secretário quer, nem é aquilo que o Sr. Secretário interpreta e por isso é que disse o que disse e aquilo que ele disse não é aquilo que nós interpretamos.

Presidente: Agradecia que concluísse.

O Orador: Já concluí. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(* **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não querendo entrar já na especialidade, mas o debate já para aí se encaminha, gostaria também de prestar alguns esclarecimentos naquilo que penso que é oportuno que se esclareça.

É evidente que, tal como em todas as profissões, há professores que cumprem escrupulosamente e há professores que não cumprem. Isto nem sequer deve ser matéria de discussão.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *La palice.*

A Oradora: É evidente que nós tivemos durante muito anos nas escolas um paradigma de aproveitamento das reduções que os nossos professores suportavam que, se calhar, não foi o melhor na perspectiva dos verdadeiros clientes do nosso sistema de ensino que são os alunos.

Portanto, aquilo que se está a fazer, e penso nessa matéria estamos todos de acordo, é tentar aproveitar o tempo de redução, que ainda por cima é maior quanto mais velho é o professor e mais experiência tem da escola e da leccionação, em proveito dos nossos alunos e até aí estamos entendidos.

O que é preciso que fique claro, na opinião do Partido Socialista nesta matéria, é que os professores, consoante o nível de ensino em que estão, não possam, para além das horas estipuladas, com acréscimo de 1 no 1º Ciclo e Pré-escolar e com o acréscimo de

2 nos restantes, passar mais tempo nas escolas, muito menos se esse tempo não tiver um fim específico, um fim próprio e, obviamente, um fim útil, porque não interessa ter professores nas escolas se eles nada estiverem a fazer.

Portanto, nós apresentamos uma proposta, penso que já foi distribuída, de uma nova redacção para o artigo 54º, em que esta matéria fica claramente explicitada e onde se prevê que efectivamente os professores terão que passar 24 tempos de 60 minutos na escola. É isso que nós temos que clarificar, sendo 26 para o 1º Ciclo, 24 para o 3º e seguinte e 22 para as pessoas que têm educação especial no ensino secundário e que, como sabemos, são poucos.

Do ponto de vista da concretização no diploma, esta clareza penso que permitirá sanar dúvidas de interpretação que ele possa ter e resolverá a questão, que aqui se tem levantado, da compatibilização do tempo que os professores devem ou não passar na escola.

É essa perspectiva, é isso que iremos propor, mas deixava o desenvolvimento da questão para a especialidade.

Obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Parece que chegámos ao fim do nosso debate na generalidade. Foi um debate profundo e demorado, mas ainda bem que assim foi e as coisas devem ser, quanto a mim, debatidas.

Vamos agora votar o diploma na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com este diploma, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente, 13 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Vamos passar à especialidade. Tem alguma complexidade e mais uma vez peço que me ajudem.

Artigo 1º. Para este artigo existe uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista.

Devo dizer que o Partido Socialista assume todas as propostas que vêm da Comissão.

Está aberto o debate sobre este artigo 1º.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A proposta de alteração apresentada para o artigo 1º, prende-se precisamente com uma questão que o Sr. Deputado Pedro Gomes levantava à bocado sobre se regulamentava o Estatuto.

É uma proposta conjunta, assinada pelos Deputados do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, que vem precisamente clarificar que o presente diploma regulamente o Estatuto da Carreira Docente.

Presidente: Eu peço desculpa, mas só vejo assinaturas do Partido Socialista. Desculpe, está aqui a assinatura do Deputado Costa Pereira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É para me pronunciar sobre a proposta de alteração.

Penso que juridicamente é perigoso, porque vai levantar questões de interpretação em termos de saber da sua manutenção em vigor ou não no futuro,...

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): O nº 3 esclarece isso.

O Orador: ... uma vez que o nº 3 já garantia qual é que era a integração de lacunas.

Eu entendo que isto não é uma regulamentação mas, sim, um Estatuto, porque um diploma por ter uma norma de interpretação de lacunas, não tem de ser forçosamente uma regulamentação de outro diploma.

Julgo que era mais rico que se mantivesse como estatuto e não como regulamentação de estatuto. É uma opinião, julgo que completamente minoritária, embora correcta.

Presidente: Eu também partilho da opinião do Sr. Deputado Gusmão, mas quem sou eu ...

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para dar aqui uma abordagem neste debate, sobre esta matéria específica, dizendo o seguinte:

Eu não tenho dúvidas e estou, neste particular, de acordo com o Sr. Secretário e penso que com os deputados da maioria, mas queria dizer que nos termos do artigo 228º da Constituição, estabelecida a preferência de norma regional, não tem que ser necessariamente decreto legislativo regional. É norma regional, qualquer que seja a sua natureza, em confronto com norma nacional que disponha sobre a mesma matéria, há uma preferência do direito regional sobre o direito nacional.

Eu acho que isto é absolutamente claro, face hoje ao enquadramento constitucional em que nos movemos, porque esse enquadramento constitucional, que resultou da última Revisão Constitucional de 2004, possibilita, do ponto de vista teórico, a existência de três ordenamentos jurídicos, o ordenamento jurídico do Continente, o dos Açores e o da Madeira, dispondo sobre a mesma matéria, mas com três soluções legislativas diferentes: uma lei para a República e decretos legislativos regionais para os Açores e para a Madeira ou até decreto regulamentar regional para os Açores e para a Madeira, dependendo das matérias.

Mas, eu queria dizer que não é apenas a substância da questão, não se encontra apenas no que está aqui disposto neste artigo 1º, nº 3, mas encontra a sua sustentação jurídica na formulação do artigo 228º da Constituição. Nesta matéria, pelo menos no meu espírito e no espírito da bancada do PSD, penso que não há nenhuma dúvida. Onde houver norma regional não é aplicável norma nacional.

Isto para nós é claro e gostaria de dizer isto com esta clareza para que fiquem também expressas as posições sobre este assunto.

Agora, queria também acrescentar, para rematar, e com isto termino, Sr. Presidente, que se a norma regional for uma norma remissiva para norma nacional, então sempre que essa norma nacional for alterada, a norma é, obviamente, alterada, porque é uma norma remissiva, mas a meu ver, quando houver disposição expressa, há interferência do direito regional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O que o Sr. Deputado Pedro Gomes disse é, obviamente, correctíssimo, mas isto não tem a ver com a questão.

Se fosse estatuto, com estatuto, norma nacional, norma regional, agora o que se está a fazer é regulamentação e passa a ser uma norma dependurada noutra, passe o termo, morrendo a morre a filha e, portanto, juridicamente é assim, independentemente da norma que dá a manutenção para norma regional, ou seja, deixar ficar como estatuto é precisamente o que garante a aplicação do preceito constitucional. Passar a pôr como regulamentação, passa a fazer desta norma uma norma, repito, dependurada no estatuto nacional e, portanto, no dia que o estatuto for revogado, não é forçosamente assim, vão-se levantar questões de interpretação ao ponto de saber se mantém em vigor ou não e que nada tem a ver com o artigo que referiu, em termos de Constituição.

Presidente: Eu não devia interferir nesta matéria, mas seria bom pensar nisso, até porque no preâmbulo do diploma diz-se que este diploma corresponde à matéria enunciada no artigo 8, alínea d) do nosso Estatuto, ou seja, é matéria do nosso interesse próprio e, portanto, já não sei bem se será assim. Eu estou a reflectir em voz alta.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(* **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo Meneses*): Srs. Presidente, Srs. Deputados:

A maneira como esta matéria, na sua fase inicial, foi encarada pelos técnicos que participaram na sua elaboração e pelo Governo, foi encarada como regulamentação da Lei de Bases e, portanto, caía dentro do poder legislativo desta Câmara.

O objectivo aqui era colocá-la em termos de inserção como regulamento da Lei de Bases, lei essa que é da reserva absoluta da Assembleia da República e fazê-la dimanar directamente da fonte que regula todo o sistema educativo no nosso país. Essa é que era a questão.

Uma solução seria qualquer coisa do género, como regula alguns aspectos do estatuto, aí já não regulamenta.

Presidente: O estatuto já é outro e por isso está-me a causar aqui alguma dúvida.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão** (*Indep.*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O nº 3 é que faz precisamente isso e este nº 1 é perigoso, não faz nenhum sentido, não foca diplomas que tenham normas remissivas, agora isso não significa que tenha de estar, até porque o que está aqui é mais do que o Sr. Secretário disse, é uma regulamentação do próprio estatuto e deixa de ser uma norma regional com uma origem no nosso poder próprio. Por aquilo que o Sr. Secretário disse basta o nº 3 que já aí está e, portanto, julgo que essa alteração não faz nenhum sentido.

Presidente: Srs. Deputados, podemos fazer uma pausa para vermos isto com maior cuidado.

Trata-se de uma proposta de alteração que entrou agora e é perfeitamente admissível fazer uma pausa e pensar melhor no assunto.

Nós estamos a debater o artigo 1º e uma proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar também uma abordagem nesta matéria que me parece importante.

É importante, desde logo, que essa dúvida se coloque também, porque isto significa que estamos a operacionalizar e estamos a aproveitar uma importante alteração ao nível da nossa competência legislativa, trazida pela última Revisão Constitucional.

Creio que não há dúvidas relativamente à importante preferência de legislação regional em matérias de competência da Região Autónoma e desde que haja iniciativa legislativa.

Agora, eu penso que o problema, se bem percebi a questão levantada também pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão, relativamente ao nº 2 do artigo 1º é o seguinte: é que nesse nº 2 faz-se uma remissão expressa para um determinado diploma e, assim sendo, parece-me evidente que temos um problema se esse diploma desaparecer.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): O diploma não vai desaparecer, vai ser alterado.

O Orador: O diploma poderá desaparecer ou não, Sr. Secretário, mas ele será alterado ou desaparecerá.

Agora, sob esse ponto de vista, o nº 1 do artigo 1º estabelece o âmbito de aplicação deste diploma. Este diploma aplicar-se-á a todos os docentes, qualquer que seja o nível, ciclo, grupo ou especialidade, que prestem serviço no Sistema Educativo Regional em estabelecimentos de ensino directamente dependentes da Administração Regional Autónoma.

Também é evidente que não precisa estar aqui, porque decorre directamente da Constituição, que em todas as matérias onde não haja regulamentação expressa, se aplicará subsidiariamente a legislação nacional.

Portanto, o nº 2 se não tiver aqui, se calhar, ficamos melhor, porque fica delimitado o âmbito positivo a que se aplicam e quais os destinatários deste diploma.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Eu acho que é o nº 3.

O Orador: Não, eu acho que é o nº 2, até porque ele tem uma referência expressa a um diploma em concreto e a sorte desse diploma não é indiferente.

Deputado Pedro Gomes (PSD): O artigo 1º, nº 3 é que faz referência expressa a um diploma.

O Orador: Não, é o artigo 1º, nº 2 do Decreto-Lei.

Presidente: O raciocínio está correcto, mas a interpretação está errada.

O Orador: De qualquer modo, Sr. Presidente, eu penso que também não será grave nem perderemos muito se pensarmos melhor nesta questão e recomeçarmos amanhã. É a minha proposta.

Às vezes é o que acontece quando não estamos com a última versão devidamente numerada. Era o que me estava a acontecer.

Aquilo que eu estava vendo como nº 2, é na proposta que estamos a analisar, efectivamente como se depreendeu e bem da minha exposição é o nº 3.

Sinceramente penso que só ganhamos com a eliminação do nº 3, porque aquilo que pretendemos fazer, que é a aplicação disto com preferência nesta matérias, bem como a regulamentação e a vigência subsidiária da legislação nacional, ela existirá sempre independentemente deste nº 3 estar aqui ou não.

Presidente: Eu compreendi, Sr. Deputado, que o seu raciocínio tinha razão para o nº 3 que eu tenho aqui e não para o nº 2.

De qualquer forma acho muito bem que suspendamos aqui os nossos trabalhos para apreciarmos melhor isto, mas recomendo também que se aprecie o nº 1, porque chamar a isto regulamento, no exercício duma competência própria, pode não ser adequado. Esta é a minha recomendação.

Estão suspensos os nossos trabalhos e recomeçamos amanhã às 10,00 horas.

(Eram 19 horas e 50 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Nélia Maria Pacheco Amaral

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos Reis

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Deputados que faltaram à Sessão

Partido Socialista (PS)

Catarina Paula Moniz Furtado

José de Sousa Rego

Luís Paulo de Serpa Alves

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Abílio Lopes Pereira

António Pedro Rebelo Costa

Jaime António da Silveira Jorge

Projecto de Decreto Legislativo Regional

Sistema de Incentivos ao Emprego de Reinserção Solidária, SIER

A reinserção social dos toxicodependentes e de ex-toxicodependentes é um objectivo político de solidariedade.

O sucesso das políticas de reinserção social dos toxicodependentes e de ex-toxicodependentes assenta, também, na promoção da sua inserção no mercado de trabalho.

Cabe à Região assegurar um melhor envolvimento da comunidade, ao nível das entidades empregadoras, estabelecendo um conjunto de medidas de promoção activa de emprego de reinserção solidária.

Estas medidas têm por objecto fomentar a empregabilidade dum grupo social, naturalmente frágil e com difícil acesso ao mercado de emprego.

As políticas públicas de reinserção social de toxicodependentes e de ex-toxicodependentes propostas visam majorar apoios já previstos no âmbito do funcionamento do designado "mercado social de emprego" que, com esta iniciativa, adquire uma nova dimensão.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores decreta, nos termos do artigo 227.º da Constituição e da alínea c) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

O presente diploma estabelece o Sistema de Incentivos ao Emprego de Reinserção Solidária, doravante designado por SIER.

Artigo 2.º

Beneficiários

São beneficiários do SIER as entidades empregadoras de qualquer natureza jurídica que desenvolvam políticas activas de emprego tendo por fim a inserção ou reinserção sócio-profissional de ex-toxicodependentes ou de toxicodependentes que se encontrem em processo de tratamento.

Artigo 3.º

Objectivos

Constituem objectivos do SIER:

- a) Promover a mediação entre as entidades de tratamento, os serviços públicos de emprego e as entidades empregadoras públicas e privadas, visando potenciar a integração profissional de ex-toxicodependentes e de toxicodependentes que se encontrem em processo de tratamento;
- b) Apoiar medidas específicas de apoio à integração socioprofissional de ex-toxicodependentes e de toxicodependentes que se encontrem em processo de tratamento, através de um sistema de majoração nos apoios públicos concedidos no âmbito de programas de fomento ao emprego;
- c) Promover acções de sensibilização e informação dos agentes locais, em especial das entidades empregadoras, de forma a estimular o respectivo envolvimento no processo de reinserção profissional de ex-toxicodependentes e toxicodependentes que se encontrem em processo de tratamento, pela adesão a programas e medidas activas de emprego e formação existentes.

Artigo 4.º

Incentivo

1. As entidades empregadoras que admitam ex-toxicodependentes e toxicodependentes que se encontrem em processo de tratamento mediante contrato de trabalho sem termo, beneficiam de uma majoração de 30% relativamente aos apoios que lhes tenham sido concedidos pela administração

regional autónoma no âmbito de programas de funcionamento do mercado social de emprego na Região Autónoma dos Açores.

2. Para efeitos do disposto no número anterior entende-se por ”mercado social de emprego“ o conjunto de iniciativas destinadas à integração ou reintegração sócio-profissional de pessoas desempregadas de difícil empregabilidade, ainda que a auto-sustentação económica dessas iniciativas não seja completa e imediata, requerendo apoio público transitório.

Artigo 5.º

Condições de acesso

1. As condições de acesso ao SIER são definidas em Decreto Regulamentar Regional.
2. A instrução de cada candidatura inclui, obrigatoriamente, um relatório clínico comprovativo da aptidão para o trabalho do ex- toxicodependente ou do toxicodependente que se encontre em processo de tratamento.
3. O relatório clínico referido no número anterior é conclusivo, sendo omissos quanto a dados relativos à situação clínica.

Artigo 6.º

Relatório de execução

1. O membro do governo com competência na área do emprego elabora, anualmente, um relatório de execução, contendo listagem de todos os incentivos concedidos em cada ano civil.
2. O relatório de execução referido no número anterior é entregue na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, até final do primeiro trimestre do ano seguinte a que respeita.

Artigo 7.º

Regulamentação

O presente diploma é regulamentado por Decreto Regulamentar Regional no prazo de 90 dias, a contar da data da respectiva publicação.

Artigo 8.º

Produção de efeitos

O presente diploma produz efeitos com a entrada em vigor do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano económico de 2007.

Horta , sala das sessões, 27 de Junho de 20066.

Os deputados, *Clélio Meneses, Maria José Duarte, José Manuel Bolieiro, Pedro Gomes*

Projecto de Resolução

Classificação das Cavalhadas de S. Pedro como manifestação cultural de relevante interesse regional

As Cavalhadas de S. Pedro da Ribeira Seca da Ribeira Grande constituem, hoje em dia, uma das mais grandiosas e exuberantes manifestações culturais e folclóricas dos Açores e são um vector essencial para a sustentação da identidade do povo Açoriano. O Rei, ladeado por dois Lanceiros ou Vassalos, abre o Cortejo, seguido por duas alas com dezenas de Cavaleiros, jovens e adultos e, no meio delas, 3 Corneteiros. No fim, vêm-se outros dois Lanceiros que rematam o desfile.

O Solar da Mafoma é o "santuário" das Cavalhadas, de onde saiem em direcção à Igreja Paroquial de S. Pedro, sem que antes o toque da alvorada, de acordo com as formalidades tradicionais, se faça ecoar intramuros, perante o olhar atento de centenas de populares.

Com regulamento próprio aprovado pelos órgãos próprios do Município ribeiragrandense, a participação de cada elemento da Cavalhada é minuciosamente observada, a fim de não permitir a degeneração desta manifestação e que ela se preserve pelos tempos fora.

Por isso, o rigor do traje e montada são rigorosamente considerados com o objectivo de se respeitar escrupulosamente a tradição.

As Cavalhadas realizam-se no dia 29 de Junho, dia de S. Pedro, na freguesia da Ribeira Seca, com raízes religiosas que, pelo seu interesse e origem, têm um valor social, cultural e turístico que urge preservar e valorizar.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os Deputados do PSD, abaixo subscritores, propõem o seguinte projecto de Resolução:

§ Único: A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reconhece que as Cavalhadas de S. Pedro constituem uma manifestação de relevante interesse cultural, expressão dos laços ancestrais da nossa cultura, história e tradição e recomenda ao Governo Regional o seu reconhecimento como tal.

Horta, 28 de Junho de 2006

Os Deputados, *António Pedro Costa, Clélio Meneses e José Manuel Bolieiro*

Relatório e Parecer da Comissão Permanente de Assuntos Sociais sobre a proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16 /2006 Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores

Capítulo I

Introdução

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu nos dias 19 e 20 de Junho de 2006, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de Angra do Heroísmo, a fim de apreciar, relatar e dar parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia, sobre a proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16 /2006 Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores.

A referida Proposta de Decreto Legislativo Regional foi enviada à Comissão de Assuntos Sociais no dia 10 de Maio de 2006 para apreciação e emissão de parecer até ao dia 22 de Junho de 2006.

Capítulo II

Enquadramento Jurídico

A Proposta de Decreto Legislativo Regional em apreciação foi apresentada pelo Governo Regional nos termos da alínea *t*) do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e da alínea a) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa que lhe confere o poder genérico de iniciativa legislativa perante a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi enviada à Comissão Permanente de Assuntos Sociais ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 123.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em conjugação com o n.º 1 da Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 1-A/99/A.

A apreciação e emissão de parecer à presente Proposta por parte da Comissão de Assuntos Sociais exercem-se em conformidade com o disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e

na alínea *a)* do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Capítulo III

Processo de Análise

A Comissão deliberou colocar a proposta de Decreto Legislativo Regional em discussão pública, ouvir em audição o membro do Governo Regional com competência em matéria de educação e os Sindicatos de Professores com representação na Região.

A Comissão reuniu na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em Angra do Heroísmo, no dia 19 de Junho, para proceder à audição do Secretário Regional da Educação e Ciência e no dia 20 de Junho para proceder às audições dos Sindicatos, bem como à apreciação da proposta de Decreto Legislativo Regional.

Audição do Secretário Regional da Educação e Ciência:

O Secretário Regional fez o enquadramento da proposta de Decreto Legislativo Regional salientando tratar-se de um documento consolidador que reúne um conjunto vasto de matéria regulamentar e de outras normas dispersas sobre a mesma matéria.

O Secretário Regional referiu ainda que a proposta em apreciação surge enquadrada por uma lógica constitucional que prevê que para matérias em que haja legislação própria na Região, aquando da aprovação de legislação nacional sobre a mesma matéria, mantem-se em vigor a legislação regional. Assim, num contexto em que o Regime Legal da Carreira do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário se encontra em discussão pública a nível nacional

importa, na Região, legislar sobre os aspectos do Estatuto da Carreira Docente que se pretende não venham a ser alterados por via do diploma nacional.

A Comissão foi também informada de que se encontram em fase de elaboração e de negociação com as entidades sindicais duas outras propostas de Decreto Legislativo Regional que virão complementar o diploma agora em análise e que versam sobre a avaliação do desempenho e sobre a formação do pessoal docente.

O Secretário Regional sugeriu ainda que, dada a natureza regulamentar do diploma em apreciação, o seu título deveria ser alterado para “Proposta de Decreto Legislativo Regional – Regulamenta o Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores.

Audições aos Sindicatos de Professores:

Sindicato dos Professores da Região Açores:

O Sindicato expressou a sua satisfação pela forma como decorreu o processo negocial com o Secretário Regional da Educação e Ciência. Refere, no entanto, alguns aspectos que não mereceram aprovação em sede de negociação e que considera merecedores de reapreciação. Salientam como principal aspecto de desacordo o capítulo que versa sobre as condições de trabalho em particular a forma como é calculada a sua duração semanal, a definição das componentes lectiva e não lectiva, a organização da componente lectiva e as aulas de substituição.

Sindicato Democrático dos Professores dos Açores:

O Sindicato considera que a proposta de Decreto Legislativo Regional em apreciação surge num momento pouco oportuno, defendendo que “qualquer alteração ao Estatuto da Carreira Docente na Região deveria ser feita *a posteriori* da revisão que está a

decorrer no plano nacional, garantindo assim um sentido de unidade na regência basilar da profissão docente.”

Apesar da opinião expressa, o Sindicato entende que deve participar na análise da proposta de Decreto Legislativo Regional em apreciação tendo manifestado o seu desacordo com alguns aspectos da proposta, em particular sobre aqueles que se reportam ao horário de trabalho dos docentes, com a organização das suas componentes lectiva e não lectiva e com as aulas de substituição.

O Sindicato explanou ainda um conjunto de propostas apresentadas em sede de negociação com a Secretaria Regional da Educação e Ciência e que não tiveram acolhimento.

Na especialidade, o Sindicato apresentou propostas de alteração para os artigos 10.º, 30.º, 54.º, 58.º e 70.º que constam do parecer escrito que foi entregue à Comissão.

Sindicato Nacional de Professores Licenciados:

O Sindicato não compareceu à audição tendo informado a Presidente da Comissão que enviaria um parecer escrito.

Os pareceres escritos encontram-se disponíveis nos serviços da Assembleia.

Segunda Audição do Secretário Regional da Educação e Ciência:

Na sequência das audições efectuadas aos Sindicatos os Deputados do Partido Social Democrata solicitaram que o Secretário Regional da Educação e Ciência fosse novamente ouvido pela Comissão, com o objectivo de clarificar a interpretação a dar ao artigo 54.º, nomeadamente no que concerne ao horário de trabalho dos docentes.

A proposta foi aceite pela Comissão.

Na segunda audição e sobre esta matéria, o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência teve oportunidade de clarificar que a hora em que o docente deve entrar e sair da escola não deve reger-se pela hora em que inicia ou termina a prestação da componente lectiva, mas sim pelo estipulado no seu horário.

Capítulo IV

Apreciação na Generalidade

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional regulamenta o Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores.

A proposta surge num quadro de dispersão normativa resultante das sucessivas alterações que o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário foi sofrendo a nível nacional, bem como da adaptação à Região, respectivas alterações e ainda de um leque de normativos de natureza regulamentar. Com esta proposta pretende-se reduzir a dispersão normativa, disponibilizando um documento que se quer consolidado e de utilização mais segura, fácil e eficaz.

A proposta pretende ainda proceder à sistematização dos normativos em vigor referentes à organização do trabalho docente, nas suas vertentes lectiva e não lectiva bem como no que se reporta à redução da componente lectiva por forma a otimizar o exercício da actividade docente e eliminar a necessidade de regulamentação dispersa.

Os Deputados do Partido Social Democrata propuseram a retirada da Proposta de Decreto Legislativo Regional até que seja aprovado o “Regime Legal da Carreira do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário” pela

Assembleia da República. A proposta foi rejeitada com os votos contra do Partido Socialista e os votos favoráveis do Partido Social Democrata.

A Comissão de Assuntos Sociais deliberou por maioria, com os votos favoráveis dos deputados do Partido Socialista e a abstenção dos deputados do Partido Social Democrata, que reservam a sua posição para plenário, emitir parecer favorável à aprovação da Proposta na generalidade.

Capítulo V

Apreciação na Especialidade

Na especialidade os Deputados do Partido Socialista apresentaram as seguintes propostas de alteração que foram analisadas em Comissão:

Propostas de Alteração

Artigo 58.º

(...)

Para efeitos da realização das actividades educativas a que se refere a alínea c) **do n.º 4** do artigo anterior, deve ter-se em conta o seguinte:

(...);

(...);

(...);

.....

.....

Artigo 62.º

(...)

Eliminar

Artigo 63A.º

(...)

.....

(...);

(...);

(...);

(...);

.....

.....

(...);

A recusa de colocação em serviço situado no município de residência ou, quando fora dele, **na mesma ilha** e a menos de 25 km da residência;

(...);

As propostas de alteração apresentadas na Comissão pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foram aprovadas por maioria com os votos favoráveis dos deputados do Partido Socialista e a abstenção dos deputados do Partido Social Democrata, que reservam a sua posição para o Plenário, tendo a Comissão deliberado, por maioria propor a sua aprovação em Plenário.

Capítulo VI

Parecer

A Comissão deliberou por maioria, com os votos favoráveis dos deputados do Partido Socialista e a abstenção dos deputados do Partido Social Democrata, que reservam a sua posição para o Plenário, que a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº16/2006 Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores se encontra em condições de ser levada a Plenário da Assembleia Legislativa da Região

Autónoma dos Açores, com a introdução das alterações votadas em sede de Comissão.

Angra do Heroísmo, 20 de Junho de 2006.

A Relatora, *Nélia Amaral*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, *Cláudia Cardoso*

Listagem da correspondência:

1 – Requerimentos:

Assunto: Custos da Feira Viver Culturas

Autores: José Manuel Bolieiro e António Pedro Costa (PSD)

Data de Entrada: 06.06.27

Referência: 54.03.02 - N.º 158/VIII.

2 – Resposta a Requerimento:

Assunto: Promoção Turística

Autores: Alberto Pereira, Jorge Costa Pereira, Jorge Macedo e António Marinho (PSD)

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 06.06.28

Referência: 54.03.00 – N.º 135/VIII

Decorre na Ribeira Grande, de 22 a 28 de Junho, a Feira Viver Culturas, uma iniciativa da Presidência do Governo, através da Direcção Regional das Comunidades.

Trata-se de uma feira que visa aprofundar o conhecimento intercultural das comunidades emigradas e promover a integração dos emigrantes regressados, bem como aqueles que escolheram a nossa Região para viverem. Somos uma terra de gente que respeita a diversidade cultural e que aceita o multiculturalismo, e os imigrantes gozam de uma inserção e integração que ajuda o rejuvenescimento da população.

Uma vez que a opção pela realização desta feira nesta data e neste formato não está agora em avaliação, o investimento feito nela deverá trazer um retorno importante na preservação da identidade cultural açoriana e um veículo de projecção dos Açores no exterior.

Muitas foram as entidades que se associaram ao patrocínio deste evento e outras que participam.

Contudo, a realização desta feira, numa altura em que decorriam as festividades em Vila Franca do Campo e na própria freguesia citadina da Ribeira Seca da Ribeira Grande, prejudicou grandemente ambos os programas festivos daquelas localidades.

Assim, os Deputados subscritores, do Grupo Parlamentar do PSD, vêm solicitar, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, ao Governo Regional o seguinte:

1. Para além da Kairós, que recebeu 54 mil euros, como comparticipação e fazer face aos custos inerentes à realização da "Feira Viver Culturas" (Jornal Oficial nº 26, II Série), que outras entidades patrocinadoras receberam apoio para participarem neste evento?
2. Quais os custos dispendidos pela Presidência do Governo destinados à animação desta Feira, designadamente o custo da actuação da brasileira Fafá de Belém?
3. Que alternativas foram consideradas para o formato desta feira? Porque razão não foram consideradas as declarações do Presidente do Governo sobre os gastos de dinheiro em violas e brasileiras?

Horta, 27 de Junho de 2006.

Os Deputados, *António Pedro Costa e José Manuel Bolieiro*

ASSUNTO: REQUERIMENTO N° 135/VIII - - PROMOÇÃO TURÍSTICA

Encarrega-me S. Exa., o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao requerimento n° 135/VIII, subscrito pelos Senhores Deputados Alberto Pereira, Jorge Costa Pereira, Jorge Macedo e António Marinho, do Partido Social-Democrata. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

Quanto aos aspectos referidos nos pontos 1, 2, 3 e 4, a promoção internacional efectua-se por mercados e produtos, de acordo com uma grelha que é aprovada pelo Conselho Estratégico de Promoção Turística, que é integrado pelo ITP, CTP, Governos Regionais dos Açores e da Madeira, ANRET, entre outras entidades.

A existência do Conselho Estratégico de Promoção Turística (CEPT) é fundamental para assegurar que existe coerência e coordenação nas diferentes acções promocionais realizadas pelas diferentes entidades que desenvolvem acções de promoção de Portugal e/ou das suas regiões fora do território nacional. O Governo da República (através do ITP) e os Governos das Regiões Autónomas possuem competências próprias em termos de promoção turística.

No caso do Brasil, a Região Autónoma dos Açores, no âmbito das suas competências próprias tem realizado acções publicitárias nesse mercado

O golfe foi recentemente incluído na grelha promocional da Região (em sede de CEPT), estando a ser desenvolvidas várias acções com os privados ligados a este segmento turístico na Região, junto de vários mercados estrangeiros, nomeadamente os EUA. A Região participa ainda, no que diz respeito a este produto, em várias iniciativas promocionais no estrangeiro promovidas pelo ITP. Quanto aos pontos 5 e 6, anexam-se os planos e relatórios relativos às informações solicitadas.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

(Os referidos os planos e relatórios encontram-se arquivados no respectivo processo).

—

O Redactor, *José Rodrigues da Costa*